



# DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE MARÇO DE 1988

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Caio Roque

Apolónia Maria Pereira Teixeira

Daniel Abílio Ferreira Bastos

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta dos requerimentos, das respostas a alguns outros e dos diplomas entrados na Mesa.

A Mesa deu a conhecer o teor de um ofício do Sr. Primeiro-Ministro comunicando à Assembleia que, na sequência das afirmações proferidas na sessão do dia 11 de Fevereiro pela Deputada Helena Roseta (Indep.), solicitou ao procurador-geral da República a abertura de procedimento criminal contra a referida deputada.

A este propósito, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Eduardo Pereira (PS), Helena Roseta (Indep.), Costa Andrade (PSD), Carlos Brito (PCP), Marques Júnior (PRD), João Corregedor da Fonseca (ID), Basílio Horta (CDS), Herculano Pombo (Os Verdes), Duarte Lima (PSD) e Jorge Lacão (PS).

Em declaração política, o Sr. Deputado Fernando Gomes (PCP) teceu críticas ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Saúde, pela política que tem desenvolvido. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Gaspar de Almeida (PS) e Jorge Paulo da Cunha e Soares Costa (PSD).

O Sr. Deputado Mota Torres (PS) criticou o Governo Regional e a maioria parlamentar na Assembleia Regional da Madeira pela sua actuação, designadamente na discussão do orçamento e do plano regionais, tendo, no fim, respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Cecília Catarino e Carlos Lélis (PSD) e Narana Coissoró (CDS).

O Sr. Deputado Casimiro Pereira (PSD) congratulou-se com a recente inauguração, em Alcanena, do sistema de despoluição do rio Alvieto, tendo respondido, no final, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Herculano Pombo (Os Verdes) e Jorge Lacão (PS).

O Sr. Deputado António Braga (PS) teceu considerações sobre a política de combate ao insucesso escolar divulgado pelo Governo. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Cesário (PSD).

A Sr.ª Deputada Luisa Amorim (PCP) referiu-se às condições sócio-laborais no sector têxtil, particularmente as de higiene e segurança no trabalho, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Barata Rocha (PSD).

O Sr. Deputado Sottomayor Cardia (PS) falou sobre os documentos preparatórios elaborados pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Cesário (PSD).

**Ordem do dia.** — Inicou-se a discussão dos projectos de resolução n.º 5/V (PSD), 9/V (PCP) e 10/V (PS) — alterações ao Regimento da Assembleia da República. Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados Silva Marques (PSD), João Corregedor da Fonseca e Raul Castro (ID) e Lopes Cardoso (PS).

Procedeu-se ainda à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 13/V (autoriza o Governo a aprovar as penas a aplicar pelo recurso ao trabalho de menores com idade inferior à determinada na lei para acesso ao emprego), — que foi aprovada e baixou à respectiva comissão —, do projecto de lei n.º 158/V (combate à exploração do trabalho infantil) — que foi rejeitado — e do projecto de resolução apresentado pelo PCP com vista à suspensão do Decreto-Lei n.º 387-D/87, de 29 de Dezembro (altera diversos artigos do Código das Custas Judiciais) — que foi rejeitado.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Alexandre Azevedo Monteiro.  
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.  
Américo de Sequeira.  
António Abílio Costa.  
António Augusto Ramos.  
António José de Carvalho.  
António Maria Oliveira de Matos.  
António Paulo Martins Percira Coelho.  
António da Silva Bacelar.  
Belarmino Henriques Correia.  
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Sacramento Esmraldo.  
Casimiro Gomes Pereira.  
César da Costa Santos.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Domingos da Silva e Sousa.  
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.  
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
Fernando Barata Rocha.  
Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Francisco Mendes Costa.  
Gilberto Parca Madail.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
Jaime Carlos Marta Soares.  
João Costa da Silva.  
João Domingos F. de Abreu Salgado.  
João Granja Rodrigues da Fonseca.  
João José da Silva Maçãs.  
João Manucl Ascensão Belém.  
João Soares Pinto Montenegro.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Vilcia de Araújo.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José António Coito Pita.  
José Assunção Marques.  
José Augusto Santos Silva Marques.  
José Francisco Amaral.  
José Guilherme Percira Coelho dos Reis.  
José Júlio Vicira Mesquita.  
José Lapa Pessoa Paiva.  
José Leite Machado.  
José Luís Campos Vicira de Castro.  
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.  
José Manucl da Silva Torrcs.  
José Mário Lemos Damião.  
Licínio Moreira da Silva.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Filipe Meneses Lopes.

Luís da Silva Carvalho.

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel António Sá Fernandes.

Manuel Coelho dos Santos.

Manuel da Costa Andrade.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel João Vaz Freixo.

Maria da Conceição U. de Castro Pereira.

Maria Luisa Lourenço Ferreira.

Maria Manuela Aguiar Moreira.

Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.

Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.

Mário Júlio Montalvão Machado.

Mário de Oliveira Mendes dos Santos.

Mateus Manuel Lopes de Brito.

Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.

Paulo Manuel Pacheco Silveira.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Rui Alberto Limpo Salvada.

Rui Gomes da Silva.

Valdemar Cardoso Alves.

Vasco Francisco Aguiar Migucl.

Virgílio de Oliveira Carneiro.

**Partido Socialista (PS):**

Afonso Sequeira Abrantes.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Manucl Avelino.

Alberto de Sousa Martins.

António Fernandes Silva Braga.

António Manucl Carvalho Vitorino.

António Miguel Morais Barreto.

António Poppe Lopes Cardoso.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Elisa Maria Ramos Damião Vieira.

Fernando Ribeiro Moniz.

Francisco Fernaldo Osório Gomes.

Guilherme Manuel Lopes Pinto.

Hélder Oliveira dos Santos Filipe.

Helena de Melo Torres Marques.

Jaimc José Matos da Gama.

João Rosado Corria.

João Rui Gaspar de Almida.

Jorge Lacão Costa.

José Apolinário Nunes Portada.

José Barbosa Mota.

José Carlos P. Basto da Mota Torres.

José Florêncio B. Castel Branco.

José Manucl Lelo Ribeiro de Almeida.

José Manucl Torres Couto.

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.

Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Mário Manuel Cal Brandão.

Raul Fernando Sousa da Costa Brito.

Ricardo Manuel Rodrigues Barros.

Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Favares Brasileiro.

Álvaro Manuel Balsiro Amaro.

António José Monteiro Vidigal Amaro.

Apolónia Maria Pereira Teixeira.

Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Fernando Manuel Conceição Gomes.  
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 Jorge Manuel Abreu Lemos.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Maria Luísa Amorim.  
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.  
 Maria Odete Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Alves Marques Júnior.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.  
 Rui José dos Santos Silva.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 199/V — lei do enquadramento de promoção de investigação científica e tecnológica —, apresentado pelo Sr. Deputado João Cravinho e outros, do PS, que baixou à 4.ª Comissão; projecto de lei n.º 200/V — lei das consultas directas aos cidadãos eleitores a nível local —, apresentado pelo Sr. Deputado Rolcira Marinho e outros, do PSD, que baixou à 1.ª Comissão; inquérito parlamentar n.º 5/V — apreciação das condições em que foi autorizado, pelo anterior Governo, o adiamento do pagamento das duas últimas prestações de contrapartida inicial devida pela concessionária da exploração do jogo do Casino Estoril —, apresentado pela Sr.ª Deputada Helena Roseta, e outros, do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID.

Foram apresentados na Mesa, na última reunião plenária, os requerimentos seguintes: ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Julieta Sampaio, Ferreira de Campos, Rogério Moreira e Cláudio Percheiro, respectivamente; ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Guerrerreiro Norte; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Gilberto Madail; ao Ministério do Plancamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Cardoso Alves; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Depu-

tado Hermínio Martinho; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado José Manuel Mendes; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Ilda Figueiredo e Fernando Gomes; à Secretaria de Estado da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Castel Branco e outros; ao Governo e à Câmara Municipal de Sines, formulado pelo Sr. Deputado Mendes Bota; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Ângelo Correia; à Secretaria de Estado do Ensino Superior, formulado pelo Sr. Deputado Roque Cunha; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Guerreiro Norte e Ilda Figueiredo, respectivamente; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados João Salgado e Álvaro Brasileiro, respectivamente; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Amaro; aos Ministérios da Saúde e da Educação, formulados pela Sr.ª Deputada Lurdes Hespanhol; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro e outros; aos Ministérios da Educação e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado José Reis; à Secretaria de Estado do Turismo, formulado pela Sr.ª Deputada Helena Roseta.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Herculano Pombo, nas sessões de 16 de Outubro, 12 e 14 de Janeiro e 11 de Fevereiro; Linhares de Castro, na sessão de 5 de Novembro; Odete Santos, na sessão de 10 de Novembro; Mendes Bota e José Manuel Mendes, na sessão de 12 de Novembro, respectivamente; Manuel Filipe, nas sessões de 12 de Novembro e 11 de Fevereiro; Luís Roque, na sessão de 13 de Novembro; Álvaro Amaro, nas sessões de 27 de Novembro e de 16 de Dezembro; Julieta Sampaio, na sessão de 11 de Dezembro; Lurdes Hespanhol e Rogério Moreira, na sessão de 15 de Dezembro; José Apolinário, nas sessões de 16 de Dezembro e 11 de Fevereiro; António Mota, nas sessões de 30 de Dezembro e 28 de Janeiro; Jorge Lemos e José Magalhães, na sessão de 12 de Janeiro; Jerónimo de Sousa, na sessão de 14 de Janeiro; Osório Gomes, na sessão de 14 de Janeiro; Apolónia Teixeira, na sessão de 15 de Janeiro; Octávio Teixeira, na sessão de 22 de Janeiro, e Rui Silva, na sessão de 22 de Janeiro.

Deu ainda entrada na Mesa uma carta de S. Ex.º o Sr. Primeiro-Ministro, dirigida a S. Ex.º o Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

**Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:**

Para os efeitos que tiver convenientes, designadamente para conhecimento de V. Ex.º e do órgão de soberania a que preside, comunico a V. Ex.º que, face às falsas e graves afirmações proferidas na sessão plenária do passado dia 11 de Fevereiro pela Sr.ª Deputada Helena Roseta, solicitei nesta data ao Procurador-Geral da República a abertura de procedimento criminal contra a referida deputada.

Com os melhores cumprimentos.

**O Primeiro-Ministro. — Cavaco Silva.**

**Vozes do PCP:** — É uma vergonha! Um escândalo!

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Não têm coragem para se defenderem aqui!...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, acaba o Sr. Secretário de ler um ofício do Sr. Primeiro-Ministro.

Permito-me chamar a atenção de V. Ex.<sup>8</sup> e da Câmara para o facto de, na nossa já longa história parlamentar, nunca um Parlamento nacional ter assistido à leitura de um ofício deste tipo e, por tantos motivos ...

*Pausa.*

Quer que fale mais alto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Estavam aqui a falar e realmente não estava a conseguir ouvi-lo, mas agora já estou em condições de o ouvir. Muito obrigado.

**O Orador:** — Retomando o que estava a dizer, nunca até hoje, no Parlamento nacional, nenhum Sr. Deputado se havia confrontado com uma tal posição tomada por um Primeiro-Ministro, nem mesmo durante a ditadura, perante algumas graves acusações aqui produzidas. Nunca nenhum Sr. Deputado havia sido submetido à abertura de procedimento criminal por quaisquer dúvidas, protestos ou acusações feitas no exercício das suas funções, dirigidas ao Governo, que tem a obrigação de vigiar e fiscalizar.

Permito-me ainda chamar a atenção de V. Ex.<sup>8</sup> e da Câmara para os termos em que neste ofício a justiça é ofendida pelo Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Perante tal ofício, a minha bancada gostaria de saber que posição vai ser adoptada por V. Ex.<sup>8</sup>

Pensa V. Ex.<sup>8</sup> repudiar os termos do ofício e chamar a atenção do Sr. Primeiro-Ministro para o disposto do artigo 160.<sup>9</sup> da Constituição?

Gostaria que V. Ex.<sup>8</sup> esclarecesse a minha bancada e a Câmara sobre a atitude que pensa tomar.

*Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Sottomayor Cardia pediu a palavra para que escrito?

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, tendo eu feito uma interpelação à Mesa, penso que V. Ex.<sup>8</sup> devia responder antes de ouvir outras interpelações.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, presumo que os Srs. Deputados Sottomayor Cardia, Helena Roseta, Costa Andrade, Carlos Brito e Vieira Mesquita queiram fazer interpelações, pelo que estava disposto a responder no fim.

**Vozes do PS:** — Muito bem! Tem direito a responder no fim!

**O Sr. Presidente:** — Em todo o caso, não tenho relutância em afirmar o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro informou a Assembleia da República das diligências que efectuou e que constam da carta que acabou de ser lida.

Tenho todas as razões para crer que nenhum Sr. Deputado desça pôr em causa o respeito que é devido pela idoneidade da Procuradoria-Geral da República.

*Protestos do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.*

**Vozes do PCP:** — Isso é hipocrisia! Que vergonha!

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — Isso não está em causa!

**A Sr.<sup>8</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Com certeza!...

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o silêncio da Câmara.

É esta a declaração que quero fazer neste momento.

**O Sr. António Vitorino (PS):** — Ao que chegámos!...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, na continuação da interpelação que fiz, em nome do meu grupo parlamentar, gostava de manifestar a V. Ex.<sup>8</sup> a nossa estranheza e, mais do que a nossa estranheza, a nossa preocupação, pelas palavras que V. Ex.<sup>8</sup> acabou de proferir.

Entendemos, como direcção do Grupo Parlamentar do PS, não dever prolongar hoje este debate, mas queremos que V. Ex.<sup>8</sup> e esta Câmara tomem conhecimento da nossa intenção de, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 165.<sup>9</sup> da Constituição, provocar, nesta Câmara, o necessário debate e tomar as medidas que se tornem necessárias para defesa do disposto no artigo 160.<sup>9</sup> da Constituição.

*Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acuso o Sr. Primeiro-Ministro ...

**Vozes do PSD:** — É o costume!

**O Orador:** — ... de, contra o interesse público, haver feito um vultoso favor a uma empresa privada, para obtenção de contrapartida por parte da referida empresa, a benefício da entidade de que S. Ex.<sup>8</sup> é dirigente. Tal é a minha inabalável convicção moral. Dou como prova da acusação o facto da existência do Decreto Regulamentar n.º 35/87, de 17 de Junho, na presunção de que Cavaco Silva não é um governante totalmente incompetente. Apenas retirarei a acusação ora formulada se S. Ex.<sup>8</sup> comprovar que, também no plano administrativo e não apenas no plano institucional, é um cidadão inapto para o exercício do poder executivo.

*Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.<sup>8</sup> Deputada Helena Roseta.

**A Sr.<sup>8</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Sr. Presidente, uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa e um protesto.

Sob a forma de interpelação à Mesa, apenas direi a V. Ex.<sup>8</sup>, Sr. Presidente, que como ex-companheira de partido e como pessoa com quem V. Ex.<sup>8</sup> privou nas lutas do Partido Social-Democrata, lamento profundamente a

falta de coragem que acabou de demonstrar hoje, nesta Câmara, ao ser incapaz de responder a uma pergunta que lhe foi formulada.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — V. Ex.<sup>a</sup> é presidente do órgão supremo na hierarquia dos poderes políticos em Portugal, e esse órgão tem, neste momento, poderes constituintes. Somos todos deputados, constituintes, V. Ex.<sup>a</sup> também o é e o mínimo que poderia ter feito era ter dito ao Sr. Primeiro-Ministro que essa carta viola o artigo 160.<sup>a</sup>, n.<sup>º</sup> 1, da Constituição.

Pelo lugar que ocupa, pelas tarefas que partilhei consigo e pela amizade que durante muitos anos nos ligou, lamento profundamente que V. Ex.<sup>a</sup> tenha sido completamente incapaz de levantar a sua voz, manifestar o seu protesto, em seu nome pessoal, em nome partidário e em nome da dignidade que a todos nos compete assumir nesta Casa onde estamos sentados.

*Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.*

Sr. Presidente, esta era a interpelação que queria fazer, e, se me der licença, em seguida farei o protesto, respondendo V. Ex.<sup>a</sup> depois.

Quanto ao protesto, em termos simples e claros, direi a V. Ex.<sup>a</sup> e aos deputados aqui presentes que a carta do Sr. Primeiro-Ministro configura um gravíssimo precedente na democracia portuguesa. É inacreditável que, catorze anos após o 25 de Abril, a poucos anos do final do século XX, na Europa da CEE e dos direitos do homem, na Europa do Parlamento Europeu, haja um Primeiro-Ministro que ouse desconhecer as regras constitucionais que nos regem. E, mais do que isso, é inacreditável que haja um Primeiro-Ministro que ouse intimidar a liberdade de palavras dos deputados com ameaças de procedimentos que são constitucionais, mas, ainda que o não fossem, eram, desde logo, ameaças de coartar a liberdade de expressão.

Quero aqui dizer à bancada do PSD que confio nas instituições democráticas. Perdi toda a confiança no Primeiro-Ministro. Já não tinha muita, mas, neste momento, ele desmarcou-se completamente: é incapaz de compreender a democracia!

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não perdi a confiança na bancada do PSD e o que desta data em diante aqui se passar permitir-me-á pôr à prova as nossas convicções democráticas, a nossa capacidade de defender o regime democrático, a Constituição, as imunidades parlamentares, os nossos poderes constituintes.

Acredito que a bancada do PSD será capaz de querer levar até ao fim o esclarecimento da verdade acerca dos factos que eu aqui trouxe e votar favoravelmente o meio que nos permite a nós, deputados, levar até ao fim o esclarecimento da verdade e que é um inquérito parlamentar, que já foi apresentado na Mesa.

Acredito Srs. Deputados, que da vossa parte haverá um sobressalto de consciência; acredito Srs. Deputados, que isso ainda se venha a verificar; mas não posso deixar de vos dizer que não recebo ordens do chefe, não tenho medo do chefe, com processos ou ameaças de processos, o chefe não me calará!

Sou deputada por voto popular e com poderes constituintes (apresentei um projecto de lei de revisão cons-

titucional) e, votem os senhores aqui o que quiserem, legal ou ilegalmente, constitucional ou inconstitucionalmente, não me calarão.

Uma coisa é certa: se, porventura, vos passar pela ideia votar alguma deliberação inconstitucional, desde já, vos digo, Srs. Deputados, que não acatarei essa deliberação. Ela será nula e de nenhum efeito. Desta Casa não sairei, a não ser pela força das armas!

*Aplausos do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes, e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Esteja descansada, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta, porque não vai ser a Joana d'Arc de 1988 ...

*Aplausos do PSD.*

... pela razão muito simples de que aqui há civilização, cultura, iluminismo, respeito pelas instituições.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Vê-se, vê-se!

**O Orador:** — O Sr. Deputado José Magalhães quer falar?

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Na altura própria!

**O Orador:** — Como eu estava a dizer, aqui há respeito pelas instituições, respeito esse de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não deu minimamente provas. E vou demonstrá-lo — aliás, os factos são extremamente simples.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — Escandalosos!

**O Orador:** — O Sr. Primeiro-Ministro requereu, no exercício dos seus direitos, a instauração de procedimento criminal contra a Sr.<sup>a</sup> Deputada ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Não pode!

**O Orador:** — ... e ainda não está solucionada a questão incidental de saber se o processo criminal vai parar por existência ou não de imunidade parlamentar. É uma questão ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Não pode!

**O Orador:** — Quer falar, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Não pode pôr nenhum processo e o Sr. Deputado sabe isso!...

**O Orador:** — Pode, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode. O que não pode é prosseguir o processo criminal, se se verificar — e é, talvez, minha convicção que tal se verificará — a persistência da imunidade parlamentar. Mas saber se houve uma infracção no exercício das suas funções, etc., é uma questão em aberto.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Cobardes!

**O Orador:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada ainda não garantiu ...

*Protestos do PCP.*

Gostava de ter condições para falar, Sr. Presidente. Como estava a dizer, a Sr.<sup>a</sup> Deputada ainda não disse se, para fazer as gravíssimas acusações que aqui fez, que tem como criminais (a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem as suas imputações como criminosas porque invoca a imunidade parlamentar), usou das suas funções, se pretendeu abusar delas ou se serviu apenas da circunstância de tempo, lugar, espaço e ocasião do exercício da actividade parlamentar, presumo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tenha falado no exercício das suas funções. Custa-me um pouco a acreditar que tenha feito acusações tão graves, relativas a actividades criminosas, para as quais invoca agora a imunidade parlamentar, no exercício das suas funções. Talvez o tenha feito, ... uma maneira absurda de considerar o exercício das suas funções!...

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.): — Está a delirar!...

O Orador: — Quer falar, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

*Protestos do PS.*

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Vá estudar a Constituição! Bem precisa!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Espanador dc Cavaco!...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Costa Andrade está no uso da palavra e, se assim o entender, pode permitir interrupções.

O Orador: — O Sr. Engenheiro Duarte Pereira quer interromper-me?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado, queria perguntar à Mesa, em termos de interpelação ...

O Orador: — Mas quem está no exercício da palavra sou eu, Sr. Presidente!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Gostava de saber a que título o Sr. Deputado Costa Andrade está a intervir. Se está a fazer uma interpelação ...

O Orador: — Sr. Deputado, depois da intervenção que há pouco fez, penso que não tem legitimidade para pôr questões ...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Essa é boa!

O Orador: — É evidente!

*Aplausos do PSD.*

O senhor, que fez uma intervenção à Mesa, que assistiu impávido e sereno a protestos, que assistiu à ultrapassagem da figura regimental da interpelação à Mesa, vem agora querer impedir-me de falar? O senhor não tem a mínima legitimidade moral!...

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eduardo Pereira, o Sr. Deputado Costa Andrade está no uso da palavra.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Costa Andrade.

O Orador: — Sr. Presidente, permito que o Sr. Deputado Eduardo Pereira me interrompa, se a interrupção me for dirigida.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Costa Andrade permite a interrupção, faça favor Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Orador: — Pode falar.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente ...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Vá à polícia, Sr. Deputado Costa Andrade.

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, não o ouço. Tem aí o microfone e fale. Deixo-o interromper-me. Fale, tem o microfone ...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Para si basta-me o aparte!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Costa Andrade permitiu que o Sr. Deputado Eduardo Pereira o interrompesse, pelo que lhe dou a palavra, Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Pergunto ao Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Não pode usar da palavra para esse efeito, Sr. Deputado. Faça favor de continuar, Sr. Deputado Costa Andrade.

O Orador: — Sr. Presidente, retomo a palavra, se me deixarem.

Ouvimos com tanta calma tudo o que foi dito que solicitamos, apenas, uma certa reciprocidade de tratamento, na certeza de que nem a força das palavras nem a das armas mitómanas da D. Helena Roseta nos calarão. Não haverá armas que nos calem!...

*Aplausos do PSD.*

Dizia eu, Sr. Presidente, que os factos são extremamente simples. Nem a D. Helena Roseta, a afivelar máscaras apressadas ...

Vozes do PS e do PCP: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que se mantenham em silêncio, para que o Sr. Deputado Costa Andrade possa ser ouvido.

O Orador: — Como eu estava a dizer, nem a deputada, Sr.<sup>a</sup> D. Helena Roseta, ...

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... dirigindo-se apressadamente para os altares do sacrifício, adulterará os factos, que são extremamente claros.

O Sr. Primeiro-Ministro, porque sentiu que o Governo foi vítima de um crime — e a deputada Helena Roseta também sente, porque invoca a imunidade parlamentar —, requer um processo-crime. É natural, é a minha convicção pessoal de que esse processo-crime está precludido, vai parar por existência da imunidade parlamentar. Mas esta é uma questão em aberto. Até se decidir isso, tudo está nos termos legais e constitucionais deste País.

Em segundo lugar, Sr.<sup>a</sup> Deputada D. Helena Roseta, esteja descansada porque, se viesse a ser instaurado um procedimento criminal, teria todas as garantias de defesa, ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.):** — Também era melhor!

**O Orador:** — ... designadamente a de presunção de inocência, garantia essa, que ela não concedeu, dolosa e fraudulentamente, às pessoas que acusou neste Plenário.

Porquê? Porque a D. Helena Roseta, que aqui fez acusações gravíssimas ...

**Vozes do PCP:** — Ordinário!

**O Sr. José Lelo (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada!

**O Orador:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada D. Helena Roseta, como acabam de me corrigir, fez aqui ...

*Protestos do PS e do PCP.*

Já se calaram? À força das armas?!

**O Sr. António Vitorino (PS):** — É a força da razão!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, solicito-vos que mantenham as condições mínimas para podermos ouvir.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — O Sr. Deputado fala alto demais. Julga que o argumento se mede em decibéis!

**O Sr. Presidente:** — Embora estejamos a fazer interelações que o não são, peço-lhes que, pelo menos, mantenhamos do tempo de que dispomos em ordem.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Orador:** — À Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta seriam garantidas todas as possibilidades de defesa, designadamente a de presunção de inocência, garantia essa que ela, maldosa e dolosamente, não concedeu às pessoas que aqui acusou. Isto porque, na intervenção que fez, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta disse coisas sem as provar — como se verificou —, sem dar as mínimas provas, a não ser as de que outras pessoas também faziam esse tipo de actos e que também ela conversava com empreiteiros. Era como se eu dissesse: «A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta é uma grandessíssima qualquer coisa.» Prova: porque há pessoas com o mesmo peso, com os mesmos sinais exteriores, que têm determinados comportamentos comuns, que também o são.

**Vozes do PCP:** — O Sr. Deputado é um ordinário!

**O Sr. José Lelo (PS):** — E o Sr. Deputado é um refinado qualquer coisa!...

**O Orador:** — Foi exactamente o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse.

**O Sr. Presidente:** — Quicira terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta disse aqui ...

*Protestos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Quicira terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Quando tiver condições ...

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — O Sr. Presidente acha que isto é normal? Está aí a fazer o quê? Qual é o seu papel?

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, solicito ao Sr. Deputado Costa Andrade o favor de abreviar e terminar o seu pensamento e aos Srs. Deputados o favor de permitirem que o Sr. Deputado Costa Andrade conclua, porque, se não, prolongamos indevidamente a sessão.

Queira terminar, Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — A culpa é sua, Sr. Presidente. O primeiro dever de um presidente é o de presidir.

**O Orador:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada, na intervenção que iniciou este processo, disse esta coisa gravíssima: «Já ninguém me convencerá, como ninguém convencerá a opinião pública, de que os factos não são como eu os relato.»

Isto é, a Sr.<sup>a</sup> Deputada passou por cima de todas as possibilidades de defesa, de toda a presunção de inocência e atirou com o estigma, com o labéu, que ela própria sabia que, mesmo contra prova em contrário, já era absolutamente irreversível.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que termine a sua intervenção.

**O Sr. José Lelo (PS):** — O Sr. Deputado vai ter o Céu!

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — O Sr. Presidente do Conselho de Ministros vai-dar-lho!

**O Sr. António Vitorino (PS):** — Vai ser o «João d'Arc»

**O Orador:** — Não vou, não, Srs. Deputados, até porque não serrei mártir. As palavras vindas do Partido Socialista não são armas e não me amolarei na defesa dos meus ideais. Infelizmente os Srs. Deputados do Partido Socialista só me agride com palavras e à palavra, embora sendo uma «arma», ainda posso resistir.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto ...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

**O Orador:** — Eu gostava muito ...

**O Sr. Presidente:** — Se não o fizer rapidamente, retiro-lhe a palavra dentro de alguns segundos.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Já o devia ter feito!

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — Caramba! Isto é de mais!

**O Orador:** — Sr. Presidente, quero terminar, mas gostaria que fossem criadas as condições para me fazer ouvir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa tem em consideração as interrupções de que tem sido alvo, mas peço-lhe que termine a sua intervenção.

O Orador: — Sr. Presidente, para terminar, quero apenas dizer à Sr.ª Deputada Helena Roseta que pode estar descansada porque ser-lhe-ão garantidas todas as imunidades a que tem direito. Ser-lhe-ão garantidas todas as presunções de inocência a que tem direito e que a Sr.ª Deputada maldosa e dolosamente não garantiu, a coberto da imunidade parlamentar, ciente e consciente de que estava no exercício de actividade criminosa.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a assistir aos nossos trabalhos de hoje encontram-se nas galerias alunos e professores da Escola Primária n.º 4, de Odivelas.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para uma interrogação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O grupo Parlamentar do PCP apoia a iniciativa anunciada pelo Partido Socialista de abrir um debate sobre esta questão. Em todo o caso, não podemos deixar de manifestar a nossa mais firme repulsa em face da iniciativa tomada pelo Sr. Primeiro-Ministro e agora anunciada à Assembleia da República.

Há dias tomámos conhecimento e ficámos escandalizados com a decisão de uma Sr.ª Ministra, que levou à exoneração de um alto representante da Administração Pública que proferiu determinadas afirmações, denunciando situações escandalosas e graves para o nosso povo.

Com efeito, verificamos que não se trata apenas da actuação de uma Ministra, que é uma orientação geral do Governo agora assumida pelo Sr. Primeiro-Ministro. O Governo não quer calar apenas os elementos da Administração Pública, mas também intimidar, perseguir, calar a voz aos deputados na Assembleia da República. É a lei da rolha levada às suas últimas consequências.

*Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

Srs. Deputados, a iniciativa do Sr. Primeiro-Ministro configura um atentado à democracia e ao nosso regime democrático, o qual não sei se já mereceu a devida reflexão de todos os Srs. Deputados e, designadamente, dos Srs. Deputados do PSD.

Chamo a atenção para a seguinte circunstância: a Sr.ª Deputada Helena Roseta não se limitou a produzir graves acusações ao Governo. A Sr.ª Deputada Helena Roseta não se limitou a produzir graves acusações ao Governo e ao Partido do Governo. A Sr.ª Deputada Helena Roseta, logo a seguir, tomou a iniciativa de promover um inquérito parlamentar. Deste modo, estão criadas todas as condições para que o Governo e o Partido do Governo se possam defender aqui, estão criadas todas as condições para que o Governo e o Partido do Governo vejam esclarecida a verdade, e só isso pode interessar à democracia portuguesa.

Se o Governo se pode defender aqui, a que título vem esta iniciativa de se procurar defender nos tribunais? Não mostra isto que o Governo tem medo do debate nesta Câmara, tem medo da discussão, tem medo do inquérito parlamentar?

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Orador: — A não ser assim, o que o Governo devia fazer era dar indicação aos seus deputados para que aprovassem o inquérito parlamentar e assegurar a instauração do mesmo, o mais rapidamente possível.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

A nosso ver, a iniciativa do Governo é brutalmente inconstitucional. Disso não temos qualquer dúvida.

Assim, e apesar de algumas tristes figuras a que já hoje assistimos nesta Câmara, temos confiança em que os Srs. Deputados do PSD saibam pôr, acima da obediência à voz do chefe, considerações relativas à defesa da democracia, das instituições e da própria dignidade da Assembleia da República, quando a questão aqui se colocar.

Quanto ao Sr. Presidente da Assembleia da República, lamentamos ...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Não está a ouvir!

O Orador: — Gostaria que ouvisse, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, lamentamos que, em face de uma situação clara como esta, V. Ex.º, na qualidade de Presidente de todos os deputados desta Assembleia — conforme nós o entendemos —, não tenha assumido sem equívoco a defesa da Constituição e de um deputado da Assembleia da República.

*Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

Sr. Presidente, insistimos em querer conhecer o seu pensamento, a sua interpretação acerca do n.º 1 do artigo 160.º da Constituição. Gostaríamos de saber a sua interpretação acerca do direito de qualquer deputado produzir nesta Câmara, no exercício do seu mandato, as acusações que, em sua consciência, intente fazer, para defesa da democracia e dos interesses do povo português. Por outro lado, não considera o Sr. Presidente que é nesta Câmara que as questões devem ser dirimidas e apurada a verdade?

Ainda a propósito do exercício dos direitos dos deputados, como foram exercidos pela Sr.ª Deputada Helena Roseta, gostaríamos de saber se o Sr. Presidente tem qualquer equívoco, porque isso é importante para todos sabermos que considerações fazer no futuro relativamente à Presidência da Assembleia da República.

*Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Costa Andrade pediu a palavra para defesa da honra.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Então e eu?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Naturalmente, não contesto que o Sr. Presidente dé a palavra ao Sr. Deputado Costa Andrade para defender a honra, mas eu fiz uma interpelação à Mesa sobre uma questão que considero ser prioritária. Portanto, o Sr. Presidente deve responder, por-

que eu não invoquei um artigo do Regimento mas um artigo da Constituição. Espero que o Sr. Presidente responda à interpelação que lhe foi dirigida.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Costa Andrade pediu a palavra para a defesa da honra. Irei dar-lhe a palavra dentro de momentos.

A Mesa anotou os pedidos de inscrição de vários Srs. Deputados, alguns dos quais pretendem intervir no mesmo sentido.

Também a Mesa anunciou a existência de um inquérito parlamentar e o propósito da realização futura de um debate sobre essa matéria. Deste modo, darei a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta mais tarde, porque se encontra inscrita e é particularmente visada nesta discussão, mas não deixarei arrastar o presente debate com intervenções repetitivas de deputados que já tiveram ocasião de usar da palavra para formular interpelações, que, embora não o tendo sido realmente, a Mesa accitou por compreender a importância do que neste momento está a ser debatido.

Quanto ao comportamento do Presidente da Assembleia da República, será aquele que foi visto e lido ao longo do tempo, no seu juízo e sujeito a todas as suas interpretações.

Para defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — E os outros deputados inscritos?

**O Sr. Presidente:** — A defesa da honra precede outras intervenções, Sr. Deputado.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indcp.):** — Oh! Sr. Presidente, e se eu também quiser defender a honra? Mas, com certeza ... os cavalheiros primeiro!

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Mesa tinha conhecimento de que o Sr. Deputado Costa Andrade tinha pedido a palavra para a defesa da honra e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta se tinha inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta invocou a razão: cavalheiros primeiro. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada faz questão de defender a sua honra primeiro, proponho: *ladies first*. Faça favor!

*Risos do PS.*

**Uma voz do PCP:** — Que palhaço!

**O Orador:** — Em termos muito serenos e muito rapidamente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Brito que não sei se teve intenção — faço-lhe essa justiça — de ofender a minha honra.

Porém, o Sr. Deputado disse coisas que não posso deixar de considerar lesivas da minha honra, tanto pessoal como profissional. É o caso da afirmação do Sr. Deputado quando diz que eu intervinha por obediência ao chefe. Não é verdade, Sr. Deputado.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Não! Que ideia! ...

**O Orador:** — Não é verdade, Sr. Deputado. A prova de que não é verdade (e tenha os custos que tiver para a minha própria integridade moral e sobretudo profissional de estudioso das coisas do direito, só e apenas de estudioso, não de

sabedor nem de sábio, porque sábios há poucos, mas de estudioso apenas) está em que intervinha convencido da justeza jurídico-constitucional da minha intervenção, e continuo convencido de tal, embora sob ressalva ...

**Uma voz do PCP:** — Diga isso, sem se rir!

**O Orador:** — ... de melhor entendimento e de melhor esclarecimento. Repito, continuo convencido dessa mesma justeza e daí as palavras que proferi. Não foi por obediência ao chefe, Sr. Deputado.

Se aquilo que eu disse tem algum carácter negativo, ... corresponde à minha convicção. E se o Sr. Deputado quis, num gesto de bom samaritano, dizer que «o Sr. Deputado é melhor do que aquilo que mostra ser e só faz isto em obediência ao chefe», devo agradecer-lhe o elogio, mas reafirmo-lhe o seguinte: continuo convencido da bondade, da justeza, da correcção jurídico-constitucional daquilo que disse e não foi por obediência ao chefe que o fiz mas por convicção pessoal. De resto, continuo convencido disso.

Além do mais, Sr. Deputado, a adesão neste partido é livre e nunca se verificaram adesões à custa de sacrifícios à integridade física ou outra de militantes, que depois, ciclicamente, se vem dizer que foram monstruosidades. Neste partido há períodos de adesão e de afastamento. Eu próprio me posso louvar desse percurso ...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, seja breve, se faz favor.

**O Orador:** — ... pois tenho tido, em relação a todas as lideranças deste partido, liberdade de adesão para «estar com», para estar «menos com» ou até, se necessário, para «está contra». Nunca a obediência ao chefe, invocada por V. Ex.<sup>a</sup>, me levaria a dizer coisas que pusessem em causa a minha integridade profissional. Aquilo que eu disse, até prova em contrário, é, do meu modesto ponto de vista, juridicamente correcto.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar esclarecimentos, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, na minha intervenção não citei ninguém, mas compreendo esta defesa da honra feita pelo Sr. Deputado Costa Andrade.

De forma muito singela, quero apenas dizer que a minha intenção foi no sentido de lamentar aquilo que me pareceu a superficialidade da intervenção do Sr. Deputado e, simultaneamente, apelar para a consciência da sua bancada, inclusive para a sua consciência, sobre o papel que a nós todos está reservado na democracia portuguesa, sobre o papel que a vocês, de uma maneira especial, está reservado neste preciso momento da democracia portuguesa.

Por outro lado, queria também chamar a atenção para o facto de o mandato que nos faz ter assento na Assembleia nos ter sido conferido pelo nosso povo e a intenção desse mandato não é a de fazer injustiças como aquela que o Sr. Primeiro-Ministro pretende preparar mas a de fazer a justiça de se criarem condições para que a verdade seja defendida no nosso país.

É esta singela declaração que vos deixo.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Costa Andrade pede a palavra, para que efectue?

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se me reconhece a idoneidade e a capacidade para intervir aqui sem ser necessário invocar a obediência ao chefe. É a esta acusação que me foi feita e de que gostaria de me defender; gostaria também de ouvir do Sr. Deputado esse juízo sobre a minha pessoa.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, é evidente que, quando faço um apelo à vossa bancada, é com a convicção de que é possível que nessa bancada e nesta circunstância especial e concreta — não ponho em causa a disciplina política de qualquer partido — os deputados do PSD sejam capazes de interpretar o que interessa ao nosso povo, à democracia, à instituição parlamentar e saibam ter opinião independente que leve à defesa das tradições do Parlamento e, no caso concreto, à defesa dos direitos e das liberdades dos deputados e da oposição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — Quem não deve não tem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, preferencialmente, vou dar a palavra aos grupos parlamentares que ainda a não usaram e à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta, pelas razões que já tive oportunidade de expor.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indcp.): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas pretendo usar da palavra para uma intervenção de protesto relativamente às afirmações feitas a meu respeito pelo Sr. Deputado Costa Andrade.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, protestos ou interpelações não existem neste momento; portanto ...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Houve uma interpelação e a prova é que o Sr. Presidente não responde!

O Sr. Presidente: — ... faça uma interpelação, logo uma defesa da honra.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (Indep.): — Sr. Deputado e Sr. Presidente desta Casa ...

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Que defesa da honra é que vai sair?

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Costa Andrade deu aqui provas de um certo delírio, ao tentar justificar o injustificável. O Sr. Deputado Costa Andrade contradisse-se a si próprio ao afirmar que eu teria feito acusações sem provas relativamente a factos de responsabilidade criminal, terminando a sua intervenção dizendo que eu estaria a fazê-las com consciência de estar a praticar uma actividade criminosa. Isto é uma total contradição na argumentação do deputado Costa Andrade, o que prova que ele não sabe o que está a dizer e não se acatou devidamente ao vir defender o indefensável.

O Sr. Deputado Costa Andrade certamente poderá ter conhecimento de declarações de pessoas com competência jurídica para o esclarecer, se tem dúvidas sobre o n.º 1 do artigo 160.º da Constituição. O Prof. Jorge Miranda declarou à televisão, aos órgãos de comunicação social ...

O Sr. Costa Andrade (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada é uma irresponsável! Nunca pus isso em causa! A senhora não sabe o que diz!

Vozes do PS: — Está registado!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há diálogo!

A Oradora: — Congratulo-me pelo facto de o Sr. Deputado Costa Andrade não pôr em causa o n.º 1 do artigo 160.º da Constituição e mantenho a afirmação de que o Sr. Primeiro-Ministro já o violou e que os Srs. Deputados deveriam ter protestado contra isso. Mas os senhores não protestaram, o problema é vosso, não é meu. Eu protesto e não podem impedir-me de o fazer.

Sr. Deputado Costa Andrade, a sua bancada e o Governo parecem terem-se esquecido que no dia 11 de Fevereiro deste ano eu vim aqui denunciar o decreto regulamentar n.º 35/87, ao abrigo do qual três milhões de contos que deviam ter entrado nos cofres do Estado não entraram, e os senhores não foram capazes de me explicar por que razão esses três milhões de contos não entraram nos cofres do Estado, quando deviam ter dado entrada, ao abrigo da lei e ao abrigo de contratos assinados!

Foi isso que os senhores não quiseram saber e é isto que os senhores não querem explicar, é isto que os senhores não querem esclarecer!

Quando peço insistentemente que vamos inquirir por que é que isto foi feito, vamos perceber por que é que isto foi feito desta maneira, vamos tentar saber se há contrapartidas que desconhecemos, uma vez que aquilo que está dito é que não há quaisquer contrapartidas, o Sr. Deputado parece ignorar que não é legítimo a um titular de um cargo público lesar os cofres do Estado sem contrapartidas para o interesse público, sem contrapartidas para as finanças públicas, sem contrapartidas para os interesses da região que está em causa. O Sr. Deputado ignora tudo isso, o Sr. Deputado está distraído, está nervoso, o problema é seu!

Risos do PSD.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Não posso ouvir isto!

A Oradora: — Mas quanto a matéria de responsabilidade criminal, Sr. Deputado Costa Andrade, talvez pudesse refrescar a sua memória com dois factos: em primeiro lugar, nesta Câmara, desde 1820, foram feitas afirmações gravíssimas sobre reis, primeiros-ministros, membros do Governo, presidentes da República e nunca foi processado nenhum deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Foram feitas nesta Câmara, já depois do 25 de Abril, afirmações gravíssimas que aqui foram ditas contra Francisco Sá Carneiro — nunca lhe passou pela cabeça ...

A Sr.<sup>a</sup> Conceição Monteiro (PSD): — O que é que foi dito?

**A Oradora:** — Conceição Monteiro, sabe exactamente o que aqui foi dito de Sá Carneiro! E o Sr. Deputado Costa Andrade sabe que Francisco Sá Carneiro nunca processou nenhum deputado!

Foram feitas afirmações gravíssimas — para citar outros casos — contra Vasco Gonçalves e Vasco Gonçalves não processou nenhum deputado!

Já no tempo da ditadura foram aqui proferidas acusações gravíssimas, pelo próprio Francisco Sá Carneiro, contra o regime. Marcelo Caetano — e era uma ditadura — não ousou aplicar o preceito que a Constituição de 1933 permitia, processando o deputado Francisco Sá Carneiro, não ousou fazê-lo! Portanto, o que se passa neste momento aqui, com a carta de que tivemos conhecimento, é um precedente, em que é difícil de acreditar, mas que, pelos vistos, existe. Relativamente à matéria da responsabilidade criminal, que o Sr. Deputado tanto invocou na sua intervenção, eu refresco-lhe a memória com a leitura do artigo 10.º da Lei n.º 34/87, sobre «coacção contra órgãos constitucionais»:

O titular de cargo político que, por meio não violento nem de ameaça de violência, impedir ou constranger o livre exercício das funções de um órgão de soberania será punido com prisão de dois a oito anos.

É esta a legislação que temos, poderá ser útil futuramente.

*Aplausos do PSD, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Tendo concedido a palavra à Sr.ª Deputada Helena Roseta, ao abrigo das disposições regimentais da defesa da honra e da consideração, para dar explicações, tem a palavra, se assim o entender, o Sr. Deputado Costa Andrade.

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Uso da palavra para, mais uma vez, dizer à Sr.ª Deputada Helena Roseta — que se recusa a compreender as coisas —, e invocando o testemunho de toda a Câmara, que não pus, nem ponho, em causa o artigo 160.º da Constituição.

Não é isso, Sr.ª Deputada, o que, neste momento, está em causa! Há uma questão prévia, que a seu tempo será julgada pelos tribunais. Só quem tem uma mente absolutamente delirante ...

**Uma voz do PSD:** — Claro!

**O Orador:** — ... e não sabe nada destas coisas de direito é que pode fazer o tipo de alegações que a Sr.ª Deputada fez aqui. Por isso, declaro-me absolutamente incapaz de dialogar. Não vale a pena!

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Só ouve palavras dos que nada percebem!

**O Orador:** — A senhora não percebe nada disto! Deu provas de que não percebe porque a alternativa ...

*Aplausos do PSD.*

... seria dizer-lhe que estava de má fé e não lhe faço essa injunção. Repito, a Sr.ª Deputada deu provas de não perceber nada destas coisas.

Estou convencido de que, se tivesse percebido a enormidade da afronta que fez à integridade moral das

pessoas — sem provas, porque ainda as não exibiu —, a Sr.ª Deputada não iria agora invocar o inquérito parlamentar que vai ser feito. Só que a Sr.ª Deputada esquece esta coisa gravíssima: o inquérito parlamentar é feito contra pessoas concretas, com estigmas já irreversíveis. A Sr.ª Deputada sabe que são estigmas irreversíveis porque disse, em 11 de Fevereiro, o seguinte: «Já desta ninguém se livra, seja qual for a prova que for feita», e, por isso, a integridade moral daquelas pessoas já está irremediavelmente afectada. Agora vem com o inquérito parlamentar, certa e sabedora de que a integridade moral daquelas pessoas já não será reprimirada. Deste modo, essas pessoas ficarão para sempre prejudicadas pela má consciência e pela acusação apressada da Sr.ª Deputada Helena Roseta. É isso o que sinceramente lamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Sr.ª Helena Roseta (Indep.):** — Já desviou a questão! Desviar as questões é competência!

**Uma voz do PCP:** — Tem péssima consciência!

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, penso que estamos numa discussão que é fundamental e que tem a ver com o cerne da democracia em Portugal.

**Vozes do PRD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta discussão não tem a ver com a composição dos grupos parlamentares ou dos partidos políticos mas, sim, com os deputados individualmente considerados, pois são também eles e fundamentalmente eles, na Assembleia da República, o cerne fundamental da democracia.

Não nos surpreende a carta do Sr. Primeiro-Ministro, porque ela se insere numa propaganda e publicidade habituais, a que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro já nos habituaram.

**Vozes do PRD e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se o Governo entende que na Assembleia da República há razões e motivos para repor a verdade — e nós pensamos que assim deveria ser —, então teria de utilizar os mecanismos necessários, incluindo a solicitação ao seu grupo parlamentar que, efectivamente, fizesse e desse seguimento ao inquérito parlamentar para repor a verdade dos factos que aqui foram apresentados. Não temos conhecimento de que isso tenha sido feito. Não sei se isso revela que o Primeiro-Ministro e o Governo não têm confiança no Parlamento ou se revela outras coisas. Agora, o que não podemos aceitar, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, é que o Sr. Primeiro-Ministro ponha ou possa pôr em causa a Constituição da República Portuguesa quando pretende (e di-lo de uma forma clara) accionar mecanismos que retirem a imunidade a deputados desta Assembleia da República.

Isso seria não só um precedente gravíssimo (que, como foi aqui referenciado, nunca aconteceu), como permitiria, por outra razão — e penso que esse é que é o cerne desta questão —, lançar a dúvida, e por que não o medo? — porque naturalmente os deputados também têm medo —, limitando e condicionando, de uma forma perfeitamente inaceitável, a sua acção como deputados nesta Casa, no cumprimento das funções e emissões constitucionalmente consagradas.

Sr. Presidente, os deputados, cada um dos deputados presentes nesta Câmara não pode accitar, de maneira nenhuma — e os deputados, neste caso, estão para além dos próprios partidos —, que o Sr. Primeiro-Ministro procure accionar os mecanismos que ele entenda como convenientes para questionar, para pôr em causa a imunidade dos deputados e para lhes lançar o medo, impedindo-os de cumprir as suas funções constitucionais.

Não podemos, pois, accitar, de maneira nenhuma, esta situação, repudiamo-la e entendemos também, com todo o respeito e com as desculpas inerentes a esta afirmação que vou fazer, que, sobre este caso, o Sr. Presidente da Assembleia da República devia, como representante máximo desta casa e representante institucional dos deputados, ter eventualmente tomado — e aqui cabem, digamos, as minhas desculpas se efectivamente estou a ser incorrecto — uma posição relativamente àquilo que consideramos que é uma violação e uma afronta ao n.º 1 do artigo 160.º da Constituição da República Portuguesa.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, antes de interpelar a Mesa, vou dirigir algumas breves palavras à Sr.ª Deputada Helena Roseta.

Sr.ª Deputada Helena Roseta, desejo dizer-lhe que tem todo o nosso apoio. A sua frontalidade, a sua serena forma de apresentar os problemas e de defender as suas posições, mesmo em questões com que às vezes não concordamos, faz, sem dúvida, com que se imponha perante todos nós. V. Ex.ª obriga-nos e obrigou-nos sempre a respeitá-la como uma deputada séria, por ter sido uma pessoa que sempre defendeu a democracia, muito antes do 25 de Abril como hoje. Há seriedade no seu comportamento, Sr.ª Deputada Helena Roseta. Devo dizer-lhe, sinceramente, que a respeito muito e que devia merecer o respeito de todas as bancadas desta Câmara.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Muito obrigada!

O Orador: — Sr.ª Deputada, Cavaco Silva e o seu Governo têm-nos dado provas suficientes da sua implacabilidade. São implacáveis não só nos ataques gravíssimos aos deputados, à Assembleia da República, mas, principalmente, nos ataques ao regime democrático. O Governo já nos tinha habituado à sua falta de democraticidade, a não accitar as regras democráticas, a não entender a democracia, como V. Ex.ª, Sr.ª Deputada Helena Roseta, disse há momentos. Há exemplos bem recentes do autoritarismo que rodeia a nossa democracia. Por exemplo: o director do Serviço Nacional de Saúde fala, rua com ele! Um funcionário ministerial aponta questões, rua com ele! Os próprios ministros não têm liberdade de falar, são autorizados pelo Primeiro-Ministro; uma deputada apresenta um escândalo concreto, processa-se!...

Para onde é que isto nos leva, Srs. Deputados? Para onde é que vai a democracia se não soubermos travar este autoritarismo?!

É assim que Cavaco Silva e os seus apoiantes funcionam: num total isolamento! Qualquer dia um Sr. Deputado, na defesa de uma qualquer vulgaríssima iniciativa legislativa, critica o Governo e paira sobre ele a ameaça. E sabe-se lá, Srs. Deputados, talvez se possa dizer o mesmo do Sr. Presidente da República, ou seja, qualquer

dia o Sr. Presidente da República manifesta-se contra qualquer coisa e um qualquer ministro suscita-lhe um processo na Procuradoria-Geral da República! É bastante grave o que se está a passar, é, antes de mais nada, uma forma antidemocrática de impedir os inquéritos parlamentares, de acordo com o que consta no artigo 165.º da Constituição.

Não querem inquéritos parlamentares, nós sabemos-lo, não querem que as questões sejam públicas, mas, como se diz hoje mesmo, apesar de tudo e de todos os problemas existentes na comunicação social, estas questões extravasam para a opinião pública. Hoje mesmo, no editorial do *Diário de Notícias*, se diz que o Governo passaria a gozar de toda a impunidade, anulando as disposições que permitem à oposição exercer o seu direito e dever constitucional de fiscalização, o que representaria, como afirma o constitucionalista Jorge Miranda, por sinal autor do artigo 16.º da Constituição, um verdadeiro golpe de Estado constitucional.

Sr. Presidente, depois destas breves palavras, vou interpelar directamente V. Ex.ª

O Sr. Deputado Eduardo Pereira fez-lhe, no início da sessão, uma pergunta tranquila e V. Ex.ª respondeu da forma que todos ouvimos.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que repita por favor.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Eduardo Pereira fez inicialmente uma pergunta ao Sr. Presidente no sentido de saber que posição assumiria perante o ofício do Primeiro-Ministro e V. Ex.ª deu a resposta que todos ouvimos.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente: não acha curioso que um Presidente da Assembleia da República, quanto mais não seja e tendo em conta a Constituição, deve defender um setor, um seu deputado desta Assembleia, a própria Assembleia da República?

Pergunto-lhe, Sr. Presidente: depois deste debate que aqui se travou, V. Ex.ª mantém exactamente a mesma posição e, como Presidente da Assembleia da República pretende continuar a pôr-se à parte de uma questão tão grave como esta, como se nada fosse, esperando, como disse, que a Procuradoria-Geral da República resolva o problema? Depois deste debate V. Ex.ª mantém ainda a mesma posição, mantém o que respondeu ao Sr. Deputado Eduardo Pereira?

*Aplausos da ID, do PS, do PCP, de Os Verdes e da deputada independente Helena Roseta.*

O Sr. Presidente: — No termo de algumas interpações que ainda falta fazer, farci um comentário à pergunta concreta que me fez.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão que se começa a esboçar, porque penso que ainda não está colocada, é susceptível de ser necessariamente respondida através da consciência de cada um. Não estamos a discutir um problema partidário mas, sim, um problema que mexe com as instituições e com a liberdade de cada mulher e de cada homem que se senta nesta Assembleia ...

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — O problema que se coloca é o de saber se o Parlamento, muito especialmente quando nele existe uma maioria formada por um só partido, pode manter intactos os seus mecanismos de liberdade, de apreciação crítica e fiscalizadora dos actos do Governo.

Tudo o que seja no sentido de fazer ou limitar a acção dos grupos parlamentares e dos deputados individualmente considerados é algo que afecta ou deve afectar não apenas o deputado em causa mas todos e cada um dos deputados que se sentam nesta Assembleia, a começar por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que a todos representa.

**Uma voz do PS:** — Ou devia!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não queremos pronunciar-nos — e não o faremos — sobre o fundo da questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada levantou. Não é essa a matéria que está neste momento em causa. O que está em causa é saber se é lícito ao Governo, em vez de prestar esclarecimentos, processar os deputados que levantam questões.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estávamo à espera de um esclarecimento às questões aqui levantadas e surge-nos a intenção de um processo judicial.

Dirigindo-me fundamentalmente à bancada do PSD, onde reconheço democratas de sempre, homens que estiveram aqui comigo na Constituinte, que lutaram ao meu lado na Constituinte, quando houve graves atentados à liberdade de cada um, lembro-me perfeitamente disso, ...

**Uma voz do PSD:** — Olhe para aquele lado!

**O Orador:** — ... pergunto hoje, em 1988, quando têm uma maioria tão grande, se a vossa generosidade e compreensão não deveria corresponder à vossa força.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta é a pergunta que vos coloco.

O Governo necessita de usar expedientes desta natureza — independentemente da apreciação jurídica da causa em relevo — para fazer valer o seu ponto de vista, ou para, enfim, encobrir, se assim se pode dizer, acções ou actuações que só ganhavam em ser esclarecidas. Ganhava o Governo, o Parlamento e as instituições!

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o CDS não pode concordar com o procedimento adoptado pelo Governo. Entendemos mesmo que é um procedimento grave, é um precedente gravíssimo e intolerável, que nem mesmo em pleno regime democrático se aceita.

Não está em causa, volto a repetir, a questão que foi levantada; está em causa, isso sim, o relacionamento entre o Sr. Primeiro-Ministro e a Assembleia da República entendida como um todo, e não entre o Sr. Primeiro-Ministro e uma maioria. O que está em causa são, obviamente, as relações entre o Governo e a Assembleia da República, entendida esta como órgão fiscalizador do Governo, independentemente dos partidos que aqui estão representados, órgão que tem de exercer esse mandato sob a pena de faltar à sua responsabilidade e ao seu dever. É isto que aqui está em causa.

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Então, para que é a guerra?!

**Uma voz do PS:** — É só para assustar?!

**O Orador:** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, termino com uma consideração: estou perfeitamente convencido de que o pedido do Sr. Ministro-Primeiro não irá ser satisfeito. Estou convencido de que não se vai assistir, para o bem de todos nós, ao levantamento da imunidade parlamentar de um deputado com os fundamentos que são apresentados.

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Ninguém o quer!

**O Orador:** — Se ninguém o quer, pois óptimo! Melhor ainda! Sr. Deputado, se ninguém o quer, estamos todos de acordo, só temos que nos regozijar com isso!

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — É evidente! Já disse isso dez vezes!

**O Orador:** — Ainda bem que o disse, Sr. Deputado, porque assim estamos, mais uma vez, de acordo e tenho muito gosto, em matéria jurídica, em estar de acordo consigo ...

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — Não criem problemas onde não existem!

**O Orador:** — ... e em saber que não vai haver levantamento da imunidade parlamentar de um deputado.

Mas, dizia eu, certamente não vamos assistir a esse facto, e ainda bem. Estamos perfeitamente convencidos de que não vamos assitir a isso mas sim aos necessários esclarecimentos por parte do Governo relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta. Se assim for, estamos todos de parabéns e a Assembleia cumprirá o seu mandato. Se assim não for, então a questão terá de ser encarada noutra sede e o discurso do CDS terá de ser outro.

*Aplausos do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

**O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes):** — Sr. Presidente, não é minha intenção trazer aqui argumentos de natureza jurídica que abonem ou ponham em causa a legalidade do ofício do Sr. Primeiro-Ministro. Já aqui foram expeditos doutíssimos argumentos e não seria a insipienteza dos meus que ia, de facto, contradizer aqueles que aqui foram proferidos, nomeadamente os do Sr. Deputado Costa Andrade. Não é, pois, minha intenção entrar por aí. A seu tempo, aquando da discussão do pedido de inquérito, de que, aliás, tenho a honra de ser um dos subscritores, terei certamente ocasião de fazer uma intervenção a esse respeito.

No entanto, Sr. Presidente, considero que hoje aqui, nesta Casa, como todos os dias, se faz história. E o dia começou de uma forma que, diria, negra para a história do parlamentarismo português. Pela primeira vez e abrindo um precedente, conforme ficou aqui bastante provado, um Primeiro-Ministro teve a veleidade de questionar e de pôr em causa a imunidade dos parlamentares. Ficou provadíssimo que nem em situações de ditadura — ditadura que sabemos a que extremos foi capaz de chegar — se conseguiu ir tão longe.

Ora, sendo isto um precedente gravíssimo e estando nós aqui a fazer história, temos a responsabilidade de não o deixar passar em claro, todos nós e mormente o Sr. Presidente, Presidente eleito desta Assembleia, órgão de soberania que, no sentido de todos, penso, e no repetir do dizer do Sr. Presidente da República — ouvi-o dizer várias vezes e tenho estas afirmações como verdadeiras —, é o mais lídimo representante da nossa democracia.

Não é, pois, digno da nossa parte e muito menos da parte do Sr. Presidente, permita-me que lho diga, que saímos hoje daqui, todos nós deputados eleitos e V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Assembleia da República, sem tomar uma atitude que lave esta nódoa negra, no dia em que se fez história negra no parlamentarismo português, sem que se lave aquilo que considero ser uma afronta.

Temos, pois, que sair daqui com dignidade, com a mesma dignidade com que entrámos hoje de manhã, para produzir trabalho digno. Esta afronta tem que ser lavada no dia em que foi produzida!

*Aplausos do PS, do PCP, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, gostaria de afirmar que o minidebate, sob a forma de interpelações, que aqui teve lugar esta manhã, demonstrou que estamos perante uma questão delicada, que ganha em ser analisada friamente.

O Presidente da Assembleia da República reagirá de acordo com a leitura que faz desta questão e em devido tempo poderá ser analisada a sua posição.

Já se pronunciaram todos os grupos parlamentares, neste momento julgo que já foi dito o suficiente e solicitava que os deputados ainda inscritos para interpellar a Mesa — os Srs. Deputados Eduardo Pereira, Vieira de Castro, Lopes Cardoso, Vieira Mesquita e Montalvão Machado — prescindissem do uso da palavra para podermos entrar no período da ordem do dia.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lacão pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, a minha hesitação em pedir a palavra era apenas no sentido de saber se o Sr. Presidente iria ou não avançar se os outros deputados inscritos mantinham ou não o pedido do uso da palavra.

Peço a palavra, Sr. Presidente, para esclarecer a Mesa de que desejo utilizar a figura regimental do protesto de bancada, na sequência das palavras do Sr. Presidente.

Usarei da palavra quando o Sr. Presidente me permitir.

O Sr. Presidente: — Como não vi nenhum sinal de pedido de palavra, tomo isso como uma confirmação da minha sugestão.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente? É para interpor a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, se todos os Srs. Deputados das outras bancadas prescindirem do uso

da palavra, obviamente que os deputados da minha bancada que estão inscritos também o farão.

Gostaria, no entanto, que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse a bancada do PSD a que título é que vai conceder a palavra ao Sr. Deputado Jorge Lacão.

Segundo o Regimento, a figura do protesto é usada após a intervenção e, portanto, gostaria de saber qual foi a intervenção que aqui foi proferida para que, regimentalmente, o Sr. Deputado Jorge Lacão proteste. Presumo que isto é um artifício para se prosseguir o debate e, nesse caso, faremos também algumas intervenções.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, estou a tentar saber a que título é que o Sr. Deputado Jorge Lacão pretende intervir.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sendo assim, peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lacão pediu a palavra para que efeito? Gostaria, que esclarecesse exactamente o seu pensamento, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, como tive oportunidade de informar V. Ex.<sup>a</sup> e a Câmara, o protesto que pretendo fazer é em nome da bancada do PS e motivado pelas últimas palavras de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, atendendo a que o protesto se refere às minhas últimas palavras, à posição que tomei e não à essência daquilo que estava a ser discutido, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Depois de todas as interpelações — e tantas foram — de variadíssimos deputados solicitando ao Presidente da Assembleia da República que tomasse posição interpretando o sentido e o alcance do n.º 1 do artigo 160.º da Constituição, que se refere ao regime de imunidade dos deputados no exercício das suas funções ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, deixe-me fazer um pequeno comentário.

O Orador: — Ainda não acabei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, permita-me que o interrompa, pois julgo que a Mesa tem autoridade para o fazer.

O Sr. Deputado está a colocar a questão de fundo. Julgo que o Sr. Deputado pediu a palavra para, eventualmente, discordar das afirmações que fiz. Neste momento não vamos debater se se trata do artigo 160.º, do artigo 149.º ou do artigo 148.º Não vamos fazer aqui um debate de fundo, tanto mais que esse debate já foi previamente anunciado.

O Orador: — Sr. Presidente, concedo-lhe o direito de discordar do meu protesto, mas, infelizmente, não lhe posso conceder o direito de pretender impedir o meu protesto.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tecnicamente tenho esse direito.

**O Orador:** — Se o Sr. Presidente me consente, nos termos regimentais que invoquei e para os quais o Sr. Presidente me deu a palavra, continuarei a explicitar o conteúdo do meu protesto.

Na sequência das interpelações de vários deputados, procurando saber, do Presidente da Assembleia da República, o sentido e o alcance de uma norma fundamental do estatuto e do regime de garantias dos deputados e tendo em vista o artigo regimental que dá como primeira competência ao Presidente da Assembleia da República a de representar a própria Assembleia da República, a omissão do Sr. Presidente dizendo que apenas em devido tempo esta questão virá a ser melhor esclarecida é, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, uma omissão grave, porque significa omissão do dever de representar a Assembleia da República numa matéria em que está em causa o regime de garantias dos deputados.

**Vozes do PS, do PCP e da ID:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nesse sentido, Sr. Presidente, tomo a liberdade de lhe lembrar que já aconteceu que um Presidente da Assembleia da República, por sinal do seu partido, tendo tomado a seu cargo — em circunstâncias difíceis, com coragem — o dever da representação da dignidade do Parlamento, provavelmente em sequência disso, foi impedido de se voltar a candidatar a esse cargo e é hoje um simples deputado da bancada do PSD.

**Protestos do PSD.**

Mas esse Presidente ficará para a história por, no momento certo e na altura exata, ter defendido a dignidade da Assembleia da República.

**Vozes do PS:** Muito bem!

**O Orador:** — O meu protesto vai no sentido de lamentar que o actual Presidente da Assembleia da República não queira também ficar para a história por, no momento certo e na altura exata, assumir integralmente a defesa da dignidade do órgão de soberania que aqui representa por eleição dos deputados.

**Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes, da ID e da deputada independente Helena Roseta.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, um deputado do Grupo Parlamentar do PS, em que está integrada a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta, fez um protesto. No entanto, julgo que não entendeu perfeitamente as minhas palavras; em todo o caso, estamos esclarecidos e dou por encerrado este debate.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para defender a honra da minha bancada, porque o Sr. Deputado Jorge Lacão, na sequência do seu protesto, fez afirmações e referiu factos eventualmente ocorridos na minha bancada que não podemos deixar passar em claro. Penso que tenho esse direito regimental e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me concedesse.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Duarte Lima, tratando-se da defesa da honra, e tendo em conta o espírito em que esta figura regimental tem sido utilizada, concedo-lhe a palavra para exercer esse direito.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao formular o seu protesto o Sr. Deputado Jorge Lacão entrou pelo caminho da insinuação, que é politicamente desonesto e contra o qual não podemos deixar de verberar.

Quando o Sr. Deputado Jorge Lacão entra por esse caminho, ou seja, quando diz que os factos que apontou teriam sido a razão política que motivou a substituição do Presidente da Assembleia da República, a verdade é que, em relação a VV. Ex.<sup>a</sup>, nós também poderíamos entrar no mesmo tipo de insinuações e perguntar-lhes por que é que ao longo do tempo substituíram os diversos Vice-Presidentes da Assembleia da República. Este tipo de argumentação não é politicamente honesto nem correcto e nós não podemos deixar de o verberar.

Não podemos deixar de apoiar a intervenção final do Sr. Presidente da Assembleia da República porque, como aqui rescrevi o Sr. Deputado Basílio Horta, esta questão é complexa. Não se discute o fundamento nem a validade do artigo 160.<sup>º</sup> da Constituição e V. Ex.<sup>a</sup>, que é conhecedor do direito constitucional, sabe que há outras normas que garantem bens essenciais da pessoa humana que têm também de ser levadas em conta, nomeadamente o artigo 26.<sup>º</sup> da Constituição, que defende e garante a todos o direito ao bom nome e à reputação.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Não seja ridículo!

**O Orador:** — Isto não é ridículo, Sr. Deputado José Magalhães, e o senhor sabe que constitucionalistas da sua área põem o problema de saber como estabelecer a concordância prática entre estes dois preceitos constitucionais. Leia *Constituição Anotada* dos Drs. Vital Moreira e Gomes Canotilho e veja que eles colocam o problema de saber como estabelecer a concordância prática entre estes dois preceitos e de saber se um deputado se pode refugiar por trás da imunidade parlamentar para agredir estes bens. Creio que um deputado não pode cometer, a coberto da imunidade parlamentar, uma agressão física ou uma agressão semelhante — uma agressão ao bom nome é uma agressão semelhante — e foi essa a questão que aqui foi colocada!

Esta questão não é pacífica, compreendemos e apoiamos a atitude do Sr. Presidente da Assembleia da República ao dizer que oportuna e reflectidamente tomará posição sobre este assunto.

**Aplausos do PSD.**

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pensei que se alguém se pudesse considerar ferido com as minhas palavras de há pouco seria o Presidente da Assembleia da República, mas tal, infelizmente, não aconteceu.

**Vozes do PS:** — É verdade!

**O Sr. Costa Andrade (PSD):** — O senhor não ofende quem quer!

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Mas o Sr. Deputado fez insinuações à minha bancada!

**O Orador:** — Quanto à acusação feita pelo Sr. Deputado Duarte Lima no sentido de que em relação a factos

passados eu teria feito uma insinuação desonesta, começo por lembrar que a história é feita pelos intérpretes da história ...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — V. Ex.<sup>a</sup> não é intérprete!

O Orador: — ... e que acerca desses factos posso ter a minha interpretação, que, como se viu pela reacção da Câmara, não é apenas minha mas generalizada.

Se o Sr. Deputado entende que fiz uma insinuação desonesta, talvez isso configure, do seu ponto de vista, um crime contra a honra e, sendo assim, aconselho-o a fazer uma queixa ao Sr. Primeiro-Ministro, para que ele move também uma queixa judicial junto da Procuradoria-Geral da República.

*Aplausos do PS, do PCP, do CDS, da ID e da deputada independente Helena Roseta.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, não é sobre esta matéria, mas sim, no seu seguimento.

Segundo crecio, há consenso entre as direcções dos diferentes grupos parlamentares no sentido de se proceder a um intervalo, dada a natureza e relevância das questões que abordámos, recomeçando os nossos trabalhos depois do almoço.

O Sr. Presidente: — A sugestão do Sr. Deputado Carlos Brito é razoável, pelo que está concedida.

Sendo assim, recomeçaremos os nossos trabalhos às 15 horas.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

Srs. Deputados, como sabem, interrompemos mais cedo a sessão da parte da manhã, pelo que resta ainda uma hora de período de antes da ordem do dia.

Nestes termos, vou dar a palavra, para uma declaração política, a um Sr. Deputado que está inscrito para o efeito e depois seguir-se-ão outras intervenções de carácter geral.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que escuto, Sr. Deputado?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, só para dizer que a nossa convicção não era essa, mas, de qualquer modo, aceitamos o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Gomes.

O Sr. Fernando Gomes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Sr. Primeiro-Ministro em mais uma operação de auto-elogo e autopromoção, desta feita tendo por palco a cidade do Porto, brindou-nos, entre outras, com a afirmação «temos obra feita e não recebemos ser julgados».

Num momento particularmente agitado da vida nacional, onde é crescente a mobilização e a luta dos trabalhadores portugueses face ao agravamento dos seus problemas, verdadeiro julgamento da política deste Governo, onde nem os fazedores de sondagens conseguem esconder a baixa popularidade do Governo, vem este tentar mais uma operação de branqueamento utilizando, desta feita, a conferência de imprensa solene, versão mais actualizada das conversas em família de antanho.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Será que a razão desta encenação na cidade do Porto, de fato e gravata, terá sido por a conversa em família, de *pull-over*, com o mesmo objectivo anunciado, não ter produzido os resultados esperados?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A moderabilidade e o desenvolvimento são incompatíveis com atitudes arrogantes e narcisistas de auto-elogo.

O Governo, ao afirmar que não tem receios de comparações e de julgamentos, fá-lo, conseguindo simultaneamente personalizar numa só a postura dos três macacos sábios: não quer ver, não quer ouvir e tapa a boca não vá clá atraíçoa-lo!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Permite-se mesmo, o Sr. Primeiro-Ministro, numa apreciação em êxtase, afirmar que «a oposição se debate com falta de imaginação».

E rotular, o que é grave na boca de um Primeiro-Ministro de um país democrático, de «chicana política» uma iniciativa, na Assembleia da República, de um partido da oposição.

É qual a obra feita?

É o pacote da justiça, com as injustiças e erros nesta Câmara já veemente e exaustivamente denunciados?

É o pacote agrário, que conduziria se fosse aplicado, tal como está, ao descalabro da nossa agricultura, ao desemprego e à ruína de milhares de agricultores, à desertificação dos campos e ao aumento da dependência económica do nosso país?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É o pacote laboral que, pela violência das normas propostas, pelo poder quase absoluto que dá ao patronato para despedir, já provocou um vigoroso movimento de protesto e luta à escala nacional, deixando o Governo isolado e a par das confederações do grande patronato?

E no campo da saúde? Aí, nem há capacidade para grandes pacotes. A Sr.<sup>a</sup> Ministra só consegue produzir algumas «amostras postais» que seriam «sem valor» se não contivessem medidas nefastas e gravosas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — À ausência de uma política de saúde consequente e transparente é um dos traços marcantes da acção do Governo neste âmbito.

Claro que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde segue igualmente a linha do Sr. Primeiro-Ministro, isto é, afirma, num hotel em Setúbal, que a saúde em Portugal tem denotado melhorias sensíveis, após a sua entrada para a pasta.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Vê-se!

O Orador: — De tanto o afirmar, acreditamos que, tal inverdade, já esteja gravada subliminarmente no subconsciente de S. Ex.<sup>8</sup>

Mas a realidade é outra, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por muito que custe à imagem que o Governo quer impor ao País.

O debate, vivo e aberto, e as conclusões do 2.º Encontro Nacional de Saúde do PCP desmentem a acção deste governo no campo da saúde.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se o emprego, os salários, a habitação, a educação e a Segurança Social são postos em causa pelo Governo, naturalmente a saúde, que resulta em grande parte da complexa interacção de todas essas áreas e que reflecte com rigor o seu estado, surge degradada e com padrões que envergonham um país democrático.

A política economicista do Governo nesta área segue dois vectores fundamentais. Um, relativo à redução de transferência de verbas do Orçamento do Estado para a Saúde, e aí com a cumplicidade dos Srs. Deputados da maioria.

Aqui, as dotações para o Serviço Nacional de Saúde atribuídas por processos meramente incrementalistas, que em muitos casos nem atingem os níveis de inflação previstos pelo Governo para o presente ano, são claramente insuficientes, como já o eram quando o Orçamento foi aprovado.

Consequências desta situação? São já múltiplas e aumentarão em flecha, podem ter a certeza.

Lembramos algumas por serem as mais recentemente denunciadas: desde 5 de Fevereiro que se encontra esgotado o stock de carne de vaca para os docentes do Hospital de Santa Maria, situação que se prevê para três meses; os médicos do Hospital da Universidade de Coimbra alertam para o previsível colapso financeiro da instituição a curto prazo.

O segundo vector assenta na promoção do sector privado, à custa do erário público, sem controle eficaz do Estado, permitindo o florescer da corrupção.

E, se tal promoção não chegasse, aí está a alienação do património público da saúde, entregando ou procurando entregar bens e serviços ao sector privado.

Associado a esta política economicista, o Ministério da Saúde procura o confronto com os trabalhadores da saúde e as suas organizações representativas, negando o diálogo e obrigando ao desencadear de formas de luta, que sendo legítimas, trarão inevitavelmente prejuízos ao País e aos utentes.

Esta forma arrogante e autocrata da Sr.<sup>a</sup> Ministra, tomando medidas gravosas para os trabalhadores da saúde e para o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e simultaneamente deixando degradar os seus serviços procurando responsabilizá-los por isso, não pode continuar.

Mal vai o País, e certamente mesmo os Srs. Deputados que suportam o Governo estarão de acordo, se, para se tentar negociar alterações a carreiras de profissionais, problemas de reenquadramento técnico-salarial, problemas de desemprego, problemas de degradação das condições de exercício profissional, os profissionais tenham que recorrer à grave.

E o diálogo tão apregoado e publicitado onde está?

Para cômulo, para além da ausência de diálogo, demitem-se aqueles que, cansados de verem as suas denúncias e

propostas encontrarem o silêncio do Governo, têm a coragem de alertar a opinião pública.

Afirmado gongórica e repetidamente o contrário, o governo PSD/Cavaco Silva ignora os utentes dos serviços de saúde e lesa os seus direitos e interesses.

Provas? Temos muitas! Aumentos das listas de espera para consultas, internamentos e tratamentos. Exemplo: no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia as consultas de neurologia estão a ser marcadas para 1990; afastamento dos utentes do controle da gestão dos hospitais; aumentos brutais nas despesas familiares com medicamentos; encerramento de unidades de saúde e valências; inviabilização de projectos de novas unidades de saúde prometidos em campanha eleitoral e guardados na gaveta, talvez à espera de novas eleições.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não pode ainda o Grupo Parlamentar do PCP juntar-se à muralha de silêncio governamental acerca do envolvimento, menos claro, entre um grupo empresarial privado e o Ministro da Saúde, ...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Lá vai mais uma queixa à Procuradoria-Geral da República.

O Orador: — ... pelo que o imperativo da necessidade de transparéncia dos negócios de Estado nos leva a entregar na Mesa desta Câmara, hoje mesmo, um pedido de inquérito parlamentar.

*Aplausos do PCP.*

Nós, comunistas, afirmamos que esta situação na saúde não é um fatalismo. Temos propostas e medidas organizativas, institucionais e financeiras, que passam pela aplicação integral da lei de bases do Serviço Nacional de Saúde; temos propostas para os recursos humanos que passam pela definição de funções, pelas formação e pelas carreiras dos profissionais da saúde; temos propostas que consagram os direitos dos utentes e que passam pela criação de uma carta dos direitos do utente dos serviços de saúde.

Recusamo-nos juntar à muralha do silêncio?

Não nos prostraremos no muro das lamentações!

Há soluções, temos soluções, e estamos prontos a discuti-las com todos os democratas que defendem o Portugal de Abril e estamos prontos a lutar pela sua implementação.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar de Almeida.

O Sr. Gaspar de Almeida (PS): — Sr. Deputado Fernando Gomes, foi com muito interesse que assistimos à sua intervenção.

O PS tem vindo também a alertar a opinião pública para a situação preocupante que se vive actualmente na área da saúde, fruto de uma desastrosa política por parte do Ministério da Saúde, instalando-se um clima de mal-estar quer para os utentes quer para os trabalhadores da saúde sem precedentes no nosso país.

Relatórios e contas não são publicados há anos; há descontentamento generalizado dos trabalhadores da saúde; há descontentamento generalizado dos utentes; há demissões; suspeitas de corrupção; inquéritos; hospitais sem

verbas suficientes para fazer face às suas necessidades; gestão hospitalar definida autocraticamente; hospitais inaugurados apressadamente, com fins eleitorais; negócios de venda de hospitais; inexistência de qualquer tipo de diálogo, etc. ... É um cenário deveras preocupante!

O pedido de esclarecimento que gostaria de fazer ao Sr. Deputado Fernando Gomes é o seguinte: quais as consequências que poderão vir a verificar-se no funcionamento dos hospitais, fruto de uma diminuição preocupante, em termos reais, das verbas que lhes são atribuídas?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Fernando Gomes, estão inscritos mais Srs. Deputados para formularem pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

**O Sr. Fernando Gomes (PCP):** — No fim Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha.

**O Sr. Jorge Paulo da Cunha (PSD):** — Sr. Deputado Fernando Gomes, ouvi com muita atenção a sua intervenção e verifico que, de facto, os «macacos sábios» continuam a ser os mesmos e continuam, desde há longos anos e nos encontros do PCP, a fazer o seu apanágio.

De facto, quem não quer ver não vê e quem não quer pensar não pensa; obviamente, tem todo o direito de falar, mas não da forma como o Sr. Deputado o fez.

E não tem o direito de o fazer porque a imunidade parlamentar não é garante ...

**O Sr. Fernando Gomes (PCP):** — Ponha um processo!

**O Orador:** — Não, Sr. Deputado, não ponho um processo, esteja descansado!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Chame a ramona!

**O Orador:** — Srs. Deputados, agradecia que me deixassem intervir. Ouvi com muita atenção o que o Sr. Deputado disse e, portanto, gostaria de ter o mesmo tratamento da vossa parte.

O Sr. Deputado não pode vir aqui dizer que há suspeitas de corrupção, suspeitas disto e daquilo. V. Ex.<sup>ª</sup>, que fala assim — e com certeza com provas —, tem os tribunais e, recorrendo a eles, poderá provar o que diz. É claro que é fácil chegar aqui e fazer esta encenação ...

O Sr. Deputado não esteve presente, segundo creio, aquando da discussão do Orçamento do Estado, onde a questão dos gastos em relação ao sector da saúde ficou bem clara nas intervenções da Sr.<sup>a</sup> Ministra. Basta comparar com o Orçamento do Estado do ano passado para ver que há, efectivamente, um aumento significativo das verbas destinadas ao sector da saúde.

Em relação ao Hospital de São Francisco Xavier — questão que é tão do seu agrado —, gostaria de saber se os utentes desse Hospital são ou não bem servidos, isto é, se, na sua opinião, o corpo clínico é ou não competente.

Gostaria ainda de saber se o Sr. Deputado não acredita que o actual Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, já demonstrou claramente a sua falácia.

Já agora, pergunto-lhe também — se num minuto c meio me conseguir responder — quais as suas propostas alternativas em relação ao Serviço Nacional de Saúde, tão do agrado dos trabalhadores comunistas que se reuniram neste último fim-de-semana.

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr. Deputado Fernando Gomes, é claro que não é surpresa para esta bancada que um deputado do PCP venha produzir uma intervenção política do tipo daquela que o Sr. Deputado acabou de fazer nesta Câmara.

Mas já será certamente surpresa para muitos portugueses que esse mesmo tipo de intervenção seja feito na sequência da conferência de imprensa do Sr. Primeiro-Ministro e que o PCP venha aqui, perante esta Câmara, manifestar uma vez mais clara inconformação pelo Sr. Primeiro-Ministro vir falar ao País, vir dizer a verdade e dar conta do que tem sido a obra realizada por este Governo, ...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — É obra, é obra!

**O Orador:** — ... como se essa obra não seja uma obrigação do Sr. Primeiro-Ministro, que foi eleito com mais de 50 % dos votos dos portugueses e que tem, para com a grande maioria do povo português, um compromisso que assenta num programa que foi sancionado nesta Assembleia da República.

Pergunto-lhe se, na realidade, dar conta, com clareza e objectividade, daquilo que o Governo tem feito não é cumprir perante os Portugueses. Julgamos que isso é, inequivocamente, cumprir compromissos assumidos e estranhemos a incomodidade que o PCP sente nesta matéria.

Mas mais, Sr. Deputado, não posso compreender que, quando o Sr. Primeiro-Ministro fala e menciona os pacotes de legislação — e V. Ex.<sup>ª</sup> discriminou-os — que foram apresentados (alguns já discutidos e aprovados, outros em apreciação nesta Câmara), isso possa ser tomado como uma forma de demagogia, uma forma de vir «branquear» perante a opinião pública um posição, ou como uma forma de estabelecer paralelo com as conversas em família do passado.

Sr. Deputado, em nome da minha bancada, refuto esse tipo de paralelo que se procura estabelecer entre as conferências de imprensa do Sr. Primeiro-Ministro e as conversas em famílias do passado. Uma coisa não tem nada a ver com a outra! Não é disso que se trata e a bancada do PSD não pode, de maneira alguma, aceitar essa forma de tratamento do problema.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — Começa a ser pior!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Gomes.

**O Sr. Fernando Gomes (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começarei por responder às questões da área específica da saúde e terminarei por responder às que foram levantadas pelo Sr. Deputado Soares Costa.

Sr. Deputado Gaspar de Almeida, é evidente que toda esta situação decorrente da diminuição de verbas em relação aos serviços hospitalares, e não só em relação às próprias administrações regionais de saúde, já trouxeram e vão continuar a trazer e a aumentar situações extremamente graves, que só poderão ser ultrapassadas se houver um orçamento suplementar, um recurso a um «saco azul» não sei de onde. Na verdade, as verbas terão de ser

suplementadas, pois, caso contrário, os Portugueses correm graves riscos em termos de saúde. Aliás, era previsível que, em termos do Orçamento, os 5,9 % que são concedidos aos hospitalares distritais, eixo de uma assistência pelo todo nacional, eram claramente insuficientes. Isto era mais do que visível, qualquer pessoa o poderia ver, excepto quem o não quisesse!

Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha, quanto à observação que fez em relação ao crescimento do orçamento para a saúde, aconselho-o a fazer bem as contas, a ver os documentos que estão publicados, inclusive a ler o parecer da comissão acerca desse ponto, para não tirar a conclusão que tirou. Não vale a pena pertermos tempo a fazer aqui contas, leia, informe-se claramente, veja o que foi acrescentado e depois verá que não é como V. Ex.<sup>º</sup> referiu.

Talvez fosse curioso saber por que é que nesse orçamento aparece uma verba, fora do habitual, dada ao chamado serviço de utilização comum dos hospitais. Talvez fosse curioso saber que esse é um dos serviços apontados na imprensa como um daqueles em que há uma correlação esquisita, que é um facto, objecto, aliás, do processo de pedido de inquérito que iremos entregar na Mesa dentro de poucos minutos. Talvez fosse bom o Sr. Deputado preocupar-se com isso em vez de se preocupar em alterar as contas.

Em relação às questões que levantou no sentido de não se poder dizer ... desculpe, Sr. Deputado, mas não vamos reeditar aquilo que ultimamente tem sido feito nesta Câmara. Não vou defender a minha honra nem os meus direitos ou deveres de deputado, que são bem consignados no Regimento e na Constituição da República. Portanto, quanto a perguntas desse tipo, nem vale a pena estarmos a perder grande tempo!

Quanto à necessidade de haver um inquérito sobre as relações entre um grupo empresarial e o Ministério da Saúde, pensamos que elas existem, são reais e, por isso mesmo, vamos entregar na Mesa um inquérito. Se a Câmara assim o entender, poderemos avançar desde já e levantar mais a «ponta do véu». Na verdade, essa «ponta do véu» tem sido claramente denunciada na imprensa deste país e o que se tem obtido como resposta é o silêncio do Governo, é falar-se em sindicâncias, é demitir-se indivíduos, funcionários do Estado, inclusive um subdirector geral e, a seguir, um director-geral. Ora, o que temos obtido como resposta é, pura e simplesmente, o silêncio! Oportunamente veremos se a bancada do PSD quer, efectivamente, ser esclarecida, e com ela todo o País, relativamente a essas relações entre um grupo empresarial e o Ministério da Saúde.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando o Sr. Deputado se referiu aos «macacos sábios» disse que eles não queriam pensar. Por acaso, conheço uma quarta edição dos «macacos sábios», mas não é esse o quarto «macaco sábio»; o quarto «macaco sábio» que conheço tapa outra região do corpo!

*Risos.*

Se o Sr. Deputado quiser, posso apresentar-lhe uma amostra, que é bonita, é um objecto de arte.

Sr. Deputado, a figura do «macaco sábio» que não quer pensar não se aplica, de forma alguma, a esta bancada; quanto muito, pode aplicar-se à sua intervenção.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado Soares Costa, em relação à questão que levantou de não se fazer paralelo ..., desculpe que lhe diga, mas quem está a fazer esse paralelo não somos nós, PCP. Quem se está a pôr nesse paralelo é o próprio Governo, pela sua actuação, por ter conversas em família. E o que é que significa conversas em família? São conversas em que não é permitido o diálogo com a oposição; aliás, sempre temos visto aqui o Governo recusar o diálogo com a oposição! Ora, é o Governo que se está a pôr nessa posição, embora com outra tecnologia ... mas também vamos avançando no tempo. Portanto, não somos nós, Partido Comunista Português, que estamos a estabelecer paralelos, é o próprio Governo, pois nós, saudavelmente, desejávamos que o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo não se colocassem nessa posição.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres.

**O Sr. Mota Torres (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À tentação que frequentemente sinto de nesta Câmara expressar a minha discordância quer quanto à política prosseguida pelo Governo Regional da Madeira quer quanto ao modo como os seus responsáveis e o partido que o sustenta (o PSD) procuram condicionar o viver democrático naquela Região Autónoma, vai-se opondo o sentimento que tenho da realidade própria que é a autonomia e do papel que nela devem desempenhar os seus órgãos de governo, nomeadamente a Assembleia Regional.

Daí que, resistindo embora algumas vezes, nem sempre me tenha sido possível calar a indignação, disfarçar o indisfarçável violentar a consciência omitindo o revoltante e tenha trazido a esta Assembleia a minha opinião crítica sobre o muito que consubstancia a minha oposição e a do Partido Socialista ao Governo Regional da Madeira e ao PSD, sempre na lógica do debate democrático e no cumprimento de um mandato que pretendo ao serviço dos que entendem a democracia como participação e entrega: sempre vertical, sempre tolerante, sempre frontal ...

Local privilegiado de debate de grandes e pequenas questões da autonomia e do seu desenvolvimento no quadro mais vasto do desenvolvimento global e harmonioso do País, mas com vocação óbvia para dar resposta eficaz e atempada àqueles que são os grandes e legítimos anseios das populações da Madeira e de Porto Santo, a Assembleia Regional da Madeira não pode, por força da vontade de uma maioria que a democracia viabilizou no cumprimento das suas regras, desprestigiar-se, descharacterizar-se e tornar-se um instrumento de útil propaganda de um PSD prepotente e intolerante para quem a oposição constitui como que o *décor* ideal a uma completa encenação da democracia, legitimando, pelo simples facto de existir, as decisões e poderes da maioria sempre arrogante, invariavelmente auto-suficiente e autoritária, incapaz de compreender que deve ao regime democrático o facto de o ser e que deveria ser ele a fonte inspiradora da sua prática quotidiana.

Sistématicos desregimentos de linguagem, inacreditáveis ataques pessoais, fuga ao diálogo democrático dentro e fora da Assembleia Regional, secretismo e falta de transparência na tomada de algumas importantes decisões que a todos dizem respeito, tudo são armas utilizáveis e utilizadas na tentativa de perpetuar um poder que assim, nestes termos, constitui desafio constante ao regime democrático — questionando-o no que são os seus valores fundamentais —, à autonomia e às suas instituições, tornando-

-as permeáveis a censuras e ataques a que deveriam ser imunes, na perspectiva do reforço do seu prestígio e da sua credibilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Região Autónoma da Madeira tem visto os seus orçamento e plano aprovados desde 1976 sem que para isso fossem necessários nem os votos favoráveis da oposição — já que a maioria PSD é suficiente para o efeito — nem a adopção de um processo especial de discussão que permita questionar da validade e cabimento das verbas orçamentadas. Assim tem sido; assim continuaria a ser, pois o Governo Regional e maioria não querem uma Assembleia com verdadeiros poderes de fiscalização dos actos do Governo.

Rejeitando sistematicamente as propostas de decreto legislativo regional do Partido Socialista definidoras das regras a que deveria ser sujeita a elaboração do orçamento, bem como o controle da sua execução, a maioria PSD viu-se desta feita confrontada, por imposição do Tribunal Constitucional, com a obrigação de que o orçamento viesse a assumir a forma de decreto legislativo regional. Estava criado um vazio regimental que exigiria a adopção de uma regulamentação específica capaz de o suprir. Por obstrução da maioria, do PSD, a Assembleia Regional, que poderia dispor de um processo próprio para discussão, aprovação e fiscalização do orçamento e da sua execução, tem de adoptar um processo legislativo especial sobre estas matérias por imposição do Tribunal Constitucional. Incapaz de responder, por culpa do PSD, às exigências de um parlamentarismo moderno e adequado às exigências regionais, a Assembleia Regional preferiu a decisão do Tribunal. Em vez de reivindicar e aprovar para si próprios critérios, preferiu que lhe fossem impostos. Tudo resultado da intollerância da maioria, tudo resultado de um «querer, mando e posso» inaceitável e despropositado.

Para a discussão do Orçamento e Plano para 1988 foram definidos (pela maioria PSD) os tempos de intervenção:

PSD e Governo — 590 minutos;  
PS — 90 minutos;  
UDP — 30 minutos;  
CDS — 15 minutos;  
PCP — 15 minutos.

Ou seja, PSD e Governo dispunham de cerca de dez horas e a oposição, no seu conjunto, de duas horas e trinta minutos. O Governo, no final do debate, não teria limite de tempo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é um bocado exagerado!

O Orador: — De nada valeu o recurso da decisão tomada: a maioria não cederia «um milímetro».

Que ocultas razões teriam levado a maioria a tão intransigente atitude? Que objectivos pretendiam com tão infeliz e quão inadequada decisão? Não tardaríamos a saber. A televisão, que normalmente não propicia debates políticos, que cumpre penosamente e trata a seu modo as conferências de imprensa e as reportagens sobre actividades dos partidos da oposição, ia transmitir em directo o debate do orçamento e plano regionais!

Como é que não tinha a oposição pensado nisso?

Subia o pano. Ao fundo, como cenário, a Assembleia Regional. A oposição «bem comportada» ocupava os seus tradicionais lugares e preparava-se para, com destreza, quicimar as duas horas e trinta minutos que lhe haviam sido atribuídas condescendentemente pela maioria que, usana, se distrairia a magicar a melhor forma de esmagar o adversário.

A televisão montava as suas câmaras em lugares que lhe permitissem captar, com clareza e na perspectiva mais sedutora, imagens do gigante vencedor... Em ano de eleições, convenhamos, esta era uma magnífica operação de propaganda a que não faltava nenhum dos condimentos indispensáveis. Estava tudo. Maioria PSD, oposição e televisão!

O Partido Socialista e toda a restante oposição recusaram a sua participação na peça que nem por isso deixa de se mostrar ao público. E lá estiveram desfilando discursos, concordando uns com os outros e procurando mostrar à saciedade e à saturação que eles, a maioria, são responsáveis; a oposição, essa, coitada, teve medo de enfrentar Golias e, pernas para que te quero, refugiou-se na falta de condições democráticas de participação num debate com a importância que este deveria ter assumido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista na Região Autónoma da Madeira, ao assumir a responsabilidade política de não participar no debate do orçamento e do plano para 1988 da Região Autónoma da Madeira, fê-lo com a consciência de que há valores pelos quais continua a valer a pena lutar.

Quero deixar aqui expressa a minha solidariedade. Conheço os condicionalismos que nos são impostos no assumir da nossa condição de oposição na Região Autónoma da Madeira. Têm 12 anos de idade!

Não nos podem pedir que legitimemos o que não é legítimo; não é lícito pedirem que transformemos em verdade o que é manifestamente uma mentira; não é sério que nos peçam para aceitar o que em consciência achamos dever recusar.

Não participaríamos numa farsa. Não participamos. Foi e é uma exigência do bom senso, da clarividência e da transparência dos processos.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Mota Torres, desejo associar-me ao conteúdo substancial da sua proposta porque também o Grupo Parlamentar do PCP deseja manifestar o seu mais veemente protesto contra a atitude de prepotência assumida pelo PSD na Assembleia Regional da Madeira.

Com a razão da força do número dos seus deputados, o PSD impôs unilateralmente uma drástica redução de tempos dos partidos da oposição para o debate da proposta de orçamento regional para 1988, ao mesmo tempo que alargava os tempos em seu proveito próprio. O PSD espezinhou, pela força numérica, a força da razão política e regimental. Para quem, como eu, teve oportunidade de há quinze dias, no Funchal, analisar em pormenor a proposta de orçamento tarde e a más horas apresentada pelo Governo Regional da Madeira, não é difícil perceber o interesse do PSD em calar as vozes da oposição.

Daqui decorrem três questões que gostaria de colocar ao Sr. Deputado Mota Torres: não considera o Sr. Deputado que a prepotência antideomocrática do PSD e do seu Governo Regional visou impedir que o povo madeirense fosse informado da desastrosa situação financeira das finanças públicas da Madeira, com uma dívida de 70 milhões de contos, cerca do dobro do seu produto regional, e da

orçamentação para 1988 de um défice de 13 milhões de contos e de 23 milhões de contos de necessidades de financiamento, que ninguém sabe como poderão ser cobertos?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que escândalo!

O Orador: — Não foi para impedir que fossem publicamente denunciados os atentados contra a autonomia regional e a autonomia do poder local, consubstanciados, designadamente, na abdicação pelo Governo Regional da consolidação do imposto sobre produtos petrolíferos como receita fiscal própria da Região e na centralização, pelo Governo Regional, das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro com que a Assembleia da República dotou cada um dos municípios da Região?

O Sr. Deputado não está de acordo em que a atitude do PSD na Madeira, para além de merecer o nosso protesto inequívoco em nome e defesa da democracia, é merecedora de claro repúdio por parte da Assembleia da República? Será que o PSD se associará a este repúdio, que é absolutamente necessário em defesa da democracia?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mota Torres, há mais oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>º</sup> desça responder já ou no fim?

O Sr. Mota Torres (PS): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra a Sr.<sup>ª</sup> Deputada Cecília Catarino.

A Sr.<sup>ª</sup> Cecília Catarino (PSD): — Sr. Deputado Mota Torres, gostaria de fazer duas considerações em relação à intervenção que produziu. A primeira é a seguinte: tudo aquilo que o Sr. Deputado aqui disse seria extremamente louvável se na Assembleia Regional da Madeira o partido a que V. Ex.<sup>º</sup> pertence tivesse tido o comportamento que inicialmente pretendeu assumir. Isto é — e eu específico —, quando na Assembleia Regional se iniciou o debate, o seu partido, através de um seu deputado, deu mostras claras e evidentes de que pretendia encetar o debate na própria Assembleia e dizer das suas razões para estar contra o orçamento regional. Porém, a sua bancada foi surpreendida por uma manifestação ocasional, encabeçada por um Sr. Deputado do PCP, seguida por um Sr. Deputado do CDS, que arrastaram — aliás, isto é perfeitamente visível na tal câmara da televisão — os Srs. Deputados do PS e obrigaram o Sr. Deputado do PS que ia intervir a sair da sala.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Como? A chicote?

A Oradora: — Portanto, Sr. Deputado Mota Torres, penso que toda a sua intervenção teria mais peso e seria muito mais importante se, depois do debate na Assembleia Regional e se realmente tivesse havido grandes manifestações contra o orçamento regional, o Sr. Deputado aqui viesse pronunciar-se sobre aquilo que lá se tinha passado. Porém, vir hoje aqui dizer que o partido a que V. Ex.<sup>º</sup> pertence está contra o processo que houve de debate do orçamento regional na Assembleia Regional parece-me despropositado.

Em segundo lugar, quero dizer que todo o debate travado na Assembleia Regional se cingiu a uma amostra clara

e evidente de que quer o Governo Regional quer os Srs. Deputados do PSD na Assembleia Regional estavam preparadíssimos para um debate do orçamento, que não são seguidistas do Governo Regional e que todo o trabalho que os Srs. Deputados poderiam ter feito e mostrado ao povo madeirense, que estão empenhados em desenvolver na Assembleia Regional, afinal não passaram de meras situações de fazer um pequeno teatro de saída da sala para, com isso, ter alguma projecção nos órgãos de comunicação social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr. Deputado Mota Torres, V. Ex.<sup>º</sup> é, tal como eu, deputado pelo círculo eleitoral da Madeira, embora sejamos de partidos diferentes, pois eu sou do partido que foi visado na intervenção que produziu.

Tive dúvidas de que a figura regimental que reveste esta minha intervenção fosse um pedido de esclarecimento ou uma interpelação à Mesa, pois, na verdade, tenho dúvidas sobre se realmente é este o local próprio para falar, para censurar, para referir incidentes que tiveram lugar numa outra Assembleia que não tem qualquer relação hierárquica com esta mesma sede.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Também tenho dúvidas sobre se a intervenção de fundo que o Sr. Deputado Mota Torres produziu — que foi preparada e à qual corresponde agora a nossa intervenção forçosamente improvisada, porque nem o Sr. Deputado Mota Torres, nem a minha colega de bancada Sr.<sup>ª</sup> Deputada Cecília Catarino, nem eu próprio somos deputados pela Assembleia Regional —, se a escolha feita por V. Ex.<sup>º</sup>, referindo a omissão de debate na Assembleia Regional, não terá sido feita de modo a tornar esta Câmara numa Câmara de ressonância. Porém, essa designação não me parece que seja prestigiante para a Assembleia da República!

Sr. Deputado Mota Torres, vou colocar algumas questões que serão também uma troca de esclarecimentos porque, como deputado eleito pelo mesmo círculo eleitoral que V. Ex.<sup>º</sup>, a nossa recolha de elementos na Madeira é possível e razoável.

Na realidade, tenho dúvidas sobre se aquilo que se conta do que se passa na Madeira, que tantas vezes dizemos «realidade específica», pode ser aqui entendido. Em termos de comunicação social, aqui no continente é impensável que haja um debate da Assembleia Regional transmitido em directo pela RTP durante dez horas. Essas dez horas, ou, se quiserem, doze horas, somado o tempo da oposição — e, na verdade, eu deveria ter dito doze horas —, é um tempo impensável, pela sua extensão, para ser transmitido em directo. Quero dizer — e isso não foi dito pela pensada e reflectida intervenção do Sr. Deputado Mota Torres —, não se trata apenas de tempo de intervenção, mas também, simultaneamente, de tempo de antena.

Em relação a esse tempo de antena, parece-me que, em termos desta Assembleia, se algum grupo da oposição tivesse duas horas para gerir e ainda tempo de declaração, certamente que haveria imaginação para o fazer. Aliás, ainda que o regimento regional da Madeira seja diferente do nosso Regimento, haveria uma solução imaginativa — que certamente não faltaria aos Srs. Deputados do PS nem ao Sr. Deputado Octávio Teixeira que, como declarou, esteve

na Madeira —, através de perguntas entre os partidos da oposição, de pedidos de esclarecimento, e esse tempo podia ser dilatado.

O Sr. Deputado Mota Torres cometeu uma omissão pelo facto de não ter dito que o próprio Governo prescindiu do seu tempo de intervenção e integrou-se no tempo da própria maioria. É que é entendido na Madeira que os deputados não devem ter um tratamento diferenciado e de menoridade! Se os deputados da maioria PSD representam quatro quintos do total de deputados que estão na Assembleia Regional, a cada deputado deve ser atribuído o mesmo tempo, para que se não diga que alguns deputados que lá se encontram apenas se levantam para as votações.

Já que utilizei a figura regimental de formular pedidos de esclarecimento, gostaria ainda que o Sr. Deputado Mota Torres me dissesse se não pensa que duas horas de tempo de antena, na medida em que correspondia ao tempo de intervenção, podem ser geridas com imaginação. O Sr. Deputado não disse que no Regimento há possibilidades de dilatar esse mesmo tempo?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Lélis, o tempo que foi estipulado foi, no máximo, de cinco minutos, pelo que peço o favor de terminar o seu pedido de esclarecimento.

**O Orador:** — Certamente, Sr. Presidente, vou terminar.

Sr. Deputado Mota Torres, como deputado daquela Região Autónoma, conhecendo o nosso ambiente e a nossa especificidade, conhecendo, digamos, o conjunto de circunstâncias em que vivemos, parcer-lhe que será de considerar que a nova definição de ilha é um espaço de terra rodeado de agressividade por todos os lados?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Deputado Mota Torres, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe a intervenção que aqui produziu e que esclareceu esta Câmara sobre o que se passou com o debate do orçamento e plano da Região Autónoma da Madeira e que, como V. Ex.<sup>e</sup> disse, é inqualificável. Por outro lado, também é inadmissível que um partido político nem sequer tenha tempo para pronunciar as palavras «orçamento» e «plano», como foi o caso do meu partido na Assembleia Regional. Se o CDS dissesse três linhas dactilografadas por cada artigo, ao fim de quatro ou cinco artigos tinha esgotado o tempo que lhe era atribuído.

Em relação aos abusos e às ofensas que são feitas, naturalmente que nesse caso não está aí ninguém para mandar as queixas à Procuradoria-Geral da República, ...

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Boa!

**O Orador:** — ... não está aí ninguém para perguntar se aquilo é um regime democrático ou não. Como já aqui foi dito, aquela sessão não foi um debate do orçamento e plano regionais, foi, sim, um tempo de antena de dez horas para o Governo da Região Autónoma da Madeira.

Foi aqui dito que os partidos da oposição deviam aproveitar esse tempo dando largas à sua imaginação, pois era isso que se esperava deles. Não se esperava da oposição qualquer debate sobre o orçamento, esperava-se, sim, que

gastassem o seu tempo a imaginar como é que haviam de aparecer perante a televisão regional.

#### *Risos do PS.*

Pela nossa parte, dizemos: «Não, muito obrigado!», pois o meu partido não precisa de imaginação para se apresentar perante a televisão da Região Autónoma da Madeira; necessita de tempo, isso sim, para discutir os problemas sérios do regime democrático português.

Lamentavelmente, também aqui foi dito pelo PSD que a Assembleia da República não é a Casa para discutir o regime democrático, mas, Srs. Deputados, esta é a única Casa para discutir os ataques à República, ...

**O Sr. Rui Vieira (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... este é o único local para discutir os ataques directos à soberania portuguesa e ao regime democrático que aqui vivemos. Se na Região Autónoma da Madeira as pessoas não querem viver este regime democrático, é com elas, mas, sempre que for necessário, nós teremos o direito de aqui chamar para prestar contas todos aqueles que violam o regime democrático e as regras elementares da democracia.

#### *Protestos do PSD.*

Estejam descansados, porque a Assembleia da República não deixará passar qualquer incidente de caráter totalitário como aqueles que actualmente se estão a passar na Região Autónoma da Madeira.

#### *Aplausos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres.

**O Sr. Mota Torres (PS):** — Em primeiro lugar, quero agradecer as questões que me colocaram. Darei resposta aos pedidos de esclarecimento de uma forma telegráfica, porque o meu partido vai fazer mais intervenções e dispõe de pouco tempo. De qualquer modo, procurarei aprofundar alguns aspectos que abordei na minha intervenção inicial.

Começo por referir uma questão posta pelo Sr. Deputado Carlos Lélis, e que também já foi sublinhada pelo Sr. Deputado Narana Coissoró, a propósito do local próprio para discutir estas questões.

De facto, também penso, e subscrevo o que disse o Sr. Deputado Narana Coissoró, que a Assembleia da República é o espaço ideal para que se possam debater todos os problemas que têm a ver com a vivência democrática do País, com a vivência democrática de cada um de nós. A sua legitimidade resulta do facto de, nesta Assembleia da República, estarem representadas todas as parcelas do território nacional, o que de alguma forma permite discutir aqui as grandes questões nacionais, porventura ultrapassando pequenas questões de pormenor e pequenas sensibilidades que têm a ver com as competências das regiões autónomas.

No início da minha intervenção, tive o cuidado de dizer que muitas vezes tenha a tentação de aqui produzir muito mais intervenções sobre o que se passa na Região Autónoma da Madeira, mas se o não tenho feito é porque tenho a convicção de que os órgãos próprios de governo da Região Autónoma da Madeira têm competências próprias que lhes deviam dar a garantia de poder intervir na defesa da democracia e da autonomia, que são verdadeiros e legítimos

interesses das populações da Madeira e de Porto Santo. Muitas vezes coibio-me de aqui intervir para não ultrapassar, com a minha intervenção, aquelas que são as competências próprias dos órgãos de governo da Região Autónoma da Madeira.

O Sr. Deputado Carlos Lélis chama a atenção da Assembleia da República para o entendimento que tem de este não ser o espaço legítimo para colocar esta questão. Como já disse, estou em total e absoluto desacordo com essa interpretação. Acho que aqui se levantam todas as questões que têm a ver com Portugal na sua globalidade e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são Portugal.

**Vozes do PS:** — Muibo bem!

**O Orador:** — Por outro lado, gostaria de chamar a atenção de que nenhuma das questões colocadas se debruçou sobre o assunto que considero essencial e que abordei na minha intervenção, que tem a ver com a definição das regras a que devem ser sujeitos a elaboração, a execução e o controle do orçamento regional da Madeira.

A Região Autónoma da Madeira ainda hoje não tem — quero sublinhá-lo — uma lei de enquadramento orçamental porque naquela Região Autónoma a maioria PSD sistematicamente se tem oposto a ela. O PS, ao longo dos anos, sempre tem apresentado uma proposta que é atirada para «as calendas gregas», que nunca é discutida, nunca é viabilizada, e que obrigou este ano, por exemplo, a que o Tribunal Constitucional impusesse regras para a discussão do orçamento. As comissões da Assembleia Regional nunca se pronunciaram sobre o orçamento e plano regionais, o que é inadmissível, como os Srs. Deputados que aqui acompanharam o debate orçamental compreenderão. Este ano, pela primeira vez, as comissões emitiram um parecer por imposição do Tribunal Constitucional.

Também este ano, pela primeira vez, o orçamento e plano regionais assumem a dimensão de decreto legislativo regional porque a Assembleia Regional, por obstrução da maioria PSD, foi incapaz de chamar a si e de reivindicar a adopção das regras que permitissem a elaboração de um orçamento e plano credíveis. Por isso o Tribunal Constitucional impôs que fosse desta forma.

Penso que este facto tinha de ser denunciado em termos nacionais porque, como toda a gente reconhece e todos os Srs. Deputados reconhecem, o orçamento e plano são instrumentos indispensáveis e vitais na vida política de um país ou de uma região, que por isso têm de obedecer a regras claras para merecerem a necessária credibilidade junto das populações e da opinião pública.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Catarino falou na atitude do Partido Socialista durante o debate do orçamento e do plano da Região Autónoma da Madeira. Singelamente, gostaria de dizer-lhe duas coisas: numa primeira reunião de representantes dos grupos parlamentares foram decididos pela maioria, com a oposição de todos os outros partidos, os tempos de antena que vieram a ser os definitivos.

Entretanto, o Partido Socialista decidiu que, se não fossem mudadas as circunstâncias que rodeavam o debate, abandonaria a Assembleia Regional. Na manhã de terça-feira da semana passada decidiu fazer uma última tentativa e pediu ao Sr. Presidente da Assembleia Regional para reunir a conferência de representantes dos grupos parlamentares. Foi-lhe dito que não valia a pena reunir porque a decisão estava tomada e a maioria não cederia um milímetro — isto já eu referi ali, na Tribuna, e repito-o agora.

A conferência de representantes não voltou a reunir e o PS não teve condições para fazer infletir a atitude intratigente da maioria sobre esta matéria.

Quanto ao debate do orçamento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Catarino suscitou uma questão que vou ter de explicar de uma forma mais clara, e que a meu ver tem o seu quê de caricato — daí que não a tenha referido inicialmente. Na manhã de quarta-feira da semana passada e perante a ausência da oposição no Plenário da Assembleia Regional a sessão foi interrompida por quinze minutos. O Grupo Parlamentar do PSD regional reuniu com o Governo Regional e, findo esse intervalo, o debate recomeçou com intervenções críticas sobre o orçamento por parte dos deputados do PSD, que, «a páginas tantas», pareciam estar a discutir uma moção de censura ao Governo Regional da Madeira. Isto é caricato porque foi a fórmula encontrada, talvez com algumaabilidade mas perfeitamente perceptível, para tentarem emprestar credibilidade a um debate que tinha perdido toda a credibilidade e toda a seriedade. A meu ver não emprestou coisa alguma, pois nós sabemos como é que as coisas aconteceram.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Catarino, nem sequer valia a pena referir isto na Assembleia, mas refiro-o porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada entende — e referiu-o no pedido de esclarecimento — que os deputados do PSD foram «muito isentos» e muito críticos em relação ao PSD, quando isto resulta da montagem estritamente táctica de um debate do orçamento que à partida estava condenado.

Não me refiro, porque já referi na minha intervenção, ao papel que a televisão desempenhou durante todo o debate. Das doze horas de debate o PSD dispunha de dez horas, fora a intervenção final do Governo, sem limite de tempo, e que o Sr. Presidente da Comissão Política Regional do PSD costuma aproveitar em pleno ...! Portanto, estavam criadas condições objectivas para fazer, de facto, uma enorme sessão de propaganda do Governo Regional.

Finalmente, ao Sr. Deputado Octávio Teixeira direi apenas que as condições financeiras em que a Região Autónoma da Madeira tem vivido são demais conhecidas. O Partido Socialista anda há cerca de quatro anos a denunciá-las e tempos virão em que será possível averiguar a dimensão exacta da situação financeira da Região Autónoma e em que seja possível debater, de uma forma franca e aberta, tudo o que por lá se for passando.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, dou por terminado o período de antes da ordem do dia. Dentro de momentos vamos iniciar a discussão dos projectos da resolução n.º 5/V (PSD), 9/V (PCP) e 10/V (PS), sobre alterações ao Regimento da Assembleia da República.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso pede a palavra para que escute?

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — É para uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — Sr. Presidente, no início do período de antes da ordem do dia ouvi V. Ex.<sup>a</sup> anunciar que este seria de uma hora, mas tendo o cuidado de acrescentar que havia uma declaração política. Interpretei esse sublinhar como estando implícito que se iria respeitar aquilo que tem sido uma praxe: em geral o tempo das declarações políticas não conta para esse período de uma hora que o Sr. Presidente fixou, ou então, havendo declarações políticas, por produzir, recorre-se ao que está

previsto no Regimento e que é o prolongamento do período de antes da ordem do dia para não inviabilizar essas declarações.

Isto parece-me tanto mais legítimo e tanto mais justificado quanto é certo que, por uma série de circunstâncias de que não cabem culpas a ninguém, mas que são um facto objectivo, os períodos de antes da ordem do dia têm vindo a ser sucessivamente limitados no seu número semanal. Em média estamos longe de atingir aquilo que deveria ser o mínimo aceitável, ou seja, dois períodos de antes da ordem do dia por semana parlamentar.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, como começámos a sessão às 15 horas e 35 minutos, a Mesa entendeu que era uma hora exacta, depois daquilo que ouviu e também do andamento dos trabalhos. O Sr. Deputado Mota Torres terminou às 16 horas e 30 minutos, portanto faltavam cinco minutos, e como sabíamos que a intervenção do Sr. Deputado Casimiro Pereira, do PSD, levaria sete minutos, por essa razão dei por terminado período de antes da ordem do dia.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — Sr. Presidente, nos termos do artigo 74.º do Regimento, requiro o prolongamento do período de antes da ordem do dia por meia hora.

**O Sr. Presidente:** — O pedido é regimental, pelo que está concedido.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, se me permite, e salvo melhor opinião, é regimental, mas para o fim em vista, que é o da declaração política — não necessariamente por meia hora —, o Regimento prevê o prolongamento do período de antes da ordem do dia para declarações políticas.

**O Sr. Presidente:** — Desde que haja declarações políticas.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, será como V. Ex.<sup>º</sup> entender.

**O Sr. Presidente:** — O prolongamento deste período será exactamente de meia hora.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Casimiro Pereira.

**O Sr. Casimiro Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considero oportuno vir aqui hoje referir algumas evidências ocorridas recentemente que têm um importantíssimo significado na região de que sou oriundo e com as quais muito me congratulo em comunhão com as populações beneficiadas.

É do conhecimento público que o Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, acompanhado pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, inaugurou no passado dia 4 de Fevereiro o sistema de Alcanena de despoluição do rio Alviela.

A entrada em funcionamento deste sistema, destinado a recolher e depurar águas residuais domésticas e de numerosas unidades industriais de curtumes, é um acontecimento da maior importância para o processo de redução e de controle da poluição do rio Alviela.

Os caudais de águas residuais afluem à respectiva estação de tratamento através de uma rede de emissários com cerca de 30 000 m de comprimento.

A sua eficiência será aumentada por meio de melhoramentos a introduzir ao longo deste ano, estando o aproveitamento da sua capacidade garantido pelos serviços especializados de uma empresa à qual foi adjudicada a exploração e manutenção de todo o sistema.

Os resultados da entrada em funcionamento do sistema de despoluição do Alviela ir-se-ão fazer sentir progressivamente quer em consequência do acréscimo programado da introdução de caudais e pelo efeito da autodepuração das linhas de água quer ainda pelos melhoramentos programadas.

A exploração especializada, em conjunto com a criação próxima de uma associação de utilizadores que assumirá em condições definidas legalmente a responsabilidade de gestão do sistema, constitui uma inovação importante para a modernização da gestão dos recursos hídricos em Portugal, tornando mais objectiva e mais eficaz a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Espera-se que a curto prazo as águas do rio Alviela se apresentem muito aliviadas da coloração forte e do cheiro que actualmente têm, assim como muito menores concentrações de matéria orgânica e de sólidos em suspensão.

Brevemente entrará em funcionamento uma unidade de recuperação de crómio, constituída por iniciativa de um numeroso grupo de industriais, o que permitirá reduzir ou praticamente eliminar os resíduos de crómio nas águas fluviais.

Não obstante o investimento feito ascender a cerca de 1 milhão de contos a preços actualizados, no que respeita só à administração central, não resolverá completamente a poluição do Alviela porque outras fontes de poluição existem em outros locais da sua bacia, sobre os quais se prevê uma conveniente actuação a curto prazo, uma vez que essas fontes poluentes inquinam as águas não só na sua nascente como também as do vizinho rio Almonda.

Esta situação levou a que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais efectuasse no dia seguinte uma reunião de trabalho, entre outras que adiante se referem, com os autarcas de Alcanena e de Porto de Mós para tratar da situação da bacia de Minde-Mira de Aire.

Com efeito, a situação da bacia inferior da região de Minde-Mira de Aire infiltra as suas águas residuais não depuradas, provocando a poluição dos aquíferos e canais subterrâneos, o que, consequentemente, afecta a qualidade das ressurgências que se escoam por diversas linhas de água, entre as quais os rios Alviela e Almonda.

A construção de um sistema de recolha e depuração daquelas águas residuais, além de constituir uma acção indispensável à melhoria das condições e ambiente locais, impõe-se como condição para, por um lado, completar o sistema de Alcanena e, por outro, para dar início efectivo à despoluição do rio Almonda, pois só com tal investimento será possível evitar que estes dois rios deixem de estar sob o seu efeito nas suas nascentes, especialmente a do rio Almonda.

Da análise dos estudos e projectos existentes conclui-se que o investimento total rondará 1 milhão de contos, verba que será suportada proporcionalmente pelo Estado-autarquias e industriais, tendo ficado acordada a urgência da tomada de posições, prevendo-se inclusivamente que as obras ainda possam arrancar este ano.

Outra questão abordada nesta memorável jornada do Sr. Secretário de Estado foi a reunião havida na Câmara Municipal de Torres Novas com os autarcas locais, a associação de Defesa do Património Natural e Cultural e industriais poluidores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Constitui, de facto, para as gentes daquela região uma jornada memorável aquela em que foi inaugurado (posto a funcionar) o sistema de despoluição do Alviela, rio dos mais fortemente poluídos, e seguramente com o tipo de poluição mais agressiva, em que foi discutido e decidido iniciar a breve prazo a despoluição da bacia de Minde-Mira de Aire e em que a situação do rio Almonda foi discutida em profundidade, tendo igualmente sido assumidos compromissos e tomadas decisões para que as obras de despoluição avancem desde já com o apoio e a cobertura financeira indispensáveis.

O rio Almonda, devido essencialmente a forte concentração industrial nas sua margens e intensa ocupação urbana, atingiu nas últimas décadas graus de poluição muito intensos, melhor dizendo, insuportáveis, o que levou o município respectivo a desenvolver todas as accções ao seu alcance e fazer todos os esforços possíveis para solucionar tão dramática situação, manifestamente fora da sua capacidade financeira.

A Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais encontrou razões para o apoio pretendido, ou seja, no que se relaciona com os sistemas base constituídos pelos emissários, órgãos de elevação e depuração final, assegurando a Câmara de Torres Novas as redes urbanas e as respectivas ligações ao sistema basc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi igualmente tratado e acordado entre as Câmaras de Torres Novas e Tomar, por um lado, e a Secretaria de Estado e a EPAL, por outro, envidar os esforços necessários à resolução dos problemas técnicos, económicos e de financiamento que é necessário superar para concretizar o abastecimento de água potável a diversas povoações dos concelhos de Torres Novas e de Tomar a partir da estação de tratamento de água da Associação.

Inclusivamente, foi na oportunidade assinada por todas as partes intervenientes uma acta, em que se definem as fases do processo, assim como os compromissos financeiros de todas as partes intervenientes.

De referir também, ainda que brevemente, mas também de grande significado, a inauguração pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais dos centros de acolhimento do Alto da Serra e do Casal do Vale dos Ventos, precedidas que foram estas inaugurações da cerimónia de encerramento do 1.º encontro entre os técnicos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e os técnicos de todas as autarquias da área do Parque.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem, como eu, sentiu a necessidade — dramática necessidade — de, há cerca de 10 anos, mais precisamente no dia 11 de Maio de 1978, clamar perante esta mesma Câmara para que se acudisse aos rios Almonda e Alviela, que de rios de rara beleza e grande utilidade se viram insidiosa e progressivamente transformados em colectores de esgoto a céu aberto, extremamente agressivos para a saúde pública, não podia deixar passar esta oportunidade sem saudar pública e calorosamente os Srs. Secretários de Estado dos X e XI Governos Constitucionais pela firmeza, vontade política e pragmatismo com que encararam esta e outras questões relacionadas com o meio ambiente e qualidade de vida das populações. O que se passou nos passados dias 4 e 5 de Fevereiro na região referida, mais precisamente em Torres Novas, Alcanena e Porto de Mós, é muito mais do que o vislumbrar finalmente «uma luz no fundo do túnel»; é, isso sim, a manifestação de uma clara e inequívoca vontade política de encarar de frente estas transcendentais questões e adoptar as soluções que se impõem.

Assim se constata que o Governo está a cumprir o seu Programa e a corresponder aos compromissos que assumiu com o povo português. Com isso nos felicitamos!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Solicito ao Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida o favor de me substituir na presidência da Mesa.

Para pedir esclarecimentos, tem entretanto a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Deputado, ouvi com a máxima atenção a sua intervenção; aliás, devo ter sido dos poucos que se deram a esse cuidado! ...

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

O Orador: — Não sou apoiado por aqueles que também se deram a esse cuidado.

De facto, penso que é legítimo o Sr. Deputado vir aqui regozijar-se pela actuação do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e do ministro da tutela na área de Torres Novas. É perfeitamente legítimo!

Gostaria, no entanto, de perguntar-lhe o seguinte: O Sr. Deputado tem ideia de quantas vezes a estação de depuração do Alviela já foi inaugurada?

*Risos do PCP.*

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Boa pergunta!  
Pelo menos três vezes já foi!

O Orador: — O Sr. Deputado tem ideia de qual é a percentagem das empresas que laboram na bacia do Alviela e que, efectivamente, nesta fase vão estar ligadas à estação? No termo da bacia do Alviela, qual é a percentagem das empresas poluidoras que efectivamente vão ser ligadas?

Muito rapidamente, uma outra questão. O Sr. Deputado invocou aqui o princípio do poluidor-pagador. Isso daria uma discussão para muito tempo, mas o que de facto lhe pergunto é se sabe quem é o principal poluidor. É a administração central, é a administração local ou são as empresas?

Neste montante global de 1 milhão de contos, qual é a parte que cabe à administração central e qual é a parte que cabe aos poluidores que, como o Sr. Deputado disse, há mais de dez anos impunemente vêm estragando aquilo que era uma riqueza nacional — naturalmente refiro-me aos rios Alviela e Almonda?

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia Nunes de Almeida.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito rapidamente, em função das limitações de tempo do meu partido, quero felicitar o Sr. Deputado Casimiro Pereira pelos aspectos positivos da sua intervenção, sobretudo no que revela de preocupações com o desenvolvimento de algumas áreas do distrito de Santarém.

Naturalmente não comungarei com o Sr. Deputado nos aspectos meramente laudatórios à actividade governamental, mas não deixo de sublinhar os aspectos positivos das suas preocupações.

Gostaria de perguntar-lhe se, revelando a natureza construtiva da sua intervenção, quer comungar da exigência que ao Governo deve ser feita no sentido da publicação, o mais urgente possível, do conjunto dos decretos regulamentares que dêem verdadeiro sentido, consistência e aplicação à Lei de Bases do Ambiente. Esta a primeira questão. A segunda é a de saber se o Sr. Deputado quer participar, com os demais deputados do distrito de Santarém, no sentido de que o próximo Orçamento do Estado efectivamente configure as verbas necessárias para o desenvolvimento dos programas integrados na região do médio Tejo, dado que, até ao momento, nenhuma verba foi prevista para o efeito.

Muito se criticou nesta Câmara essa omissão. Não tivemos, na primeira fase, oportunidade de contar com a solidariedade dos deputados sociais-democratas do distrito de Santarém. Quer o Sr. Deputado comprometer-se, desde já, a uma acção conjunta para o próximo Orçamento do Estado?

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Boa, Lacão!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Casimiro Pereira, tem V. Ex.<sup>º</sup> a palavra para responder.

O Sr. Casimiro Pereira (PSD): — O Sr. Deputado Herculano Pombo perguntou-me quantas vezes já foi inaugurado o sistema do Alviela. O conhecimento que eu tenho é de que foi inaugurado uma só vez.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Ah!... Esta foi a quarta inauguração!...

*Risos do PS e do PCP.*

O Orador: — Tenho também conhecimento de que nele havia equipamentos valiosíssimos a degradarem-se, pelo que era preciso tomar uma decisão urgente quanto à sua entrada em funcionamento. Foi de facto o Sr. Secretário de Estado Carlos Pimenta quem tomou a decisão inabalável de pô-lo a funcionar e posso informar os Srs. Deputados, que provavelmente andam distraídos, dc que esse sistema está a funcionar satisfatoriamente.

Quanto à percentagem das empresas que o utilizarão, o que sei é que o contrato-programa e a legislação que está aprovada, ou em vias de ser aprovada, impõem que todas liguem ao sistema e que se conformem com a legislação que já está em vigor ou que vai ser posta em vigor a curto prazo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Rebentava o sistema!

O Orador: — Sabemos todos — e com isto procuro também, desde já, responder ao Sr. Deputado Jorge Lacão — que estes problemas são complexos.

Quanto à observação do Sr. Deputado Jorge Lacão de que concorda comigo e só não concorda com os «termos laudatórios» com que eu aqui apreciei a actuação do Governo, lembro que só recentemente — e pelos responsáveis que citei — foi elaborada a Lei de Bases do Ambiente. Como sabemos todos também, especialmente os que fazem parte da 10.<sup>a</sup> Comissão e que têm contactos regulares com a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, que as normas reguladoras da Lei de Bases do Ambiente estão praticamente prontas e em fase de entrar em vigor.

Quanto a querer ou não querer participar com os deputados pelo distrito de Santarém na exigência ao

Governo para que o próximo Orçamento do Estado preveja verbas para estes efeitos, o que posso dizer é que temos destas questões uma visão muito própria. O Orçamento do Estado é sempre um «bolo» dividido de acordo com os superiores interesses do Estado, onde as verbas se forem para um lado não vão para outro. O que lhe posso responder é que estou disponível para, com os deputados pelo distrito de Santarém, fazer todas as *démarches* junto do Governo e junto da Secretaria de Estado no sentido de que estas questões tenham o tratamento que os interesses da população que aqui representamos sejam respeitados.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, uma muito breve pausa para vos dar conhecimento de que se encontra presente na galeria central um grupo de alunos da Escola Secundária de Santa Maria do Olival, de Tomar, a quem apresentamos as nossas saudações.

*Aplausos gerais, de pé.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo, da responsabilidade do PSD, tem vindo a divulgar intensamente programas e acções de combate ao insucesso escolar.

No âmbito dessa política deu à estampa uma luxuosa publicação onde se salientam, para além de umas bonitas fotografias de meninos com sucesso, um não menos bonito retrato de S. Ex.<sup>º</sup> o Ministro da Educação.

Há, contudo, um conjunto de boas intenções referidas no lema do Sr. Ministro da Educação: «A geração do sucesso.»

Além das intenções, que, sendo boas, as registamos positivamente, também apreciamos o anunciado suporte financeiro, de razoável importância.

Por outro lado, vemos com muita preocupação todo o conjunto de programas e acções já delineados para o dito combate ao insucesso escolar porque, e de facto, quem conhece minimamente a realidade escolar ao nível da escolaridade obrigatória não deixa de se espantar por tanta ignorância (dessa realidade) demonstrada na definição das acções previstas.

O número de crianças portuguesas na escolaridade obrigatória, ensino primário, com insucesso não é preocupante, como se figura mesmo um verdadeiro atentado aos interesses nacionais, à mais elementar regra de justiça social ou à tão apregada e constitucionalmente garantida igualdade de oportunidades.

As médias de 26 % e 40 % de insucesso nas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> fases do ensino primário são simplesmente inaceitáveis e não podem deixar nenhum cidadão indiferente.

Não há, no entanto, nenhuma possibilidade criteriosa de se afirmar resultarem estes números apenas, ou principalmente, de factores externos à escola e, muito menos, de se referenciar isso apenas ao aluno, à criança em idade escolar. Não é possível concluir pela inadequação destas crianças para a aprendizagem, nem por elementos intrínsecos da sua constituição física e intelectual, nem por uma pseudo mal-nutrição que encaminhem tantas crianças para o insucesso.

É evidente que há aí referências, há contributos negativos ao desenvolvimento harmonioso da criança, como todos reconhecem.

O Governo parte para o combate ao insucesso com um princípio subjacente a todo esse quadro de medidas avan-

çadas: centra o referencial de todas as acções em factores exteriores à escola.

Isto é, vamos gastar cerca de dois milhões de contos, números redondos, no reforço do suplemento alimentar para todas as crianças do ensino básico obrigatório e, à volta desse grande princípio, prevê-se a organização de equipas que, não se sabe bem como, enquadradas pelos governadores civis, completarão um quadro essencial desta campanha.

Não temos nada contra o reforço do suplemento alimentar: pelo contrário, se não fizer bem, mal não fará, concerteza. No entanto, o que nos preocupa, o que nos assusta mesmo, é o princípio e a visão menor, completamente desligados da realidade, que é o nosso ensino básico obrigatório!

Atribui-se toda a responsabilidade a factores exteriores e, secundariamente, apenas se alude à escola, que é o mesmo que ignorá-la.

Esquece-se, por exemplo, de saber se os programas estão adequados à realidade. Basta referir que o programa do ensino primário está em vigor há cerca de dez anos, nunca foi avaliado e, o que é mais significativo, era apenas para durar três anos em regime de experiência.

Não se perguntou se a escola que temos serve, se garante e salvaguarda os valores que nos são próprios da língua, da história, enfim, da nossa cultura. Não se curou de saber se temos condições materiais e humanas de forma a garantir a prossecução desses objectivos.

Não é possível sucesso educativo quando as crianças tiritam de frio no interior das salas de aulas, quando o material de apoio para as actividades curriculares de resume ao professor e à sua inventiva, quando se ameaça a família dos alunos com desemprego, quando se tornam os cuidados de saúde só possíveis para alguns, quando os preços dos livros e material escolares aumentam anualmente de forma assustadora, quando se ignora o professor e as condições em que deve exercer dignamente a sua missão como é, exemplo o que se passou com o Dia D, para debate das problemáticas em torno da reforma do sistema, reservando-se um dia inteiro para o efeito no ensino preparatório e secundário, e se relegou para terceiríssimo plano o mesmo debate ao nível do sector primário — determinando a realização de um conselho escolar extraordinário em sobrecarga de trabalho e se distribuem três documentos para discussão num concelho inteiro (em média 50 escolas) num autêntico atestado de menoridade aos professores desse nível, sem os quais não há sucesso possível, em vez de os conquistar para uma prática solidária, responsável, coerente e empenhada que culmine na redução drástica do números de insucesso que justificadamente, tanto escândalo causam.

Falar em debate e não formalizar as condições de participação dos estudantes nem dos encarregados de educação é simplesmente pretender o efeito sem a causa.

Afirmar a pretensão do sucesso educativo e ignorar a condição precária em que se encontra a maioria dos professores torna a participação activa desses professores um logro.

É preciso cativar os professores para uma prática técnico-pedagógica adequada ao combate ao insucesso. Para isso é necessário que os professores tenham os meios e as condições para que tal seja viável.

A participação das autarquias nessa tarefa é também essencial, mas não é com propostas de duvidosa intenção, como as que o Governo faz para comparticipação nas construções escolares — que ao Governo exclusivamente competem —, que se conquistam as vontades. Como se não bastasse a diminuição de verbas com que este governo

brindou aos dez anos de poder local, pretende-se à custa do esforço e sacrifício financeiro das autarquias, apresentar um saldo de realizações que politicamente favoreça o Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista já publicamente afirmou a sua vontade em colaborar, em procurar estabelecer nestas, como noutras matérias, os consensos necessários à execução de uma real política educativa de forma séria e coerente.

Neste pressuposto, afirmamos: o grande passo, a grande e primeira medida de combate ao insucesso escolar é a implementação efectiva da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Este governo já rompeu os prazos previstos para dar início à sua implementação.

Por outro lado, e mais do que garantir a igualdade de oportunidades, neste caso aos alunos, o Partido Socialista defende que é necessário fazer uma discriminação positiva: dar mais aquem mais precisa. Dar mais assistência médica, mais emprego, mais e melhores meios de apoios nas escolas, melhores professores (no sentido da valorização profissional, que ao Governo compete fazer), melhores escolas (mais quentes e atractivas).

É também condição essencial alargar definitiva e totalmente a rede de jardins-de-infância, pré-escolar, por forma a permitir que todos os alunos cheguem à escola munidos de um mínimo de desenvolvimento, hoje tido como essencial a uma boa aprendizagem.

Como as boas intenções, por si só, não chegam, já apresentámos, em devido tempo, um projecto de lei que se encontra em discussão na Comissão de Educação e Cultura sobre esta matéria.

Na escola é fundamental avaliar os programas em vigor e, de forma descentralizada, organizar os troncos curriculares adequados. É preciso rever ainda outros conceitos da nossa escola: por exemplo, o regime de repetências.

Há todo um trabalho que se não fez e já houve tempo para isso. O Governo já leva seis meses de pregão: o que nos fica são apenas as boas intenções, tantas vezes repetidas? De tanto falar, esquecem-se de fazer? A dura realidade aí está: tudo na mesma!

Permitam-me, para terminar, que cite Camilo Pessanha, que, num poema que ilustra um pouco o desfasamento entre a realidade e ilusão, diz assim:

Eis quanto resta do idílio acabado.  
Primavera que durou um momento ...  
Como vão longe as manhãs do convento  
Do alegre conventinho abandonado.

Creio que este Governo merece bem este poema de Camilo Pessanha. Vai atrasado o Governo! E, como vai atrasado, vai duas vezes mal: vai fora de horas e vai desligado do real.

Assim não! Pensamos que não é justo esbanjar, em nome de uma boa causa, tanto dinheiro.

Os alunos merecem que o Governo conheça a realidade e, acima de tudo, que não lhes hipoteque o futuro.

Há mais de oito anos que o PSD é responsável pelo Ministério da Educação. Há mais de oito anos que assistimos ao adiar das questões, aos falhanços sucessivos na execução de qualquer política consistente neste domínio.

Esta é a última oportunidade para o PSD provar se pretende uma reforma efectiva do sistema ou se, pelo contrário, é mais uma vez o adiar da questão.

*Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Cesário, penso que pediu a palavra para pedir esclarecimentos. Se assim é, tem a palavra.

O Sr. José Cesário (PSD): — É, sim, Sr. Presidente. Sr. Deputado António Braga, pese embora o estilo pouco claro que adoptou para a sua intervenção, ...

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Não é verdade!

O Orador: — ... julgo ter percebido o seu conteúdo. Pretendeu concordar com o programa do insucesso escolar e com as medidas tomadas recentemente pelo Governo, concordando, nomeadamente, com as intenções manifestadas — esta foi a sua expressão rotulando as intenções de «boas» —, mas discordando deste ou daquele aspecto.

V. Ex.<sup>4</sup> acaba, quase no fim, por demonstrar que ontem não esteve presente na reunião que tivemos na Comissão com o Sr. Secretário de Estado da Reforma Educativa, pois muitos dos aspectos que hoje foca na sua intervenção foram aí perfeitamente esclarecidos. Ao silêncio de ontem sobrevive o discurso de hoje, ontem então não manifestado.

Porém, e concretamente no que se refere ao programa do insucesso escolar que o Governo, a seu tempo, implementou e pôs em prática, acho muito estranho que V. Ex.<sup>4</sup>, assumindo-se aqui como porta voz do seu partido, venha menorizar o facto de o Governo atribuir a factores externos à escola a justificação fundamental para o insucesso escolar. Não tenha ilusões: o insucesso escolar, sobretudo nos concelhos onde ele é mais significativo, deve-se mesmo, fundamentalmente, a factores exteriores à escola, a factores de natureza sociológica, a factores que têm a ver com a forma como as populações dessas regiões vivem. E não tenha dúvidas, Sr. Deputado, de que a forma fundamental, o processo ideal e o mais eficaz, de atacar o insucesso escolar é precisamente o de dar às crianças, através das suas famílias, meios que, porventura, elas neste momento não possuem. O Governo fez bem, o Governo faz bem quando vai por aí.

Evidentemente que o problema do insucesso escolar não se confina só a esta questão. Vai mais longe: tem a ver com os programas, tem a ver com a formação dos agentes educativos. Isso é óbvio! Todos nós o sabemos e muito bem!

V. Ex.<sup>4</sup> vem dizer que está muito surpreendido pelo facto de termos desde há dez anos os mesmos programas no âmbito do ensino básico, por exemplo. Oh, Sr. Deputado! Parece que não faz parte da Comissão de Educação! Então V. Ex.<sup>4</sup> não sabe que o Governo está empenhado, neste momento, com todos nós, com todos os partidos, com todas as forças vivas ligadas à educação, com os sindicatos, etc., num processo de implementação de um vasto conjunto de diplomas complementares à Lci de Bascs, que passam pelos planos curriculares, pela avaliação, etc.? V. Ex.<sup>4</sup> não sabe isso sendo membro da Comissão Parlamentar da Educação?

Tenho de dizer-lhe, pois, que acho muito estranha, muito estranha mesmo, essa sua intervenção. Porque está em contradição absoluta com aquilo que tem sido o discurso normal do seu partido no plano educativo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Braga, tem a palavra para responder, se o desejar. Dispõe de um minuto.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Deputado, como verifica, dadas estas limitações, não tenho condições para responder-lhe, pois as questões que colocou são evidentemente muito vastas.

Creio que fui claro no que disse e tanto as questões constantes da minha intervenção como as que lhe estão subjacentes poderão ser discutidas noutro âmbito.

Agora o que aqui dizemos muito claramente é que pensamos desta maneira e aqui deixamos o nosso alerta ao Governo. É que não há nada implementado! Tudo o que há são boas ideias, boas intenções! Não temos nada contra as «boas intenções», mas gostava que me apontasse um único sítio onde esteja implementado algum programa de combate ao que quer que seja e sobretudo ao insucesso escolar.

Lembro-lhe, por exemplo, o trabalho infantil. É uma questão que tem a ver com o insucesso escolar, para a qual sugerimos nesta Câmara muitos modos de actuação e sobre a qual, até agora, o Governo é omisso.

Isto são apenas linhas gerais, pois não tenho tempo para lhe dizer mais nada. Apenas o remeto para a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>4</sup> Deputada Luísa Amorim, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>4</sup> Luísa Amorim (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados: Visitei há pouco as regiões de Castelo Branco e Covilhã, zona tradicional de têxteis.

Visitei duas fábricas: a SITOFATO e a Penteadora, onde trabalham, respectivamente, 250 e 900 trabalhadores. Como é tradicional no sector têxtil e de confecção, são duas fábricas com maioria de mão-de-obra feminina. Como também é usual nestes sectores feminizados, são dependentes e brutais as condições de trabalho, com ritmos de exploração intensiva e onde se faz sentir o trabalho infantil e o trabalho clandestino. São, em grande maioria, trabalhadoras contratadas a prazo (na SITOFATO 70 % das trabalhadoras têm contrato a prazo), muitas delas sem segurança social e sem estabilidade de emprego.

Sujeitas a violentas cadências de trabalho para atingir os prémios de produção que funcionam como complemento de salário, são penalizadas na maternidade. Qualquer falta para acompanhar ao médico os filhos doentes as inviabiliza de atingir estes prémios, numa clara violação da lei.

O seu horário de trabalho é de 9 horas por dia no emprego, mas o seu dia de trabalho inicia-se, para a maioria das trabalhadoras, às 5 horas da manhã.

São fábricas que absorvem mão-de-obra de um raio que vai até 29 km, como, por exemplo, a Penteadora. Partem de casa algumas às 5 horas da manhã e o percurso é, por vezes, também a pé, em longas caminhadas à chuva e por vezes ainda de noite.

Num inquérito efectuado no sector e apresentado no Porto em 1987 no seminário sobre «A mulher no sector têxtil», verificou-se que 61,5 % das trabalhadoras inquiridas se levantam entre as 5 horas e 30 minutos e as 6 horas e 30 minutos e 30 % dormem entre as 24 horas e a 1 da manhã.

Trabalham 9 horas e, ao visitar essas fábricas, apercebi-me do que era esse trabalho.

Na secção de tecares, máquinas enormes, com cerca de 10 m de comprimento, são monocordicamente percorridas por estas trabalhadoras, que vigiam os fios partidos. Caminham quilómetros por dia, no meio de um barulho ensurdecedor, onde as vozes não se ouvem senão aos gritos e mesmo assim com dificuldade. É na solidão deste ruído

infernal, tendo como companhia a máquina brutal, que estas trabalhadoras vivem grande parte da sua vida.

Progressivamente ensurdecem, embora disso não se apercebam, entre colegas no trabalho, habituadas a comunicar pelo mexer dos lábios, no meio de toda aquela poluição sonora e sob grande desgaste psíquico.

Visitei também a secção de tinturaria da Penteadora e embora aí a maioria fosse homens, julguei-me transportada aos primeiros tempos da revolução industrial. Uma sala com grandes caldeiras estava numa penumbra de vapores, onde homens meio desnudados manipulavam, com diferentes tipos de ácidos, os fios que adquiriam diferentes cores. O calor era insuportável, um cheiro acre arranhava-nos as vias respiratórias e estimulava-nos a tosse. Em pleno século XX, quando se fala em modernidade e novas tecnologias, as nossas empresas e muitos dos nossos trabalhadores vivem esta realidade.

Falei com trabalhadores, alguns deles estão já com insuficiência respiratória, em tratamento no hospital. Na verdade podiam usar máscaras. Os próprios trabalhadores reconhecem que as recusam. No entanto, questionavam-me eles: como é possível, com este calor infernal, estar nove horas no meio destas caldeiradas com máscaras?

Este tipo de trabalho, automatizado, monótono e embrutecedor, sem criatividade, que exige concentração, sob um ruído ensurdecedor, repercutiu-se gravemente sobre a saúde física e mental dos trabalhadores. No inquérito referido ao sector, as trabalhadoras queixavam-se sobretudo do muito barulho, pouca limpeza, muita humidade e frio, má ventilação, calor excessivo e poucas casas de banho.

As doenças profissionais do sector relacionam-se, segundo o mesmo inquérito, com doenças oftalmológicas, neurológicas e psiquiátricas, doenças respiratórias e de otorrinolaringologia, para além de reumatismo e varizes.

E não é por acaso, Srs. Deputados, que nesse inquérito 56,6 % das inquiridas se diziam fartas e saturadas da vida e 73 % não gostavam da profissão.

Esta resposta é tanto mais dramática quanto a idade da maioria se situa entre os 25 e os 35 anos (42,3 % delas começaram a trabalhar quando tinham 10 a 15 anos e 15,3 % com menos de 10 anos).

Em 1984, uma missão multidisciplinar do PIACT da OIT esteve em Portugal a estudar a nossa realidade em matéria de condições e ambiente de trabalho.

Os seus pareceres e recomendações denunciavam a grave situação do nosso país, nomeadamente em relação à higiene e segurança no trabalho, apontando medidas a curto e a médio prazo.

Sugeriam-se, inclusive, no âmbito da cooperação internacional, várias iniciativas, como bolsas e seminários, bem como a realização, pelo Governo Português, no último trimestre de 1986, de uma avaliação das medidas tomadas a nível nacional e internacional.

Esta avaliação não foi feita, a reestruturação do sector continua por fazer e, quatro anos depois deste estudo, como verificou nesta visita, a realidade mantém-se, com todas as consequências na qualidade de vida da grande maioria dos trabalhadores portugueses.

E, como salienta a federação dos sindicatos do sector na análise crítica ao projecto de portaria conjunta que declara em reestruturação o sector, sem uma efectiva alteração das actuais condições ambientais do meio de trabalho, um maior empenhamento dos empresários na garantia das condições de segurança nas fábricas, mas, sobretudo, sem a melhoria dos níveis actuais de remuneração dos trabalhadores de modo a poderem usufruir de uma qualidade de vida mais digna, não é possível aumentar a motivação do

trabalhador do subsector, condição primeira para se obterem ganhos de produtividade.

A reestruturação do sector e a introdução de novas tecnologias não pode ser pretexto de agravamento da situação através da generalização dos despedimentos.

A verdadeira modernidade, que harmoniza o desenvolvimento económico e social, é aquela que, eliminando a opressão e a escravidão do homem, põe o progresso ao serviço do ser humano. É por esta que lutamos.

*Aplausos do PCP, da ID e da deputada Teresa Santa Clara Gomes, do PS.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Silva Marques quer interpelar a Mesa? Faça favor, tem a palavra.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saber qual a previsão na condução dos debates da sessão. Há pouco, segundo creio, houve um prolongamento e pretendia saber em que ponto estamos desse prolongamento.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Está cheio de pressa!

O Sr. Presidente: — A Mesa tem todo o gosto em esclarecer o Sr. Deputado Silva Marques de que, após este pedido de esclarecimento, há apenas uma pequena intervenção do Sr. Deputado Sottomayor Cardia. Termina-se o período antes da ordem do dia, no quadro do seu prolongamento, e entramos na ordem do dia.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, só pretendia saber em que ponto da meia hora do prolongamento estou. Com franqueza, não sei.

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Silva Marques sabe, as meias horas na Assembleia da República, em termos da praxe, são meias horas conhecidas... De qualquer maneira, com base no trabalho que tem sido feito pela Mesa, o excedente da meia hora tem a ver com o consenso estabelecido por todos os grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Barata Rocha, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Barata Rocha (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poderia talvez referir a intervenção que acabei de ouvir como uma óptima redacção escolar, independentemente de alguma parte dessa intervenção trazer factos sensíveis a qualquer habitante dessas regiões e eu sou um deles.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada refere que a distância a que as trabalhadoras residem do local de trabalho como um dos pormenores do seu desagrado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada refere os ruídos da fábrica provocados pelos teares, ruídos, aliás que são característicos deste tipo de indústria.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada refere que uma boa percentagem das trabalhadoras dos locais que visitou não gosta da profissão.

A sua intervenção, tal o panorama que aqui nos trás, sugere-me que está a apelar para que as entidades patronais encerrem essas fábricas...!

Gostava que me dissesse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se acha preferível o encerramento dessas indústrias, lançando para o desemprego umas centenas de trabalhadores ou as medidas de reconversão que hoje o Governo está a tomar no sector, como é do seu perfeito conhecimento. Esse, sim, é o caminho. Aquilo que nunca foi feito até hoje está este governo a fazer, atento ao problema, alertado para uma

situação que o levou a incluir a indústria têxtil da Covilhã entre as que devem ser reestruturadas.

Pergunto muito claramente à Sr.<sup>a</sup> Deputada se, na sua óptica, as fábricas deviam ser encerradas, lançando-se para o desemprego algumas centenas ou milhares de trabalhadores.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Amorim, se desejar responder ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Barata Rocha, tem a palavra. Dispõe de um minuto.

A Sr.<sup>a</sup> Luísa Amorim (PCP): — Sr. Deputado, queria lembrar-lhe que entre o início da revolução industrial e o século XX passou algum tempo.

Evidentemente não defendo que as empresas fechem, mas a alternativa não é a exploração dos trabalhadores nas condições de trabalho que eu vi. Isso, inclusive, faz parte das normas da OIT...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — ... e também da própria Organização Mundial de Saúde.

A alternativa não é a exploração naquelas condições de trabalho. Algumas delas, como, por exemplo, as da tinturaria, fizeram-me lembrar fotografias do tempo da revolução industrial. Gostaria que o Sr. Deputado fosse visitar essas fábricas para verificar se a alternativa é manter aquelas empresas abertas, a trabalhar naquelas condições, ou exigir ao patronato uma diminuição dos lucros e o investimento desses lucros...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — ... em material e novas tecnologias. Há nova tecnologia que permite uma menor exploração e uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores do sector.

O que exigimos é o respeito das normas da medicina do trabalho, o respeito pelos trabalhadores, que são, de facto, quem cria a riqueza no nosso país.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sottomayor Cardia, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma intervenção.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Publicou o Ministério da Educação os dois primeiros volumes de uma anunciada série de quatro. «Documentos preparatórios» se intitula a colecção. Nela se consubstancia o labor da Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Acaso, por modéstia, o elenco da referida Comissão é omisso. Há, todavia, presunção geral de que se trata da designada e empossada pelo anterior governo.

Consta, c o Governo faz constar, que os textos constituem relatório a partir do qual será edificado o modelo da reforma do sistema educativo. Perguntou-me há dias um parente afastado, apoiante do Governo, se era verdade que tal reforma havia sido decalcada do «modelo escandinavo». Confesso que, no meu espírito, o embaraço apenas foi excedido pela admiração: adoptar um ministério, moderno e dinâmico, o modelo de povos assim evoluídos não é candidatar-se à coroa de louros, é merecer-la. «Caramba meninos; aos desafios da modernidade responde-se com o que de mais moderno se excogitar» — lá diria o Ega.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ah! Ah!

O Orador: — Percorridos os volumes, verifiquei que neles o essencial é a ousadia de concepção expositiva, de rasgo teórico e de imaginação histórica.

Ousadia de concepção, primeiro. É que não estamos perante um vulgar relatório vulgarmente bem elaborado. Temos ao alcance uma colectânea organizada por uma ordem engenhosíssima não comezinhamente identificável ou aproximável da sequência dos assuntos versados. As peças, encomendadas, fluem por ordem cronológica da respectiva entrega. Do primeiro volume consta tudo o que foi depositado entre Agosto e Novembro de 1987; do segundo, tudo quanto foi presente em Dezembro e Janeiro últimos. O primeiro contém três relatórios e dois artigos de filosofia da educação. O segundo acumula cinco anteprojectos de decreto-lei e um escrito intitulado «definição de uma política de manuais escolares que conte com adequadamente a sua avaliação» (*sic*), o qual conclui em forma de despacho. Tudo da responsabilidade dos respectivos autores, segundo liminarmente se esclarece. Raras vezes aguardei tão ansiosamente a edição de um terceiro volume. Não ouso imaginar se trará o índice de uma sebenta, um plano de estudos, o preâmbulo de uma portaria, um pedido de autorização legislativa ou um hino.

*Risos do deputado do CDS, Narana Coissoró.*

Na verdade, deste governo esperava eu muito, não concebia que pudesse responsabilizar-se pela edição de um projecto de reforma do ensino assim inovador no método, na sistemática e na ordenação dos textos. Estou velho. Já não sei como se escrevem os bons livros.

*Risos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

Ousadia de rasgo teórico, em seguida. Ouçamos atentamente:

A educação é um processo da mais alta importância para um homem. O homem é, à nascença, um animal bem frágil. É a educação que opera nele o prodígio da transmutação de indivíduo de um grupo zoológico numa consciência intelectual e moral superior. É a educação que o transforma de animal em pessoa.

*Risos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

Exceptuar alguns humanos — na ocorrência, os não educados — da condição de pessoa é professar doutrina filosófica tão respeitável como qualquer outra. Um professor de Filosofia tem o pleníssimo direito de o escrever. Cada um pensa o que quiser e como quiser e é livre de o escrever. Pelo que me diz respeito, entendo que a qualidade de pessoa se adquire no momento do nascimento. É uma ideia como qualquer outra; é em rigor uma ideia banalíssima. Não quero, não quis e não quererei que tal seja o pensamento do Estado, mesmo que constituísse doutrina unânime entre juristas, mesmo que seja (como é) norma conformadora do Código Civil. As leis são normas de alcance prático, não verdades ou erros, porque se não situam no plano do conhecimento. Não há democracia se os professores, mesmo os do ensino público, como aliás todos os funcionários públicos civis não diplomáticos, não tiverem o direito de pensar e escrever contra princípios, mesmo angulares, do ordenamento jurídico.

Não posso, todavia, deixar de sublinhar a originalidade da situação. Um ministério, entidade como poder normativo, estipula oficialmente em aberta contradição de princípios gerais do direito positivo. No caso concreto, não é uma originalidade qualquer: é uma originalidade que abala

os fundamentos últimos da disciplina social. Não sendo pessoas, os humanos não educados (e quantos não haverá?) ...

*Risos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

... não são titulares de direitos nem de obrigações. São escravos ou menos do que isso — porque não têm direitos. São de todo em todo juridicamente irresponsáveis, são indivíduos em estado de natureza — porque não são titulares de obrigações.

*Risos do deputado do CDS, Narana Coissoró.*

Se forem inimigos da sociedade, fica esta indefesa, sem que a nós, os outros — a sociedade juridicamente organizada —, nos reconheçamos o direito de deles nos defendermos. Raras vezes o anarquismo terá sido pensado de forma tão radical. Que maior ousadia teórica pode conceber-se?

Ousadia de imaginação histórica, finalmente. A reforma em gestação não se auto-avalia na escala dos marcos históricos da educação em Portugal, como a do marquês de Pombal ou a de Passos Manuel. Perspectiva-se como criatura «deste período intervalar entre dois milénios».

*Risos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

Não entre apenas milénios, mas entre dois milénios, ou seja, entre o primeiro e o segundo par de milénios. Tal é o almejado período de vigência. Um dia se dirá: a história do pensamento pedagógico comporta dois períodos: um de Cristo aos governos Cavaco Silva e outro destes executivos a ... Os vindouros decidirão. Na ordem das coisas efectivas. Na ordem dos escritos historiográficos. Mas hão-de decidir: uns pela acção, outros pela investigação.

Objectar-se-á que os livros não constituem uma obra, porque seriam uma publicação periódica. Duvido. Não só falta a menção da tipografia em que foram impressos, mas ainda o dispicio pormenor legal e intelectual que é a indicação do nome do director.

A introdução — não assinada, e portanto da responsabilidade de quem mandou imprimir os 10 000 exemplares e os fez distribuir para discussão nas escolas — proclama que os materiais editados constituem «um edifício que se quer bem alicerçado, coerente e harmonioso, moderno».

É patente que, por este caminho, lá se chegará decreto. Mas, quiçá arrependido de se haver deixado tentar por meta assim lamentavelmente árida, o autor não conveve a vocação para o suplemento de alma e abruptamente aditou: «Com muita luz e ar puro, onde as nossas crianças possam conviver e aprender com alegria e com esperança.» Um anjo não seria mais eloquente; ...

*Risos do PS e do CDS.*

... nas redacções infantis, a luz é sempre muita, o ar sempre puro e a esperança sempre indissociável da alegria.

Entre os textos reunidos para tão eminent finalidade — avisa-se — «existem dissonâncias e incongruências». Todavia, e apesar desse pecado venial, o edifício obedece a uma «lógica sistemática».

*Risos do PS e do CDS.*

Reparam V. Ex.<sup>as</sup> no primor de expressão. E eu, que ignorava — e ignoro ainda — a existência de lógicas não sistemáticas, humildemente me inclino perante tão requintada sabedoria.

*Risos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

Quanta desarmonia sintáctica e semântica não será necessária para solicitar, como modelo explicativo, uma lógica não sistemática?

Disse alguém, pessoa autorizada, aliás, que a obra em apreço é como um edifício em dez andares, encomendado cada um a seu arquitecto. Não me impressiona a imperfeição. Menos bom seria se cada um houvesse sido confiado a seu engenheiro ou a seu construtor. Só uma dúvida paira no meu espírito. Mas não muito grave. A saber: havendo dissonância entre os projectos parcelares, poderá falar-se de um projecto global? Se o projecto global falha, como discutir em conjunto os textos entrados no Ministério entre Agosto e Janeiro, prescindindo do conhecimento dos que ainda estão no prelo ou porventura na dactilografia? Se a discussão conjunta se torna difícil entre adultos, peritos ou leigos com eu, como terá sido possível interessar nela as crianças e os jovens escolares? Pouco importa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar porque, além do mais, terminou o tempo global do período de antes da ordem do dia.

O Orador: — Terminou já, Sr. Presidente. Se ficaram com a impressão de que as artes legislativas ou governativas relevam do inefável ou do misterioso, nada mais fizeram do que cumprir o seu dever. Participaram do Dia D e terão ficado mais conformadas à transcendência dos enigmas. A Reforma venceu!

*Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID.*

*Entretando, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.*

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, desculpar-me-á a eventual indisciplina, mas a verdade é que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou, e bem, que já passou há muito tempo o período de prorrogação de meia hora do período de antes da ordem do dia.

Se continuamos agora com pedidos de esclarecimento e respectivas respostas, acabamos por não fazer nada hoje. Estamos aqui desde manhã e até agora ainda não fizemos nada. Temos de entrar no período da ordem do dia, Sr. Presidente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Já fizemos muita coisa!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Tem pressa, Sr. Deputado Montalvão Machado?!

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, é para exercer o direito de defesa da honra da minha bancada.

*Risos do PSD.*

Os Srs. Deputados riem-se; pois continuem a rir-se. Se não percebem que foram ofendidos como deputados, o problema é vosso, não é meu!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, afirmar-se nesta Casa que fizemos «nada» desde manhã é ter a conceção produtivista da actividade da Assembleia e de que o nosso trabalho se mede ao metro legislativo. A função de deputado é uma função de iniciativa legislativa mas não se limita unicamente a isso. Dizer que fizemos «nada» é algo que não pode deixar de ferir quem aqui esteve desde manhã, com a consciência de que estava a exercer o mandato que lhe foi atribuído, com a melhor das suas capacidades.

*Aplausos do PS, do PCP, do CDS e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar esclarecimentos, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

**O Sr. Montalvão Machado (PSD):** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, far-me á justiça ... Eu não tinha intenção de ofender qualquer deputado desta Câmara.

Quis dizer apenas que, havendo para hoje uma agenda de trabalhos em que constava um período de antes da ordem do dia — cujo tempo é limitado —, são agora 17 horas e 30 minutos e ainda não o terminámos, tendo-se a sessão iniciado às 10 horas. E se os trabalhos terminam às 20 horas, quero saber a que horas vamos iniciar o período de ordem do dia, que é — perdoem-me a expressão — «o prato forte» do trabalho desta Assembleia, e não o período de antes da ordem do dia, que — como V. Ex.<sup>a</sup> sabe muitíssimo melhor do que eu — se destina a matérias de menor importância ...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Menor?!

**O Orador:** — ... de cariz regional, que não são propriamente de cariz nacional.

Por conseguinte, eu não quis ofender ninguém, muito menos esta Assembleia, a que me honro de pertencer há uma dúzia de anos. Quis apenas chamar a atenção de que não dava o meu acordo e continuo a não dar ao prosseguimento de um período de antes da ordem do dia, cujo prolongamento — e isso foi anunciado pelo Sr. Presidente da Assembleia — seria apenas de meia hora, quando vai já em 40 minutos. A continuarmos assim com pedidos e mais pedidos de esclarecimento, chegamos à hora de jantar e não entramos sequer no período da ordem do dia.

Foi isto e só isto que quis dizer!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, no período da manhã os trabalhos foram interrompidos, estabelecendo-se o entendimento de que o período antes da ordem do dia continuaria no período da tarde. Foi, aliás, solicitado um esclarecimento global e foram ouvidas as posições de todas as bancadas. Marquei esse período de uma hora porque foi o entendimento que tive e assim expliquei ao Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Como houve uma declaração política, o Sr. Deputado Lopes Cardoso utilizou a disposição regimental do prolongamento de meia hora, o que a Mesa não podia evitar.

Encontrando-me depois fora deste hemiciclo para receber um presidente de uma das comissões desta Assembleia, fui informado, quando regressei, de que tinha havido consenso no sentido de terminarem as intervenções para as quais havia duas inscrições — a prática da Casa!

Embora não venha no Regimento a prática da Casa, o hábito tem sido o de terminar sempre que possível as intervenções, os pedidos de esclarecimento e as respectivas respostas durante esse período. Desta forma, a Mesa só responderia uma eventual revisão dessa prática se o número de inscrições fosse excessiva, assim como as respostas.

Há dois pedidos de esclarecimento, o que significa que, ao todo, se formos céleres, levaremos doze minutos. É, pois, mais lógico que terminemos este processo e entremos imediatamente na questão prevista para o período da ordem do dia.

Assim, para formular pedidos de esclarecimento dou a palavra ao Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Sr. Deputado Sottomayor Cardia, recordo-me de V. Ex.<sup>a</sup>, aqui há uns anos, na altura em que era titular da pasta da Educação, sendo eu então — e orgulho-me de tê-lo sido — dirigente associativo.

Nessa altura, o Sr. Deputado deixou o seu nome ligado àquilo que os estudantes muito «amaram»: o «ano pro-pedagógico». Jamais se livrará de ter ficado ligado a uma das páginas mais negras da história da educação em Portugal. Disso não tenho qualquer espécie de dúvida, pelo menos por esse prisma.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Sottomayor Cardia, que se os documentos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo não tivessem outro predicado, pelo menos tiveram um: o de o terem feito voltar a esta Casa para falar sobre educação. É um gosto ouvi-lo falar sobre problemas educativos, pois há muito tempo que o não fazia e aí está um predicado dos documentos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo. V. Ex.<sup>a</sup> volta à liça e ainda bem que volta, porque o seu contributo é sempre bem-vindo em tudo aquilo que se relate a esse processo educativo.

Se é um observador minimamente atento às questões educativas, V. Ex.<sup>a</sup> sabe — ou pelo menos deveria saber — que os documentos que estão efectivamente para discussão pública são os documentos provenientes de uma equipa que foi constituída de uma maneira o mais heterogénea possível, de uma equipa que inclui camaradas seus, militantes do Partido Socialista, uma equipa que pretende apenas pôr à discussão um conjunto de documentos que despoletam ou que sirvam de base a essa discussão.

Toda a gente sabe, a Comissão de Educação sabe e os seus camaradas de partido que estão na Comissão de Educação sabem perfeitamente — disso estamos todos esclarecidos — e a sociedade portuguesa está esclarecida de que o Ministério da Educação ainda não apresentou a sua versão, a versão final acerca dos diplomas que irão complementar a Lei de Bases do Sistema Educativo. Estes documentos servem para despoletar a discussão e é nessa base que os entendemos e, volto a dizê-lo, ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> vêm contribuir também para todo este debate, que é importante que seja levado a cabo.

Quero dizer-lhe que ainda bem — na nossa óptica — que este problema foi abordado pelo Ministério da Educação desta forma, ainda bem que tivemos oportunidade de ter um debate público, um debate precedido da apresentação de documentos base que possam servir de bitola à discussão.

Aliás, esse debate público teve também, e pela primeira vez, desde há muitos anos, um dia único para que as escolas

— embora evidentemente com limitações — se pudessem juntar, assim como os professores e as restantes forças vivas ligadas ao processo educativo, e pudessem debater os problemas educativos. Esse processo irá continuar com o conhecimento das posições finais do Ministério da Educação.

Não quisemos importar nenhum modelo do estrangeiro e julgo que V. Ex.<sup>8</sup> também não pretenderia que assim fosse. É por isso que é bom que se faça justiça a um processo que é absolutamente transparente. E se os documentos têm lacunas, se num ou outro aspecto até têm correcções, até é bom que isso aconteça para os podermos discutir e para sabermos, pelo menos, aquilo que não devemos fazer.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr. Deputado, verifico que V. Ex.<sup>8</sup> está feliz porque a discussão sobre esta matéria incide sobre um texto caótico.

*Risos do PSD.*

V. Ex.<sup>8</sup> diz estar feliz ...

O Sr. Deputado afirma que a sociedade portuguesa está esclarecida de que estes materiais não são um relatório. Não, não está esclarecida! A sociedade portuguesa pensa que este texto é um texto da responsabilidade do Governo para ser discutido utilmente, de outro modo não tem sentido algum estar a discutir coisas avulsas, por mais meritórias que sejam, mas que não obedecem a uma ordem sistemática. Todavia, amanhã estará aqui seguramente o Sr. Ministro da Educação para responder à pergunta que lhe vou fazer sobre esta matéria.

Não costumo intervir muito frequentemente em debates na Assembleia da República; porém, agora vou fazê-lo mais vezes, tenho maior disponibilidade, mas recordo-lhe que, quando se discutiu aqui a Lei de Bases do Sistema Educativo, fiz uma intervenção de fundo sobre as questões essenciais, as questões mais melindrosas, apresentando exactamente pontos de vista que eram os meus quando fui titular da pasta da educação. Esta é que é a verdade e desafio V. Ex.<sup>8</sup> que me prove o contrário, no cotejo entre o que eu disse há dois anos e o que anunciei ou fiz há dez ou onze anos.

Finalmente, quanto ao «ano propedêutico», orgulho-me de ter transformado o «serviço cívico» no «ano propedêutico» e talvez não me orgulhasse de o ter transformado no que veio a ser o «12.º ano».

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, é para solicitar, em nome do meu grupo parlamentar, a realização do intervalo regimental porque precisamos desse tempo para nos reunirmos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas não consegui ouvi-lo nitidamente.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, creio que temos de pensar na sonorização desta Casa porque é extremamente difícil ouvirmos, aqui na nossa bancada, o

que diz o Sr. Presidente e, pelo que vejo, sermos ouvidos por V. Ex.<sup>8</sup> É urgente resolvemos este problema.

Comuniquei ao Sr. Presidente que hoje a minha bancada quer que haja intervalo regimental porque precisamos de trabalhar durante esse tempo, em termos de grupo parlamentar.

Não se trata de uma interrupção ao abrigo do direito de pedido de meia hora mas da apresentação de um requerimento para que se faça intervalo regimental.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, antes de responder-lhe quero confirmar que efectivamente as condições auditivas são péssimas, que há um processo em curso e que, depois de muitas insistências, já obtive uma proposta para instalação sonora e espero ter mais algumas para podermos decidir e encontrar uma solução adequada a este problema, que torna difícil a condução dos trabalhos.

Como já passa das 17 horas e 30 minutos, hora regimental de intervalo, retomaremos os trabalhos ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que escrito, Sr. Deputado?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, há intervalo regimental invocado potestativamente? Eu desconheço essa figura regimental.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Tem de aprender!

O Orador: — Presumo que o Sr. Deputado da bancada comunista quer evitar o direito potestativo de interrupção e invoca o direito potestativo do intervalo regimental. Podiam indicar-me a que artigo do regimento se refere?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, foi estabelecido, por consenso, em conferência de líderes, que não haveria normalmente intervalo excepto quando um dos grupos parlamentares invocasse o Regimento e nessas circunstâncias era considerado automaticamente; aliás, que me recorde, tal já aconteceu pelo menos duas vezes. De qualquer modo, foi esta a regra estabelecida em conferência de líderes, que, admito, não se transmite facilmente aos grupos parlamentares, mas foi essa a regra aceite por consenso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não sabia!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, assim sendo, retomaremos os nossos trabalhos às 18 horas e 10 minutos.

*Eram 17 horas e 40 minutos.*

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

A Mesa aguarda inscrições.

*Pausa.*

O Sr. Deputado Jorge Lemos pediu a palavra para que escrito?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, nestes momentos que nos separaram da distribuição do texto do relatório e anexos da Comissão de Regimento e Mandatos e do reinício da sessão, tive oportunidade de compulsar esse relatório com o texto que nos foi distribuído do relatório e anexos aprovados pela Comissão de Regimento e Mandatos na altura própria e pude verificar, Sr. Presidente, que pelo menos em relação a sete páginas há alterações.

Gostaria de colocar esta questão à Mesa, porquanto é uma questão que considero nova no debate, não apenas a alteração do relatório nos coloca a nós, Grupo Parlamentar do PCP, falta de tempo para considerar as propostas agora apresentadas mas também — e isso é mais grave — porque queremos saber junto de V. Ex.<sup>8</sup>, Sr. Presidente, se é possível um qualquer deputado, depois de aprovado um relatório em Comissão, introduzir alterações nesse relatório sem sobre elas ter ouvido, pelo menos, um representante de cada grupo parlamentar para suscitar o consenso sobre a matéria.

Sr. Presidente, penso que a questão é extremamente grave, porquanto nós temos regras claras de funcionamento, a Comissão de Regimento e Mandatos aprovou um relatório e anexos, hoje é-nos distribuído um texto diferente desse relatório, texto esse de que constam, por exemplo, até expressões que não existem em português, como «inecorrigível». Deixarei isso como provavelmente um erro de dactilografia, mas gostaria de ver a situação clarificada por parte de V. Ex.<sup>8</sup>

Pelo nosso lado, parece-nos extremamente grave este precedente e pensamos, Sr. Presidente, que o que tem de ser discutido é o texto que vem da Comissão, e não o outro texto, com alterações vindas de não sei onde.

O Sr. Presidente: — A Mesa não segue os trabalhos da Comissão, Sr. Deputado.

Está inscrito para uma intervenção o Sr. Deputado Silva Marques, julgo que para apresentar o projecto de resolução do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

*Protestos do PS e do PCP.*

O Sr. António Vitorino (PS): — Mas como é isto? Essa não é resposta!... Isto assim vai mal!...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados a nossa proposta de alterações ao Regimento visa sobretudo ...

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, não pode ser!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não pode ser! Não pode ser!

O Sr. Presidente: — Um momento, Sr. Deputado! Srs. Deputados, apenas perguntei ao Sr. Deputado Silva Marques se tinha pedido a palavra para apresentar o projecto de resolução do PSD; não lhe tinha concedido a palavra. Entretanto vi que dois dos Srs. Deputados solicitaram a palavra ...

O Sr. Deputado Jorge Lemos, em primeiro lugar, pede a palavra para que efecto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, é para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, a interpelação que eu dirigi à Mesa não traduz em si a necessidade de a mesa conhecer o relatório da Comissão, mas, pelo menos, determina uma coisa: colocada a questão como foi colocada, a Mesa deve solicitar dos serviços que lhe seja fornecido o original do relatório para verificar a questão que lhe coloquei e depois poder dar-me uma resposta.

O Sr. Presidente compreenderá que a minha bancada não aceita que o Sr. Presidente diga que não conhece o que vem das comissões!

Com certeza há um original com as páginas devidamente numeradas — numeradas, aliás, com o numerador próprio, e não dactilografado — que é o original da Comissão. Foi isso, Sr. Presidente, que eu aqui coloquei e que gostaria que a Mesa clarificasse.

O Sr. Presidente respondeu-me que não conhece o conteúdo do relatório ... Pois, é isso que quero que o Sr. Presidente clarifique, que compulse com o relatório antes existente e, não sendo o mesmo, que não é, porque designadamente surgem propostas novas, gostava de colocar à Mesa a nova situação criada: se estamos ou não estamos em condições de, por exemplo, sem a Comissão de Regimento e Mandatos considerar a nova situação colocada, podermos iniciar este debate.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pediu-me uma apreciação sobre uma certa forma de trabalhar e é evidente que a Mesa vai solicitar — e era natural que o fizesse — os textos próprios para analisar as questões. O que o Sr. Deputado me solicitou foi um juízo de valor sobre um certo tipo de comportamento e foi a esse aspecto que dei a resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, na sequência do incidente suscitado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, não peço ao Sr. Presidente um juízo de valor, peço ao Sr. Presidente que, de facto, clarifique a situação.

Penso que enquanto não estiver esclarecido o incidente suscitado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, não é possível iniciar a discussão desta matéria.

*Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Silva Marques pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, em forma de interpelação, os reclamantes que indiquem concretamente o objecto da sua reclamação, porque até pode haver erros técnicos ...

O Sr. António Vitorino (PS): — A técnica tem as costas largas, é claro!

O Orador: — ... a não ser da parte da oposição! Mas os reclamantes têm obrigação de indicar concretamente o objecto da reclamação, só que não se querem dar ao trabalho disso.

Sr. Presidente, a Mesa tem o relatório aprovado na Comissão de Regimento e Mandatos.

Alguns deputados admitiram a hipótese de o documento que V. Ex.<sup>8</sup> tem estar adulterado. Bem! É com V. Ex.<sup>8</sup> admitir se o documento está ou não adulterado. De qualquer modo, experimentemos começar o debate ..., se alguém está interessado nisso, e nós estamos, e logo se verá se ele está adulterado ou não!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, presumo que há pedidos de interpelação.

O relatório que a Mesa possui é o relatório enviado com o ofício n.º 230/SAC/88, de 21 de Janeiro de 1988, assinado pelo Sr. Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos, Sr. Deputado Mário Júlio Montalvão Machado e que foi distribuído ao SAP para publicação em despacho do dia 22 de Janeiro.

O Sr. Deputado Jorge Lemos pede a palavra para que efecto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Como o Sr. Presidente constatará, a esse relatório vem anexo um texto a que se chama «Texto base». Se o Sr. Presidente tiver o cuidado de analisar, pelo menos, as páginas 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 31, verificará que o texto distribuído aos Srs. Deputados não coincide com o texto que foi aprovado na Comissão e que é o anexo ao relatório em causa ...

*Protestos do PSD.*

Vocês sabem muito! É uma questão «técnica» ... mas de substituição!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — De arte!

*Pausa.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, é óbvio que a Mesa não pode estar a fazer uma comparação linha a linha neste momento; por isso agradeço-lhe que seja muito concreto nas suas considerações.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, creio que a questão suscitada pode ser resolvida de duas maneiras: a primeira é ficarmos em Plenário, eu indicando ao Sr. Presidente, linha a linha, número a número, o que foi alterado; a segunda é o Sr. Presidente convocar a Comissão de Regimentos e Mandatos, onde penso que a questão deve ser analisada.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Montalvão Machado pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — A Comissão de Regimento e Mandatos emitiu um relatório e parecer, que tem apenas uma página, só uma página, na qual se diz muito claramente:

O PSD apresentou um projecto de resolução de alteração ao Regimento, admitido em 15 de Outubro de 1987 (projecto de resolução n.º 5/V).

Posteriormente, foram apresentados sobre a mesma matéria o projecto de resolução n.º 9/V, do PCP, admitido em 13 de Dezembro de 1987, e o projecto de resolução n.º 10/V, do PS, admitido em 22 de Dezembro de 1987.

A Comissão deliberou apreciar conjuntamente os três projectos de resolução, tendo criado para o efecto uma subcomissão constituída pelos seguintes deputados: José Silva Marques (PSD) (coordenador), Oliveira e Silva (PS), Jorge de Lemos (PCP), Marques Júnior (PRD), Nogueira de Brito (CDS), Herculano Pombo (Os Verdes) e Corregedor da Fonseca (ID).

E depois, para finalizar, acrescenta o seguinte:

Salvaguardando os grupos e agrupamentos parlamentares as suas diferentes posições para a discussão em Plenário, entendeu-se dever sujeitar à apreciação e votação do Plenário os três projectos de resolução e todas as suas propostas de alteração, assim como outras apresentadas em Comissão, compiladas num texto base, a fim de facilitar o respectivo processo de apreciação e votação, o qual se anexa.

Por conseguinte, este texto base não é o relatório da Comissão; este texto base é um trabalho a que a Comissão procedeu para facilitar a discussão e a votação.

Parece-me, portanto, salvo o devido respeito por opinião em contrário, que nada há que impeça que se inicie a discussão e se, chegado o momento, houver qualquer divergência, pequena, média ou grande, neste ou naquele ponto, estaremos aqui todos para as apreciarmos todas, todas em conjunto, tal e qual a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu e enviou para V. Ex.<sup>4</sup>

Parece-me, pois, que o facto de poder haver e admito que haja ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Então sempre houve?!

*Protestos do PSD.*

O Orador: — ... aqui, ali ou além, alguma divergência, às vezes de palavras, e não, suponho, de ideias, não me parece que seja objecto bastante, que seja causa bastante para que, efectivamente, se não inicie o debate, visto que, oportunamente, todos poderemos emitir as nossas opiniões.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Então confessa?!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lemos pede a palavra para que efecto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, penso que a questão colocada é extremamente grave e ouvi da voz do Sr. Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos a consideração de que admite que haja, de facto, incorrecções no texto que foi distribuído.

*Protestos do PSD.*

Mas o aspecto mais grave, Sr. Presidente ...

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Sr. Deputado, eu não o interrompi, já agora deixe-me concluir, pois estou a interpelar a Mesa. Terei muito gosto, depois, em dialogar com o Sr. Deputado.

O aspecto mais grave, Sr. Presidente, é que se chegam a incluir no texto base para debate propostas que o PSD não tinha apresentado na versão originária do seu projecto! Essa é que é a questão grave! Porque se se tratasse da questão de uma vírgula, ou de um «que», nós não levantariamo a questão! Agora, o que é inadmissível é que o PSD se tenha dado conta de certos aspectos — que, aliás, visam limitar

direitos da oposição, designadamente o direito à defesa da honra e da consideração — e, à surrelfa, pretenda introduzir no texto base um artigo que não pode ser posto à discussão.

Esta questão, Sr. Presidente, é uma questão de lisura de processo! Ao que se pode chegar, Sr. Presidente! Ao que se pode chegar!

Creio que o Sr. Presidente terá de fazer qualquer coisa e o mínimo que pode fazer é interromper o Plenário, pedir que a Comissão de Regimentos e Mandatos reúna para considerar a questão, porque a questão que foi aqui colocada é uma questão de lisura de processo, é uma questão de fraude ao processo e o Sr. Presidente, certamente, que não pode ignorar este aspecto.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Jorge Lacão pediu a palavra para que efecto?

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, eu, como a maioria dos deputados desta Câmara, não sou membro da Comissão de Regimento e Mandatos.

Após a questão aqui suscitada pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, o mais que soubemos foi da interpretação feita pelo presidente da Comissão, o Sr. Deputado Montalvão Machado, que admitiu a existência de divergências, embora, do seu ponto de vista, essas divergências pudessem não ser significativas.

Admite, de facto, que há divergências e na opinião do Sr. Deputado Montalvão Machado elas podem não ser significativas. Só que a opinião do Sr. Deputado Montalvão Machado é a opinião dele e o reconhecimento do facto de que há divergências, esse, é objectivo!

Nestas circunstâncias, estamos perante um parecer e um relatório que não foram os mesmos aprovados na Comissão de Regimento e Mandatos, pelo que não podemos continuar este debate quanto à questão de fundo sem reunião da Comissão, para aprovar uma versão autêntica do seu parecer e do seu relatório.

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Julgo que o Sr. Deputado Montalvão Machado pede a palavra para uma interpelação à Mesa. Vou conceder-lha, após o que me pronunciarei.

Faça favor Sr. Deputado.

**O Sr. Montalvão Machado (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que fui muito claro quando há pouco admiti, por mera hipótese, que pudesse haver qualquer divergência. Foi assim que me expressei, foi isto que disse, e até mais, acrescentei que não haveria divergência de ideias nem divergência de princípios; apenas poderia haver uma divergência de palavras. Agora, classificar isto como uma «fraude» é que me parece que é, efectivamente, um processo de intenção que ninguém merece nesta Casa ...

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Não foi essa a palavra!

**O Orador:** — Foi, foi! Vamos pôr o nome muito direito às coisas! Bom!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Vamos ler o *Diário*!

**O Orador:** — Por conseguinte, fui até muito claro e disse que uma vez que a Comissão de Regimento e Mandatos forneceu ao Plenário um texto base para discussão simultânea dos três projectos, quando chegássemos à altura das divergências estaríamos aqui todos, com muita clareza, com muita lealdade, com muita correcção, para vermos tudo aquilo que haja para discutir. Chamar a isto um processo enviesado, de efectivamente trazer para aqui um texto que não é o texto que foi aprovado na Comissão, é que me parece que é muito divergente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, solicito que se faça imediatamente uma reunião da conferência de líderes e da Comissão de Regimento e Mandatos. Presumo que dez minutos serão suficientes para que as duas reuniões se possam fazer.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, antes de suspender a sessão, peço-lhe que me conceda a palavra para usar do direito de defesa da honra.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, falou-se em fraude e em outras coisas várias e eu tenho razão em queixar-me, na medida em que fui o autor do relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O relatório, que é datado de 21 de Janeiro, diz expressamente e sem ambiguidades o que se passou: «Salvaguardando os grupos e agrupamentos as suas diferentes posições para a discussão em Plenário, entendeu-se dever sujeitar à apreciação e votação do Plenário os três projectos de resolução e todas as suas propostas de alteração, assim como outras apresentadas em Comissão compiladas num texto base.»

Mais, Sr. Presidente, hoje mesmo, na reunião que teve lugar de manhã, a iniciativa da oposição para continuar a apreciar as alterações do Regimento, se admitiu que outras propostas pudessem continuar a entrar. Tanto é assim, Sr. Presidente, que tenho-as aqui intercaladas para quando chegar o momento oportuno chamar à atenção da Mesa para esse facto.

Quando há deputados aqui que, por razões de obstrução política — porque são essas que estão em causa —, vão ao ponto de pôr em causa a idoneidade e seriedade dos seus próprios colegas, eu não aceito e tomo a palavra para fazer a minha defesa. Para além disso, Srs. Deputados, que estão tão preocupados com a idoneidade do Parlamento, eu nunca contribuí para cercar o Parlamento e os senhores fizêram-no!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Creio que a bancada do PSD anda muito afilhada com as queixas. O Sr. Deputado Silva Marques hoje interrompia a Mesa, perguntava quando é que começávamos ... Está cheio de pressa! ... Mas isso não lhe dá o direito — e volto a afirmar que houve fraude ...

*Protestos do PSD.*

Houve fraude, sim, e explico porquê: o que foi acordado e consta do relatório é que poderiam surgir propostas de

alteração sobre os artigos que inicialmente haviam sido objecto de propostas de alteração. A não ser assim, isto constituiria um gravíssimo precedente para o processo de revisão constitucional.

O que se passou foi que entre o momento de aprovação do relatório na Comissão e o início deste debate no Plenário fora da Comissão, sem constarem do texto inicial e sem que tenha havido propostas de alteração a um artigo em concreto, o PSD — e não pergunto quem foi — tentou meter no relatório uma proposta que não havia apresentado.

Isto é uma fraude, Sr. Presidente!

*Protestos do PSD.*

É uma fraude porque é tentar utilizar abusivamente um mecanismo que não têm direito de utilizar!

É esta, Sr. Presidente, a explicação que tenho de dar a V. Ex.<sup>a</sup> e à Câmara. Se não for verdade, convido os Srs. Deputados do PSD a desmentirem-me, porque tenho aqui a prova!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora suspender a sessão, para que tenham lugar a reunião da conferência de líderes, que terá lugar no meu gabinete, e a reunião da Comissão de Regimentos e Mandatos.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 25 minutos.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome da Comissão de Regimento e Mandatos e para evitar questões de natureza meramente processual, retiramos o texto base que acompanhou o relatório daquela Comissão.

Assim, os trabalhos iniciar-se-ão com o debate sobre os projectos que cada uma das forças políticas apresentou para alteração do Regimento. Isto sem prejuízo, como é evidente, de a Comissão de Regimento e Mandatos oportunamente — e, a meu ver, o mais rapidamente possível — averiguar o que é que se passou em relação à questão que o Sr. Deputado Jorge Lemos trouxe a esta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa aguarda inscrições para a discussão dos projectos de resolução n.os 5/V, do PSD, 9/V, do PCP, e 10/V, do PS, de alteração ao Regimento da Assembleia da República, procedendo-se às marcadas à hora habitual, isto é, cerca das 19 horas e 45 minutos.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As propostas de alteração que o PSD há mais de três meses apresentou e publicou visam dois objectivos fundamentais, o primeiro dos quais é o da transparéncia do Parlamento e a fidelidade ao eleitorado.

O Parlamento deve ser reconhecível pelo eleitorado. O Parlamento não deve ser uma «caixa de surpresas», dando azo à criação de formações políticas que o eleitorado não teve oportunidade de, de uma maneira inequívoca, julgar e sufragar.

Por isso, um dos primeiros objectivos e valores que nos orientaram foi o da transparéncia e fidelidade do Parlamento ao eleitorado, raiz decisiva para a consolidação das instituições democráticas no nosso país, como em qualquer outro. No dia em que o eleitorado não tiver uma ligação política clara com o seu Parlamento decreto que tenderá a não o reconhecer.

O segundo objectivo e valor que nos orientou foi o da eficácia.

O Parlamento tem, sem dúvida, um valor transcendente, ligado aos valores da democracia e da liberdade. Mas o Parlamento é também um órgão de soberania e, desse ponto de vista, um órgão ao qual compete dar a resposta, tanto quanto possível atempada, às solicitações e às esperanças que os cidadãos de um país nele depositem. Por isso, o Parlamento não pode justificar-se aos olhos da nação invocando apenas o valor da liberdade; tem também de responder com eficácia às ansiedades, às expectativas, às esperanças do país a que ele diz respeito. Sobretudo num país como o nosso, que durante 50 anos ansiou pela democracia, a democracia não pode frustrar essa esperança. Está nas nossas mãos responder positivamente a essa expectativa.

Temos de ser eficazes em nome da democracia e da liberdade. E a eficácia aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está ligada a uma percepção dos problemas actuais e futuros. É o reconhecimento da multiplicidade dos problemas a que o Parlamento tem de ser chamado. Isto significa especialização. Nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, jamais prestigiaremos o nosso Parlamento e consolidaremos o nosso prestígio face aos olhos ansiosos dos Portugueses se não formos eficazes, se não reconhecermos os imperativos dessa eficácia.

Não podemos, pois, pretender consolidar o Parlamento no nosso país com os olhos e a filosofia de há cem anos. Isto significa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que devemos reconhecer o princípio da especialização dos próprios deputados. Especialização não no sentido necessariamente técnico, mas político. Não podemos estar todos ao mesmo tempo a tratar de tudo. Hoje em dia isso é impossível e as nossas propostas de alteração ao Regimento reconhecem-no. E vamos tarde, porque também tarde, infelizmente, se implantou a democracia no nosso país.

É essa a prática da casa sagrada da democracia, onde ela tem vigorado, felizmente, sem interrupção desde há séculos, a Inglaterra, com a Câmara dos Comuns, é o exemplo dos nossos vizinhos espanhóis — que, tendo talvez ainda hoje viva a lição do seu dramatismo que os levou inclusivamente à guerra civil, aprenderam-na e o seu Regimento aponta no mesmo sentido das nossas propostas de alteração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos a liberdade e a democracia, mas não podemos encher a boca a satisfazernos com isso. Temos de ser eficazes em nome da democracia, e só espero que aquilo que hoje aqui se passou não seja um exemplo a multiplicar, mas uma exceção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos todos a democracia. Accitamos então o imperativo da eficácia, porque falar apenas em liberdade sem a defender no plano prático é estar a invocar em vão o seu nome.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — O Sr. Deputado Silva Marques desenvolveu na sua intervenção a tese da eficácia, da especialização política e da técnica — noutra sede talvez fosse interessante saber que é que isso quer dizer —, falou em experiências de outros países, citou os 50 anos de ditadura e de antidemocraticidade que o nosso país viveu, o que, num contexto do «em cima do joelho», também me parece grave, citou a Câmara dos Comuns, que é bom exemplo para todos nós, pois como sabe aí nem sequer é preciso um regimento, basta a tradição.

Falou ainda o Sr. Deputado na transparência do Parlamento face ao eleitorado. O Sr. Deputado Silva Marques agora, ao fim de todos estes anos, descobriu que o PSD andou a liderar e a concorrer decisivamente para a falta de transparência do Parlamento. É grave o que o Sr. Deputado acaba de dizer.

O Sr. Deputado, que tanto proclamou a eficácia, não citou um único artigo que em seu entender promova essa eficácia, e isso é que era importante, Sr. Deputado. Serão os artigos em que se impede o normal funcionamento de grupos e agrupamentos parlamentares da oposição? Serão aqueles que limitam drasticamente a possibilidade de grupos e agrupamentos parlamentares poderem intervir na Assembleia da República? É isso que leva à eficácia?

Em 1982 fez-se uma alteração radical ao Regimento, processo que o Sr. Deputado também andou a liderar e só não conseguiu os objectivos que pretendia porque não tinha uma maioria como agora tem. Não somos contra a melhoria do Regimento, mas diga-nos claramente em que aspectos é que este Regimento impede um normal funcionamento do Parlamento, nomeadamente a aprovação de leis. Temos, aliás, um bom exemplo: o da anterior legislatura, em que esta Assembleia trabalhou rigorosamente, como deve ser.

Finalmente, Sr. Deputado, por que razão é que em 88 propostas de alteração — retirando claramente umas que apareceram por aí — apresentadas na sua proposta de resolução, cerca de 75 visam apenas acabar com os agrupamentos parlamentares, estando nós a meio da legislatura? É esta a transparência que o PSD defende, a de acabar com os agrupamentos parlamentares em pleno funcionamento da legislatura? É esta a transparência democrática, é esta a especialização política, é esta a tal eficácia do Parlamento que o Sr. Deputado defende?

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida.*

**O Sr. Presidente (Maia Nunes de Almeida):** — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

**O Sr. Raul Castro (ID):** — Sr. Deputado Silva Marques, ao referir-se a formações políticas das quais o eleitorado não teve maneira de se aperceber inequivocamente, penso que não se devia estar a referir a si próprio como eleitor, porque com certeza que o Sr. Deputado se apercebeu de quais eram todas as forças políticas concorrentes.

Pela nossa parte, meses antes das eleições apresentámos muito claramente ao eleitorado, dizendo que a Associação Intervenção Democrática, a ser eleito algum dos seus candidatos, se organizaria em agrupamento parlamentar, de harmonia com a lei então em vigor e com a lei vigente, que é o Regimento da Assembleia da República.

Mas qual é o remédio que o Sr. Deputado apresenta para que o eleitorado possa reconhecer as forças do Parlamento, para que possa ver nele um órgão eficaz e para que seja prestigiado? O Sr. Deputado, parece, encontrou uma fórmula estranha: eliminar uma dessas forças políticas, que é o Agrupamento Parlamentar da ID. Quer dizer, para que o eleitorado possa melhor reconhecer quais são as forças políticas do Parlamento não há, segundo o Sr. Deputado, melhor solução senão esta: acabar com o Agrupamento Parlamentar da ID.

Só lhe queria fazer mais uma pergunta: em nome de que princípios é que o Sr. Deputado e o seu partido se podem aqui arvorar em juízes da representatividade político-parlamentar de cada uma das forças políticas aqui representadas? Não me consta que nenhuma das forças políticas com assento na Assembleia possa atribuir a si própria esse juízo de valor e se permitir pronunciar sobre a representatividade. A representatividade de cada deputado é a que resulta da sua eleição e é tanta a do Sr. Deputado como é a minha, pois ambos somos eleitos. É isso que está em causa e que convém não esquecer!

**Vozes da ID e do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, tendo em conta a deliberação tomada em conferência de líderes, darei de imediato a palavra ao Sr. Deputado Silva Marques para responder, se assim o desejar, aos esclarecimentos que lhe foram pedidos, transitando as outras inscrições para pedidos de esclarecimento para a próxima sessão em que for agendada a discussão sobre esta matéria.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente à questão que o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca me colocou sobre quais os casos concretos que traduzem a eficácia, devo dizer-lhe que o seu colega de bancada, no pedido de esclarecimento que me fez, apresentou um deles, que é precisamente a extinção dos agrupamentos parlamentares.

Quanto ao Sr. Deputado Raul Castro, que me perguntou em nome de que valores ... Sr. Deputado, possivelmente em nome dos mesmos valores — para falar novamente dos nossos vizinhos — do Parlamento Espanhol, que exige um mínimo de quinze deputados para a formação de um grupo parlamentar, desde que tenham obtido 5% dos votos à escala nacional ou 15% dos votos na sua circunscrição. É um exemplo, mas, possivelmente, eles estão a guiar-se por valores esquisitos ...

Também lhe posso falar do Parlamento Alemão, onde, se bem me recordo, se exige 25 deputados para formar grupo parlamentar ou — e esta é uma outra vertente para resolver a questão — 5% de votos para ter representação no Parlamento.

Sr. Deputado, a nossa tese é esta: não devemos ter formas de funcionamento que contribuam para a desagregação, em termos funcionais, do Parlamento mas, pelo contrário, para a agregação das diferentes forças políticas no Parlamento, no sentido de facilitar o seu funcionamento.

É claro que «não há bele sem senão» e o deputado, a título individual, terá de fazer uma opção: ou inserir-se num grupo parlamentar e, por essa via, reforçar a sua maneira de intervenção ou manter-se isoladamente e nesse sentido ser — passo o termo — penalizado. Aliás, ainda não há muito tempo a nossa imprensa falava desse dilema difícil de alguns deputados portugueses no Parlamento Europeu, que,

exactamente na dúvida, resolveram inserir-se num grupo parlamentar com o qual, se calhar, até não teriam grande afinidade. Estou a lembrar-me dos deputados do Partido Renovador Democrático, que, se calhar chicos de dúvidas, disseram: «O que é que será preferível, ficarmos de fora, independentes, ou inserirmo-nos no Grupo Gaulista?»

Srs. Deputados, não se esqueçam de que é muito sério defender a democracia, e nós queremos defendê-la. Só que defendê-la significa accitar as necessidades práticas da eficácia.

É esta a minha resposta, e já sei que o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca não concorda comigo. Mas, Sr. Deputado, será que a alternativa à existência de desacordo é o acordo em tudo? Isso implicaria a negação da necessidade de haver partidos e não quero que estejamos sempre de acordo, porque, em nome de tanta unanimidade, iríamos adormecer e enterrar nós próprios a democracia.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Fraquinho! ...

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Silva Marques, não vou falar sobre o problema da integração no Parlamento Europeu por necessidades logísticas. Não sei sequer se o PSD está integrado no agrupamento parlamentar com o qual se identifica. Talvez seja liberal na Europa e conservador em Portugal ... O que gostaria de pedir-lhe era que me ajudasse a avivar a memória: o dispositivo regimental que permite aos Srs. Deputados Raul Castro e João Corregedor da Fonseca estarem aqui a formar um agrupamento parlamentar não foi introduzido pelo PSD?

O Orador: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, só aqueles que não têm um sentido democrático da vida — e ter um sentido democrático da vida significa accitar as lições da experiência dentro da sua serenidade e dos seus valores permanentes —, só esses é que não mudam de opinião. Há também os burros, que não mudam, ...

Risos do PSD.

O Orador: — ... mas é claro que não são peças fundamentais com que possamos contar para a democracia.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca pediu-me exemplificações e eu dou-lhas: uma foi a que o seu colega se encarregou de referir.

Devo dizer-lhe mais, Sr. Deputado: os senhores dizem que não dialogamos, mas a verdade é que há três meses que andamos «enrolados» — passe e expressão — com a oposição. Não tenho saltado às reuniões da Comissão, só que umas vezes aparece lá o Sr. Deputado A, outras vezes aparece o Sr. Deputado B, e não consigo reunir todos para fazer o consenso, se por acaso consenso houver. Há três meses que andamos enrolados com isso.

Protestos do PS, do PCP e da ID.

É o tal problema da especialização! Os Srs. Deputados não se querem especializar, querem ir a todas. Só que assim

correm o risco de paralisar a democracia e nós não deixamos que isso aconteça, não vos deixamos paralisar a democracia.

Protestos do PS, do PCP e da ID.

Mas querem mais exemplos?!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Concedo-lhe a interrupção se a Mesa me garantir que permite que este incidente chegue ao fim.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Deputado Silva Marques, limitei-me a fazer-lhe esta pergunta muito calma e tranquila: é em nome da democracia que o seu partido quer acabar com uma componente da Assembleia da República, quando já estamos em pleno funcionamento da legislatura? É esta a eficácia e a transparência do PSD?

Protestos do PSD.

Podem os Srs. Deputados bater com os pés que já estamos habituados!

O Orador: — Realmente, os Srs. Deputados são extraordinários. Quando, em 1979, com os votos de todos vocês, à excepção dos do CDS, criaram os grupos independentes, não pediram licença a ninguém, nem sequer ao PSD ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, dado que já ultrapassou o tempo regimental para as respostas, solicito-lhe que termine rapidamente.

O Orador: — Sr. Presidente, eu permiti a interrupção do Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca com a garantia da parte da Mesa de me permitir acabar a minha resposta.

Os Srs. Deputados não disseram a ninguém «agora vamos criar uma nova componente». Mas agora, que queremos extinguir uma componente, é que estão preocupados. Quer dizer, para criar a componente não houve problema, mas para extinguir-a já os há.

Risos do PSD.

É por isso que o défice orçamental convosco nunca andou bem. Os senhores quando se trata de acrescentar acrescentam, mas quando é necessário cortar não cortam nada.

O Sr. Deputado quer outros exemplos? O senhor desafiou-me para eu apresentar os exemplos, para eu fazer figura de mau!...

Em nome dos valores que há pouco invoquei, vou referir outros exemplos.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Já não há tempo!

O Orador: — Mas quero ainda referir que, na base do diálogo de certa forma «enrolado» em que temos andado, apresentámos uma nova proposta — espero que a oposição a admita e que não a exclua desse famigerado texto base — no sentido de proteger a extinção para o fim da sessão legislativa porque alguns dos Srs. Deputados diziam: «Isto é horrível se acontecer já, a frio, sem anestesias? De forma nenhuma!» O PS dizia: «Para o fim da sessão!»

Risos do PCP e da ID.

E nós acabamos por dizer: «Sim senhor, pronto! Vamos para a anestesia!» Temos a proposta para a anestesia.

*Risos do PSD.*

Só espero que não a retirem, pois se a retirarem nós aceitamos, mas nesse caso e por vossa culpa a extinção é imediata.

*Risos do PSD.*

Espero que do texto base não deitem tudo fora. Se o fizerem, se deitarem fora o texto base, não nos importamos, mas depois não venham dizer que não quisemos introduzir a anestesia, porque temos uma proposta para anestesiá ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Para anestesiá, hein!

O Orador: — ... a extinção dessa componente.

*Risos.*

Os outros exemplos ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, queria desculpar, mas estamos na hora das votações, temos de cumprir as deliberações e as decisões da conferência de líderes e solicito-lhe ...

O Orador: — Sr. Presidente, se me permitisse dispor de mais 30 segundos para expor os outros exemplos, agradecia-lhe.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — É o caso do mandato do Presidente da Assembleia da República, que deixa de ser conferido por sessão legislativa e passa a ser por legislatura. Atendendo a que o Presidente da Assembleia da República é a segunda figura do Estado, deve haver continuidade no exercício da função.

Outro exemplo ainda é a regra da votação na especialidade, que dever verificar-se apenas nas comissões, e não no Plenário. E só por resolução é que esta votação poderá ter lugar no Plenário.

Referindo também outro exemplo de uma proposta — que não é nossa — relativa à programação dos trabalhos e que estipula deverem estes ser agendados pelo período de 30 dias com 15 dias de aviso. Esta é uma proposta do PS que vamos votar a favor.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — E nós também!

O Orador: — Uma outra proposta do PS, relativa à criação de uma comissão de petições, também vamos votar a favor.

Deixem-nos votar, deixem esta Assembleia funcionar, Srs. Deputados. A democracia precisa de funcionar.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS, do PCP e da ID.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, damos por encerrada esta parte da nossa sessão de hoje. A continuação do debate do Regimento está programada pela conferência de

líderes, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados.

Vamos passar às votações.

Vamos votar na generalidade a proposta de lei n.º 13/V, que autoriza o Governo a aprovar as penas a aplicar pelo recurso ao trabalho de menores com idade inferior à determinada na lei para o acesso ao emprego.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de lei n.º 158/V, apresentado pelo PCP, sobre o combate à exploração do trabalho infantil ...

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Existe um requerimento que me foi agora distribuído que propõe a baixa à Comissão da proposta de lei que acabámos de votar. Portanto, penso que neste momento devíamos votar a proposta de baixa à Comissão deste diploma e depois votar a outra. É uma sequência lógica!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pelo que vejo estamos todos de acordo.

Neste caso, vamos passar à votação na generalidade do projecto de lei n.º 158/V, apresentado pelo PCP, sobre o combate à exploração do trabalho infantil.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID e abstenção do CDS.*

Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo PSD.

*Foi lido. É o seguinte:*

#### Requerimento

Nos termos regimentais, os deputados abaixo assinados requerem a baixa da proposta de lei n.º 13/V à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família pelo prazo de 10 dias.

Srs. Deputados, vai proceder-se à votação do requerimento que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, conforme decisão da conferência de líderes, vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de resolução do PCP com vista à suspensão total do Decreto-Lei n.º 387-D/87 (altera diversos artigos do Código das Custas Judiciais).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. José Magalhães (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, gostaríamos de apresentar, na sequência da votação agora realizada, um requerimento à Mesa no sentido de as propostas de alteração apresentadas baixarem à Comissão competente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já temos um requerimento nesse sentido, mas, se não se importa, podemos votar os dois requerimentos, pois penso que são do mesmo teor, embora a questão que se possa levantar seja a do prazo. Temos já um requerimento em que é subscritor o Sr. Deputado Correia Afonso e outros, do PSD. Vou proceder à sua leitura.

#### Requerimento

Nos termos regimentais, os deputados abaixo assinados requerem a baixa à Comissão competente das propostas de alteração apresentadas no processo de Ratificação n.º 6/V, referente ao Decreto-Lei n.º 387-D/87, de 29 de Dezembro, por um prazo de dez dias.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. A nossa proposta ia no sentido de que o prazo da baixa fosse de 30 dias. No entanto, congratulamo-nos com o facto de haver uma baixa, pois ela não tinha sido admitida num período inicial. É bom que seja admitida, mas parece-nos que o prazo de dez dias não é realista, na medida em que não temos a mínima possibilidade de nesses dez dias ouvir, como suponho que desejável, a Ordem dos Advogados, cuja contribuição deve ser assegurada, já que o não foi anteriormente.

Vejo o Sr. Deputado Correia Afonso ...

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Vinte dias, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — A Mesa anota no requerimento que o Sr. Deputado Correia Afonso altera o prazo de dez para vinte dias.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, é uma solução de equilíbrio. Não nos oporemos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o requerimento apresentado pelo PSD com esta alteração já introduzida, ou seja, com o prazo de baixa à Comissão competente de vinte dias.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, a próxima reunião terá lugar amanhã às 10 horas e do período da ordem do dia consta uma sessão de perguntas ao Governo e a discussão do projecto de lei n.º 194/V, apresentado pelo PSD.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, poço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, V. Ex.ª anunciou para amanhã a inclusão da discussão do projecto de lei n.º 194/V. Na verdade, esse projecto de lei foi admitido, mas no pressuposto de que seriam con-

juntamente discutidos dois outros projectos de lei, um apresentado pelo PCP e outro pelo PS. No entanto, uma troca de impressões travada entre as diversas bancadas asfigurou-se não razoável incluir a discussão desses três diplomas para amanhã, visto termos um tempo muito limitado, e ficou indicado um consenso no sentido da inclusão destes diplomas na ordem do dia da próxima quinta-feira. No entanto, esta matéria poderá ser apreciada na próxima conferência de líderes parlamentares.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se não houver oposição por parte da Câmara, assim se fará.

Portanto, da ordem do dia de amanhã apenas consta a sessão de perguntas ao Governo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca Silva.  
Adriano Silva Pinto.  
António Costa de A. de Sousa Lara.  
António Fernandes Ribeiro.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Caeiro da Mota Veiga.  
António Manuel Lopes Tavares.  
António Maria Pereira.  
António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
Armando Manuel Pedroso Militão.  
Arménio dos Santos.  
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
Carlos Manucl Oliveira da Silva.  
Carlos Manucl Sousa Encarnação.  
Carlos Matos Chaves de Macedo.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Cecília Pita Catarino.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Domingos Duarte Lima.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Flausino José Pereira da Silva.  
Francisco João Bernardo da Silva.  
Jaime Gomes Milhomens.  
João Álvaro Poças Santos.  
João José Pedreira de Matos.  
Joaquim Fernandes Marques.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Augusto Ferreira de Campos.  
José Luís Bonifácio Ramos.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
José Pereira Lopes.  
José de Vargas Bulcão.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Liberal Correia.  
Luís Amadou Barradas Amaral.  
Luís António Damásio Capoulas.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Luís Manucl Neves Rodrigues.

Manuel Joaquim Dias Loureiro.  
 Manuel José Dias Soares Costa.  
 Margarida Borges de Carvalho.  
 Maria Assunção Andrade Esteves.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.  
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
 Vítor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

António de Almeida Santos.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António José Sanches Esteves.  
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Campos Rodrigues Costa.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Natália de Oliveira Correia.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Narana Sinai Coissoró.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

António Rolcira Marinho.  
 Arlindo da Silva André Moreira.

Carla Tato Diogo.  
 Carlos Alberto Pinto.  
 Fernando José Alves Figueircdo.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 José Mendes Bota.  
 Luís António Martins.  
 Manuel Joaquim Baptista Cardoso.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Mário Jorge Belo Maciel.  
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel Oliveira Guterres.  
 Armando António Martins Vara.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Edmundo Pedro.  
 João Barroso Soares.  
 João Cardona Gomes Cravinho.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP):**

António da Silva Mota.  
 Cláudio José dos Santos Percheiro.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueircdo.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

José da Silva Lopes.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**Centro Democrático Social (CDS):**

José Luís Nogucira de Brito.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

**Os REDACTORES:** *Maria Amélia Martins — Maria Leonor Ferreira — Carlos Pinto da Cruz.*



# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 176\$00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex